

FEIRA DE SANTANA

2035

ESTADO DA BAHIA

Carteira de Projetos Estruturadores

2022 - 2035

PRODUTO 5

*Construção de Capacidades para a implementação dos
Projetos Estruturadores Prioritários*

Dezembro, 2023



UNIÃO E RECONSTRUÇÃO
Uma empresa do grupo



FEIRA DE SANTANA 2035

ESTADO DA BAHIA

Carteira de Projetos Estruturadores 2022 - 2035

PRODUTO 5

*Construção de Capacidades para a implementação dos
Projetos Estruturadores Prioritários*

Dezembro, 2023



MINISTÉRIO DA
INTEGRAÇÃO E DO
DESENVOLVIMENTO
REGIONAL



UNIÃO E RECONSTRUÇÃO
Uma empresa do grupo



CONCREMAT
engenharia e tecnologia



APRESENTAÇÃO

Este Produto 5 – Construção de Capacidades para a implementação dos Projetos Estruturadores Prioritários é parte integrante do projeto de cooperação técnica internacional BRA/17/019, celebrado entre o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), dedicado a fortalecer a SUDENE em sua tarefa primaz de coordenar e implementar processos de desenvolvimento regional no Nordeste, no Norte dos Estados de Minas Gerais e Norte do Espírito Santo, visando promover o desenvolvimento inclusivo e ambientalmente sustentável, com foco na resiliência das populações e na redução das vulnerabilidades dos mais excluídos, principalmente no contexto do semiárido, contribuindo também para o desenvolvimento sustentável e inclusivo da Região Nordeste. Para tanto objetiva a elaboração de uma Carteira de Projetos Estruturadores que contribua para o desenvolvimento sustentável e a construção de um ambiente de recuperação econômica de Feira de Santana até 2035, incluindo a elaboração de ficha de projetos para 10 Projetos Estruturadores, elaboração de documentos técnicos detalhados para 5 Projetos Estruturadores Prioritários da Carteira e capacitações para servidores e gestores do município para a implementação desses projetos.

Os trabalhos estão organizados em cinco etapas com os respectivos Produtos, a saber: PRODUTO 1 – Alinhamento das oportunidades para o desenvolvimento econômico sustentável de Feira de Santana com a Agenda 2030; PRODUTO 2 – Identificação das Soluções e Prospecção de Projetos; PRODUTO 3 – Detalhamento da Carteira de Projetos Estruturadores; PRODUTO 4 – Detalhamento dos Projetos Estruturadores Prioritários; PRODUTO 5 – Construção de Capacidades para a implementação dos Projetos Estruturadores Prioritários.

O Presente Relatório é relativo à Construção de Capacidades para a implementação dos Projetos Estruturadores Prioritários, compreendendo as etapas: Etapa 5.1: Capacitação do Núcleo Gestor em novos modelos de financiamento e modelagens jurídicas para projetos e identificação de novos parceiros e Etapa 5.2: Suporte técnico ao município para realização de evento de negociação com os possíveis parceiros financiadores.

Os serviços prestados estão em conformidade com as exigências do Termo de Referência do Edital de Solicitação de Proposta RFP nº JOF 3780/2022 ETENDERING EVENT ID 11659, referente à contratação de Consultoria Nacional (Pessoa Jurídica) para serviços técnicos especializados para a elaboração de uma Carteira de Projetos Estruturadores para o Município polo de Feira de Santana-BA, com horizonte de implementação até 2035.

SUPERVISÃO PNUD

Leonel Leal Neto	Coordenador do escritório de projetos – Salvador
Thalita T. V. Cavalcante de Holanda	Auxiliar de Projeto – Teresina

SUPERVISÃO SUDENE

Renato Arruda Vaz de Oliveira	Coordenador Geral de Cooperação e Articulação de Políticas
José Aildo Sabino de Oliveira Junior	Coordenador Geral de Cooperação e Articulação de Políticas
Paula Aragão de Souza	Coordenadora Geral de Cooperação e Articulação de Políticas
Frederico Moraes Bezerra	Coordenador Geral de Cooperação e Articulação de Políticas
Danilo César de Luna Alves Campêlo	Coordenador Geral de Cooperação e Articulação de Políticas

NÚCLEO GESTOR

Colbert Martins da Silva Filho	Prefeito de Feira de Santana
Fernando de Fabinho Araújo Lima	Vice-prefeito
Wilson Ferreira Falcão	Secretário Municipal de Trabalho, Turismo e Desenvolvimento Econômico (SETTDEC)
Carlos Alberto Oliveira Brito	Secretário Municipal de Planejamento (SEPLAN)
Kátia Maria Petillo Mota Ferreira	Secretária Municipal de Desenvolvimento Urbano (SEDUR)
Marcia Ferreira	Diretora do Departamento de Indústria, Comércio e Serviços
Moema Pinto Franco	Chefe de Divisão de Economia Solidária

AGENTES LOCAIS

Edson Piaggio	Instituto Pensar Feira
João Baptista Ferreira	FIEB- Federação das Indústrias do Estado da Bahia e CIFS e Centro das Indústrias de Feira de Santana
Alfredo Falcão	Empresário Shopping Jomafa
Roberto Luiz de Cerqueira Lima	CDL/ Feira de Santana
Edson Nogueira	Sindicato do Vestuário de Feira de Santana
Hélio Ponce	Universidade Estadual de Feira de Santana
Dilton Coutinho	Empresário da Comunicação

RESPONSABILIDADE TÉCNICA

CONSÓRCIO CONCREMAT/ TESE TECNOLOGIA

GESTOR DO CONSÓRCIO	Engenheiro Civil CONFEA 060587600-2
Carlos Henrique Pires Leandro	
COORDENAÇÃO GERAL	Arquiteta e Urbanista CAU A0447-2
Mirna Luiza Cortopassi Lobo	

EQUIPE TÉCNICA – CONSULTORES ESPECIALISTAS

Fernando Leme Fleury	Economista CORECON/SP 31831
Francisco De Assis Mendonça	Geógrafo, CREA/PR 27916/D
Roseli Maria Da Rocha Dos Santos	Socióloga

EQUIPE TÉCNICA EXECUTIVA

Sandra Mayumi Nakamura	Arquiteta e Urbanista CAU A28547-1
Patrícia Costa Pellizzaro	Arquiteta e Urbanista CAU A28564-1
Mariano de Matos Macedo	Economista CORECON/PR 3345
Caroline Nayara Rech	Arquiteta e Urbanista CAU 202924-3

COORDENAÇÃO DO ESCRITÓRIO LOCAL

José Renato Sena Oliveira	Contador CRC/BA 22854/O-0
---------------------------	---------------------------

EQUIPE TÉCNICA COMPLEMENTAR

Gabriela Grossi F. De Pellegrini	Arquiteta e Urbanista CAU 211793-2
Bruno Ruchinski De Souza	Engenheiro Civil, CREA/PR 155298/D
Renata Lazinski Silva	Arquiteta e Urbanista CAU A179941-0
Camila Alves Maia	Engenheira Civil CONFEA 061184026-0
Mariane Gasquel Coelho	Engenheira Civil CREA/MG 169123
Diogo Cortopassi Lobo	Engenheiro Civil CREA/PR 53933/D
Leticia Schmitt Cardon	Arquiteta e Urbanista CAU A46913-0
Raquel Guidolin de Paula	Arquiteta e Urbanista CAU A260323-3

EQUIPE DE APOIO

Hellen Chaiane dos Santos	Administrativo e Financeiro
Alberto Lopes Dalosto	Administrativo e Logística
Lucas Albuquerque	Acadêmico de Arquitetura e Urbanismo
Ariana Rebeca Silva	Acadêmica de Arquitetura e Urbanismo
Giulia Mazeto	Acadêmica de Arquitetura e Urbanismo

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	3
SUMÁRIO.....	6
LISTA DE FIGURAS	8
LISTA DE QUADROS	9
LISTA DE SIGLAS	10
1 INTRODUÇÃO.....	11
2 CAPACITAÇÃO DO NÚCLEO GESTOR EM NOVOS MODELOS DE FINANCIAMENTO E MODELAGENS JURÍDICAS PARA PROJETOS E IDENTIFICAÇÃO DE NOVOS PARCEIROS.....	12
2.1 CAPACITAÇÃO DIA 24 DE AGOSTO DE 2023	12
2.1.1 Conteúdo pedagógico apresentado e fornecido	12
2.1.2 Registro fotográfico	47
2.1.3 Lista de presença.....	51
2.1.4 Avaliação de Satisfação dos Participantes.....	52
2.2 CAPACITAÇÃO DIA 25 DE AGOSTO DE 2023	53
2.2.1 Conteúdo pedagógico apresentado e fornecido	53
2.2.2 Registro fotográfico	82
2.2.3 Lista de presença.....	84
2.2.4 Avaliação de satisfação dos participantes	84
2.3 CAPACITAÇÃO DIA 14 DE SETEMBRO DE 2023.....	85
2.3.1 Conteúdo pedagógico apresentado e fornecido	85
2.3.2 Registro fotográfico	110
2.3.3 Lista de presença.....	113
2.3.4 Avaliação de satisfação dos participantes	113
2.4 CAPACITAÇÃO DIA 15 DE SETEMBRO DE 2023.....	114
2.4.1 Conteúdo pedagógico apresentado e fornecido	115
2.4.2 Registro fotográfico	140
2.4.3 Lista de presença.....	141
2.4.4 Avaliação de satisfação dos participantes	142
2.5 CONCLUSÃO DA ETAPA DE CAPACITAÇÃO	142
3 EVENTO DE NEGOCIAÇÃO COM OS POSSÍVEIS PARCEIROS FINANCIADORES .	143
3.1 RESUMO DO EVENTO DO DIA 23 DE NOVEMBRO DE 2023	148
3.2 CONTEÚDO PEDAGÓGICO APRESENTADO	152
3.3 LISTA DE PRESENÇA.....	199
3.4 REGISTRO FOTOGRÁFICO.....	201

4 RECOMENDAÇÕES PARA A IMPLEMENTAÇÃO DOS PROJETOS ESTRUTURADORES PRIORITÁRIOS	209
APÊNDICES	215
APÊNDICE 1 - LISTA DE PRESENÇA DO EVENTO DO DIA 23/11/2023	216
APÊNDICE 2 – MENSAGEM DEIXADA PELA COORDENADORA MIRNA CORTOPASSI LOBO DURANTE O EVENTO DO DIA 23/11/2023.....	219

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1:	CAPTURAS DE TELA DA CAPACITAÇÃO REALIZADA EM 24 DE AGOSTO DE 2023.....	48
FIGURA 2:	GRÁFICO DO RESULTADO DA PESQUISA DE SATISFAÇÃO DA CAPACITAÇÃO REALIZADA EM 24 DE AGOSTO DE 2023.....	52
FIGURA 3:	CAPTURAS DE TELA DA CAPACITAÇÃO REALIZADA EM 25 DE AGOSTO DE 2023.....	82
FIGURA 4:	GRÁFICO DO RESULTADO DA PESQUISA DE SATISFAÇÃO DA CAPACITAÇÃO REALIZADA EM 25 DE AGOSTO DE 2023.....	84
FIGURA 5:	CAPTURAS DE TELA DA CAPACITAÇÃO REALIZADA EM 14 DE SETEMBRO DE 2023.....	110
FIGURA 6:	GRÁFICO DO RESULTADO DA PESQUISA DE SATISFAÇÃO DA CAPACITAÇÃO REALIZADA EM 14 DE SETEMBRO DE 2023.....	114
FIGURA 7:	CAPTURAS DE TELA DA CAPACITAÇÃO REALIZADA EM 15 DE SETEMBRO DE 2023.....	140
FIGURA 8:	GRÁFICO DO RESULTADO DA PESQUISA DE SATISFAÇÃO DA CAPACITAÇÃO REALIZADA EM 15 DE SETEMBRO DE 2023.....	142
FIGURA 9:	CONVITE COM PROGRAMAÇÃO PARA O EVENTO DO DIA 23 DE NOVEMBRO DE 2023.....	143
FIGURA 10:	MINIBIO DO SR. LEONEL LEGAL NETO – PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO – PNUD.....	144
FIGURA 11:	MINIBIO DO SR. DANILO CABRAL – SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE – SUDENE.....	144
FIGURA 12:	MINIBIO DO SR. CARLOS HENRIQUE PIRES LEANDRO – CONSÓRCIO CONCREMAT-TESE.....	145
FIGURA 13:	MINIBIO DO SR. HEITOR FREIRE – SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE.....	145
FIGURA 14:	MINIBIO DO SR. RODRIGO ALMEIDA DE AGUIAR – BANCO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – BNDES.....	146
FIGURA 15:	MINIBIO DOS SRs. JEFERSON GÓES E LUCAS HENRIQUE REIS FIGUEREDO – BANCO DO NORDESTE DO BRASIL – BNB.....	146
FIGURA 16:	MINIBIO DO SR. LUIZ LEGAL JÚNIOR - GridFSA.....	147
FIGURA 17:	MINIBIO DO SR. TIAGO GERALDINI SCALCO – POSITIVO TECNOLOGIA EDUCACIONAL.....	147
FIGURA 18:	MINIBIO DA SRa. MIRNA LUIZA CORTOPASSI LOBO – CONSÓRCIO CONCREMAT -TESE.....	148
FIGURA 19:	FOTOS DO EVENTO REALIZADO EM 23 DE NOVEMBRO DE 2023.....	201
FIGURA 20:	CAPTURAS DE TELA DO EVENTO REALIZADO EM 23 DE NOVEMBRO DE 2023.....	208

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1:	<i>SLIDES</i> APRESENTADOS NA CAPACITAÇÃO REALIZADA EM 24 DE AGOSTO DE 2023.....	13
QUADRO 2:	LISTA DE PRESENÇA DA CAPACITAÇÃO REALIZADA EM 24 DE AGOSTO DE 2023.....	51
QUADRO 3:	<i>SLIDES</i> APRESENTADOS NA CAPACITAÇÃO REALIZADA EM 25 DE AGOSTO DE 2023.....	55
QUADRO 4:	LISTA DE PRESENÇA DA CAPACITAÇÃO REALIZADA EM 25 DE AGOSTO DE 2023.....	84
QUADRO 5:	<i>SLIDES</i> APRESENTADOS NA CAPACITAÇÃO REALIZADA EM 14 DE SETEMBRO DE 2023	87
QUADRO 6:	LISTA DE PRESENÇA DA CAPACITAÇÃO REALIZADA EM 14 DE SETEMBRO DE 2023.....	113
QUADRO 7:	<i>SLIDES</i> APRESENTADOS NA CAPACITAÇÃO REALIZADA EM 15 DE SETEMBRO DE 2023	115
QUADRO 8:	LISTA DE PRESENÇA DA CAPACITAÇÃO REALIZADA EM 15 DE SETEMBRO DE 2023.....	141
QUADRO 9:	<i>SLIDES</i> APRESENTADOS PELO CONSÓRCIO CONCREMAT-TESE NO EVENTO REALIZADO EM 23 DE NOVEMBRO DE 2023.	152
QUADRO 10:	<i>SLIDES</i> APRESENTADOS PELA SUDENE NO EVENTO REALIZADO EM 23 DE NOVEMBRO DE 2023.	168
QUADRO 11:	<i>SLIDES</i> APRESENTADOS PELO BNDES NO EVENTO REALIZADO EM 23 DE NOVEMBRO DE 2023.	176
QUADRO 12:	<i>SLIDES</i> APRESENTADOS PELA POSITIVO TECNOLOGIA NO EVENTO REALIZADO EM 23 DE NOVEMBRO DE 2023.....	182
QUADRO 13:	<i>SLIDES</i> APRESENTADOS PELO BNB NO EVENTO REALIZADO EM 23 DE NOVEMBRO DE 2023.	193
QUADRO 14:	LISTA DE PRESENÇA DO EVENTO REALIZADO EM 23 DE NOVEMBRO DE 2023.....	200

LISTA DE SIGLAS

BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNB	Banco do Nordeste
BNDES	Banco de Desenvolvimento Econômico e Social
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CDL	Câmara de Dirigentes Lojistas
CIFS	Centro das Indústrias de Feira de Santana
CRAEDI	Centro Municipal de Referência e Apoio à Educação Inclusiva
ECA	<i>Export Credit Agencies</i>
FDNE	Fundo de Desenvolvimento do Nordeste
FIEB	Federação das Indústrias do Estado da Bahia
FNE	Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste
FUNDECI	Fundo de Desenvolvimento Econômico, Científico, Tecnológico e de Inovação
GRI	<i>Global Report Initiative</i>
NGFeira	Núcleo Gestor de Feira de Santana
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
PMFS	Prefeitura Municipal de Feira de Santana
PNDR	Política Nacional de Desenvolvimento Regional
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPP	Parceria Público-Privada
PRDNE	Plano Regional de Desenvolvimento do Nordeste
Prodeter	Programa de Desenvolvimento Territorial
PROINFRA	Programa de Incentivo às Fontes Alternativas
SEDUR	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano
SETTDEC	Secretaria Municipal de Trabalho, Turismo e Desenvolvimento Econômico
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
UEFS	Universidade Estadual de Feira de Santana

1 INTRODUÇÃO

A Etapa 5 da elaboração da Carteira de Projetos Estruturadores de Feira de Santana refere-se à Construção de Capacidades para a implementação dos Projetos Estruturadores Prioritários, e está subdividida em duas sub-etapas: 1 - **Capacitação do Núcleo Gestor em novos modelos de financiamento e modelagens jurídicas para projetos e identificação de novos parceiros**, e 2 - **Suporte técnico ao município para realização de evento de negociação com os possíveis parceiros financiadores**.

Durante a primeira sub-etapa foram realizadas capacitações, de modo virtual e presencial, acerca dos temas a seguir:

- Conceitos e diretrizes de PPP (Parceria Público-Privada) no Brasil e principais pontos do marco legal das PPPs;
- Principais funções do setor privado no desenvolvimento de um projeto de PPP;
- Experiências de PPP/concessões bem-sucedidas;
- Noções de financiamento de projetos em infraestrutura, PPP e contratos de concessões;
- Fontes de acesso ao financiamento nacionais e internacionais;
- Formas inovadoras de financiamento de projetos econômicos e sociais para municípios;
- Noções de modelagens jurídicas inovadoras (nova lei de licitações, marco legal da inovação, encomendas tecnológicas) e Legislações pertinentes ao tema.

Já durante a segunda sub-etapa foi organizado evento realizado na tarde do 23 de novembro de 2023, que contou com presença de representantes da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), de instituições bancárias, como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Banco do Nordeste (BNB), e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID); de empresas privadas, como a GridFSA e a Positivo Tecnologia. Para esse evento foram convidados os integrantes do Núcleo Gestor de Feira de Santana, lideranças locais e representantes da sociedade civil.

2 CAPACITAÇÃO DO NÚCLEO GESTOR EM NOVOS MODELOS DE FINANCIAMENTO E MODELAGENS JURÍDICAS PARA PROJETOS E IDENTIFICAÇÃO DE NOVOS PARCEIROS

2.1 CAPACITAÇÃO DIA 24 DE AGOSTO DE 2023

A capacitação realizada no dia 24 de agosto de 2023, das 8h30 às 12h00 horas, foi conduzida por Fernando Leme Fleury, economista integrante do Consórcio Concremat-Tese.

Iniciou-se com Fernando Leme Fleury realizando a apresentação dos temas abordados nos quatro dias de capacitação. Em seguida o Secretário Municipal de Trabalho, Turismo e Desenvolvimento Econômico, Wilson Ferreira Falcão, cumprimentou alguns dos representantes ali presentes e abriu a fala para Mirna Cortopassi Lobo, integrante do Consórcio Concremat-Tese, que fez uma breve abordagem sobre os temas abordados.

A primeira parte da capacitação ocorreu das 8h50 às 10h45 horas onde foram apresentados os Conceitos e diretrizes de PPP no Brasil e principais pontos do marco legal das PPP e Experiências de PPP/concessões bem-sucedidas, inicialmente foram expostos os três principais ciclos históricos do desenvolvimento da estrutura de PPP da economia mundial. Logo após foi apresentado o início da estruturação da PPP no Brasil e as gerações dos ciclos de negócios e apresentação da Lei Federal 11.079/2004: Parcerias Público Privados.

A segunda parte da capacitação ocorreu das 10h50 ao 12h00 horas onde foram detalhadas as Principais funções do setor privado no desenvolvimento de um projeto de PPP, neste contexto foram abordadas as primeiras obras de infraestrutura efetivadas com o modelo de PPP, descrição de um modelo do cronograma mínimo para análise do Poder Público para a preparação da PMI, até a avaliação e seleção do projeto. Por fim Fernando Leme Fleury apresentou um quadro onde mostra as diferenças entre Obra Pública e Projeto Estruturado, em relação a Licitações, RBC e Concessões.

A capacitação foi encerrada às 12h00 com as falas dos integrantes do Consórcio Concremat-Tese, Fernando Leme Fleury e Mirna Cortopassi Lobo.

2.1.1 Conteúdo pedagógico apresentado e fornecido

No QUADRO 1 são apresentados *slides* da capacitação realizada em 24 de agosto de 2023, que teve como temas: Conceitos e diretrizes de PPP no Brasil e principais pontos do marco legal das PPP e Experiências de PPP/concessões bem-sucedidas; e Conceitos e diretrizes de PPP no Brasil e principais pontos do marco legal das PPP e Experiências de PPP/concessões bem-sucedidas.

QUADRO 1: SLIDES APRESENTADOS NA CAPACITAÇÃO REALIZADA EM 24 DE AGOSTO DE 2023

Capacitação do Núcleo Gestor

Novos modelos de financiamento
e modelagens jurídicas para
projetos e identificação de novos
parceiros

2022 – 2035

Feira de Santana

Estado da Bahia

24/08/2023



LISTA DE PRESENÇA



<https://forms.gle/8SEIjHXwLvipeRcp6>



CONCEITOS E DIRETRIZES DE PPP NO BRASIL E PRINCIPAIS PONTOS DO MARCO LEGAL DAS PPP



Infraestrutura e Mercado Financeiro no Mundo - Origens

- Qual a posição do Estado no mercado de infra-estrutura?
 - No caso brasileiro o Estado detém a **titularidade formal** sobre a prestação de serviços no setor de infra-estrutura.
 - Nos Estados Unidos e no Reino , a posição do Estado tende a ser subsidiária em relação à posição privada. O Estado ocupa espaços essenciais deixados vazios pelo privado.
 - Na década de 1980, colocou-se a partir da Inglaterra e do Chile a antinomia regulação versus desregulamentação, compreendida como a retirada do Estado de funções onde já não era mais necessário.



Infraestrutura e Mercado Financeiro no Mundo – Os 3 Ciclos do Século XX

- 1900 à década de 30: Expansão baseada no livre mercado
- 1930 a 1980: Os anos de ouro da regulação
- 1980 a 2020: A era de ouro da liberalização



O Primeiro Ciclo – Expansão da Infraestrutura com base no Mercado

- Ferrovias
- Energia
- Construção Civil
- Utilities
- Indústria



O Primeiro Ciclo – Esgotamento e o Surgimento de um novo modelo

- Etapa 1: 1900 a 1929
 - Resultado espontâneo, pouco planejado, das transformações por que passava a base produtiva das principais economias avançadas na virada do século: desenvolvimento da eletrificação, telefonia, gás encanado, expansão do sistema ferroviário e marítimo, etc.
 - Suprema Corte Americana no caso Munn v. Illinois, em 1878.
 - Suprema Corte determina que qualquer atividade, revestida de "interesse público", em que fosse empregada propriedade privada, seria passível de regulação por parte do Estado (não obstante a injunção da 14ª emenda que visava proteger o caráter privado da propriedade).
 - Aquela decisão foi acompanhada de uma série de medidas, a maior parte delas voltada para a área de infraestrutura e sistema financeiro: ferrovias no Interstate Commerce Act de 1887, eletricidade, telefonia e trânsito no Estado de Massachusetts em 1885, ligações interurbanas pelo Mann-Elkins Act (1910), Cias. de Seguro contra Incêndios em 1913, entre outros.



Esgotamento do Ciclo do Séc. XIX no Mercado Financeiro

- Década de 30 e a grande depressão:
 - Conseqüente aumento na demanda pela intervenção do Estado na economia gerou uma série de medidas nos EUA:
 - Banking Acts de 1933 e 1935 que, entre outras providências, instituíram a Federal Deposit Insurance Company;
 - Securities Act (1933) e o Securities Exchange Act (1934), o último tendo criado a Securities and Exchange Commission.
 - Também é do mesmo período a criação da Federal Communications Commission (1934), Federal Power Commission (1935), Federal Maritime Commission (1936) e Civil Aeronautics Board (1938).



Segundo Ciclo: Anos de Ouro da Regulação

- De 1940 a 1970
 - Período de institucionalização, em que a regulação da atividade econômica se torna uma atividade na qual passam a estar envolvidos corpos técnicos qualificados, no interior de instituições governamentais dotadas de atribuições bem definidas.
 - Neste período temos o aperfeiçoamento das instituições regulatórias, com a difusão das práticas regulacionistas não apenas entre os países capitalistas avançados mas também naqueles em desenvolvimento, tendência que se verificou paralelamente aos movimentos de emancipação nacional.



Segundo Ciclo: Anos de Ouro da Regulação

- De 1940 a 1970
 - Os enfoques, todavia, diferiram radicalmente de acordo com o grau de desenvolvimento industrial dos países:
 - EUA: regulação privilegia a **eficiência** alocativa e a equidade distributiva, visando uma oferta de bens e serviços mais diversificada e a custos mais reduzidos;
 - Europa Ocidental e o Japão estabeleciam como meta fundamental garantir um grau de desenvolvimento econômico e tecnológico paralelo ao registrado pela economia americana, mesmo que muitas vezes isto implicasse em custos não tão baixos quanto seria possível e nem em uma defesa muito rígida da concorrência em determinados setores de atividade.
 - Regulação enfatizava considerações de ordem dinâmica: aumento de produtividade e maior capacitação tecnológica, no âmbito do contexto mais amplo de suas políticas industriais nacionais



Segundo Ciclo: Esgotamento e gatilhos

- A partir de 1973
 - Período de transição, correspondente à década de 70, de indefinição com algumas tentativas pouco articuladas de “desregulamentação”.
- Décadas de 1980 e 1990
 - “Era da Liberalização” ou da “Desregulamentação”, governos Thatcher, Reagan e Pinochet.
- Décadas de 1990 a 2005: Aprofundamento do ciclo de desregulamentação



Terceiro Ciclo: Setores Chave

- Infrastructure as a business.
- Necessidade de capital e disponibilidade no mercado financeiro.
 - Telecomunicações
 - Energia
 - Transporte aéreo
 - Operações de mercado financeiro



Infraestrutura no Brasil

- E no Brasil?

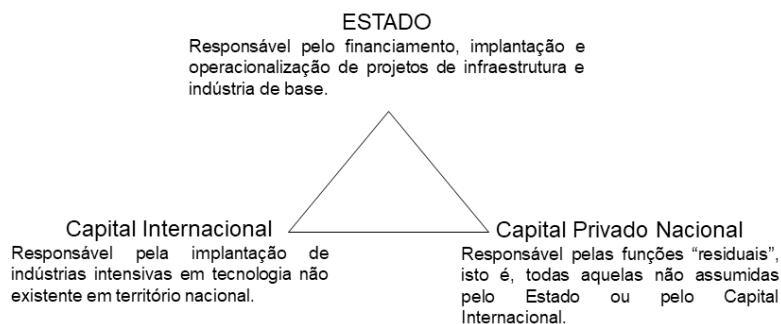
Início do séc.XX	1930	Ciclo de S.I.	1956	Plano de Metas	1960/4
<ul style="list-style-type: none"> • Agro-primária exportadora <ul style="list-style-type: none"> • Volátil • Baixo dinamismo • Déficit comercial congênito • Políticas públicas: valorização do café => ↑ PIB • Centralização da comercialização • Base industrial nascente 		<ul style="list-style-type: none"> • Indução ao crescimento e estabilidade externa <ul style="list-style-type: none"> • Mercado interno • Base industrial • Políticas públicas: <ul style="list-style-type: none"> Restrição a importações Diferenciação cambial Seleção de setores por estrangulamento externo Presença direta do Estado • Base industrial heterogênea / aleatória 		<ul style="list-style-type: none"> • Manutenção dos princípios precedentes, mais <ul style="list-style-type: none"> • Ordenamento do desenvolvimento industrial • Formação de um tecido produtivo planejado / organizado: automóveis, bens duráveis • Políticas públicas: <ul style="list-style-type: none"> Viabilizar indústrias "complexas" Financiamento subsidiado (BB, BNDE) Organização do mercado financeiro 	

Infraestrutura no Brasil

- Plano de Metas: Prioridades
 - Energia elétrica, carvão, petróleo, ferrovias, rodovias, siderurgia, cimento, indústria automobilística, indústria mecânica e de material elétrico pesado, educação e alimentação
- Infraestrutura:
 - Ferrovias: 38,1 mil km operacionais
 - Rodovias: 4,1 para 13,4 mil km pavimentados
 - Chesf e Furnas
 - BNDE

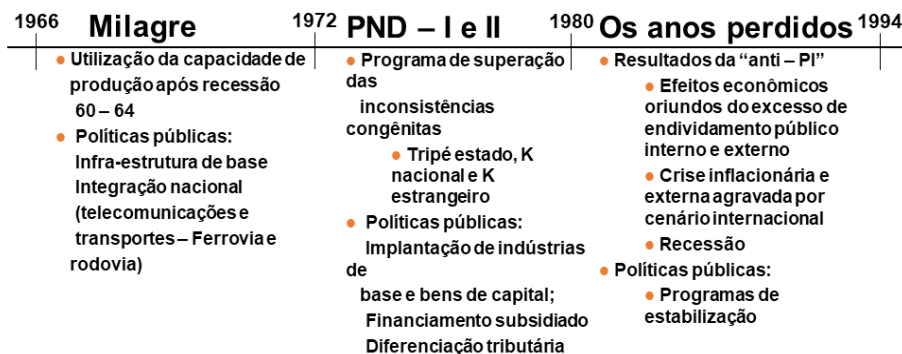
Infraestrutura no Brasil

• Plano de Metas: Arquitetura



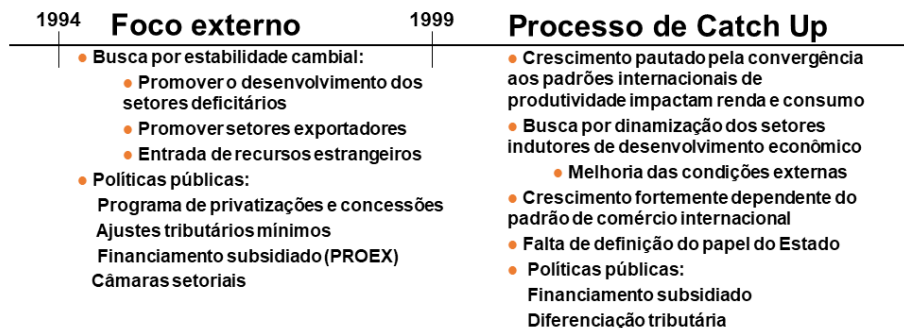
Infraestrutura no Brasil

• E no Brasil?



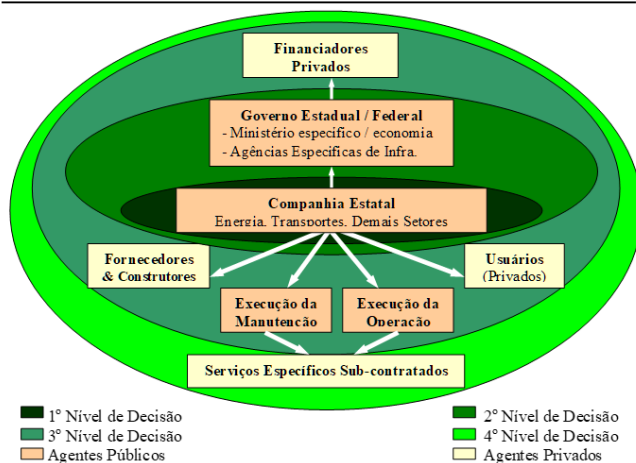
Infraestrutura no Brasil

• E no Brasil?



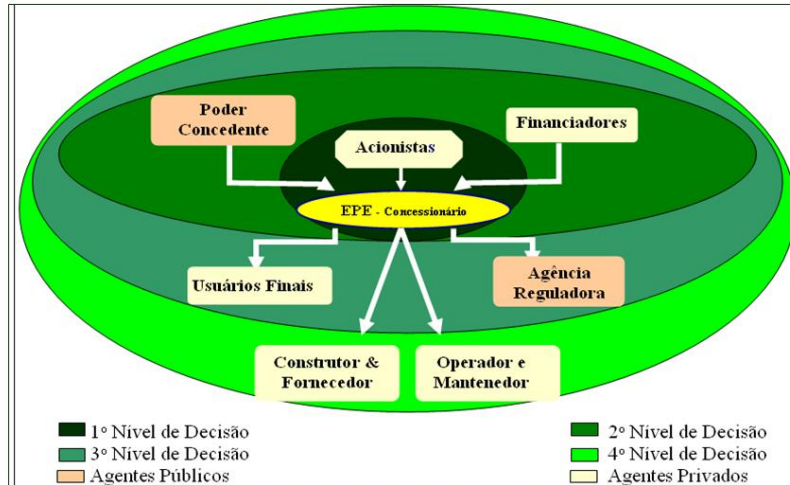
Infraestrutura no Brasil

• Modelos de re-regulamentação: Transição da década de 90

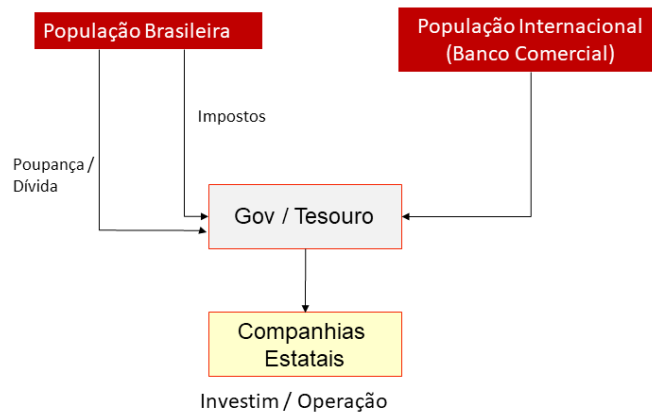


Infra-estrutura no Brasil

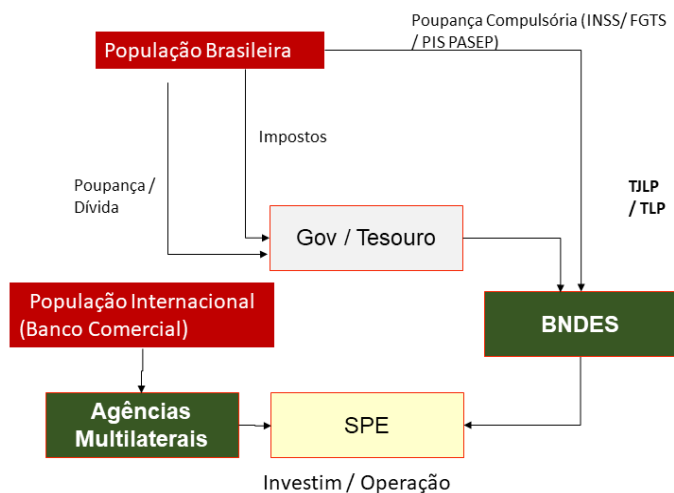
- Modelos de re-regulamentação: Transição da década de 90



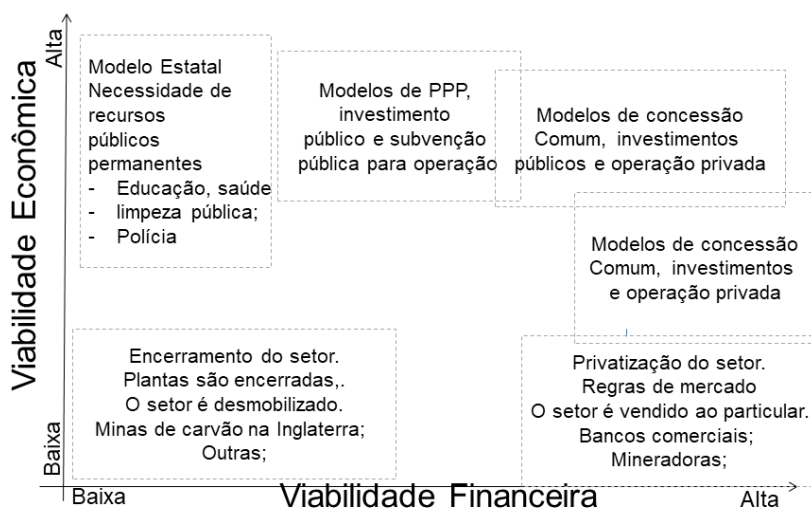
Transição do Modelo de Funding: Décadas de 1930 a 1970



Transição do Modelo de Funding: Décadas de 1990 a 2000 – 1º e 2º Ciclo



Matriz Preliminar de Decisões



22

1ª Geração de Projetos Privados: 1991 a 1994

- Período de Privatizações
 - Privatização = alienação de ativos, seja na forma de ativos físicos, seja na forma de venda de blocos acionários
 - Setores fortemente geradores de caixa
 - Bancos
 - Mineração e siderurgia
 - Companhias estatais: elétricas, saneamento e outras
 - Pequena necessidade de regulação



2ª Geração: 1995 a 1999

- Concessões de setores tradicionais
 - Concessão = delegação do direito e da obrigação de prestação de um serviço público, possivelmente combinada com a implantação de infraestrutura
 - Setores autossustentáveis pela tarifa
 - Logística: Rodovias, ferrovias e portos
 - Energia: Geração, T&D
 - Telecomunicações
 - Mobilidade urbana
 - Água e saneamento
 - Elevada necessidade de planejamento e regulação



2ª Geração: Sucessos e insucessos

Setor	Quant. Projetos	Financiamento (R\$ bi)	Investimento (R\$ bi)
Energia elétrica	101	31,0	52,9
Geração hidrelétrica	22	18,5	30,3
Geração termelétrica	12	4,0	9,2
PCHs	28	1,8	2,6
Transmissão	34	6,2	10,1
Fontes alternativas	3	0,3	0,5
Cogeração	2	0,2	0,2
Telecomunicações	5	4,8	21,1
Logística	31	3,9	10,8
Rodovias	19	2,2	4,5
Portos, terminais e armazéns	8	1,2	4,3
Ferrovias	4	0,4	2,0
Gás e petróleo	8	1,6	7,0
Transporte e distr. gás	5	0,4	0,8
Expl. prod. refino de petróleo	2	0,3	3,0
Transp. Dutoviário	1	0,8	3,2
Construção naval	1	0,8	1,4
Total	146	42,1	93,1

3ª Geração de Projetos Privados: 2007 a 2014

- As várias etapas da Lei 11.079/2004: Parcerias Público Privadas
 - Novos setores
 - Obrigatoriedade de Prestação de Garantias
 - Compartilhamento eficiente de riscos entre as partes
 - **Remuneração advinda do Poder Concedente**
- Os Processos de Manifestação de Interesse Privado (MIP), ou Processo de Manifestação de Interesse (PMI)
- O papel das Empresas Públicas de Natureza Privada
- Os novos padrões regulatórios: Regulação Externa ou regulação interna

3ª Geração de Projetos: Novos Setores

- Serviços públicos compreendidos como “aquilo que o setor público faz”
 - Urbanização: habitacionais e serviços difusos (Porto Maravilha)
 - Facility management (Centro Administrativo, Hospitais, UBS, Escolas, Fóruns, Universidade, Estádios)
- Serviços de empresas estatais
 - Data center
 - Pátio do Detran
 - Logística de medicamentos
- Política industrial
 - Fábrica de semicondutores no Rio Grande do Sul
- Tecnologia de serviços públicos
 - Aula Interativa



5ª Geração: desestatização das concessões

- Ética liberal e minimização da participação do Estado
 - Alienação de ativos (refinarias e poços) da Petrobrás
 - Diminuição da participação do BNDES, obrigatoriedade de combinação com recursos de mercado
- Desarticulação dos agentes públicos executores de política industrial: BNDES, ABGF, Eletrobrás, Petrobrás, EPL e outras.
- Gaps relevantes:
 - Mercado segurador;
 - Acionistas de grande porte;
 - Riscos institucionais e regulatórios.



DESENVOLVIMENTO DE UM PROJETO DE PPP O caso 6 do Metrô de São Paulo

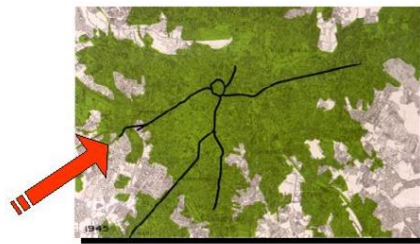


O Pano de Fundo do Projeto

- Visão interna do Estado: dilema de visões
 - Metrô de São Paulo: Capacidade de implantação, operação e manutenção de novas linhas.
- Secretaria do Planejamento:
 - Aumentar a velocidade de implantação de novas linhas (reduzida a 1 km / ano)
 - Abrir a caixa preta dos custos operacionais do Metrô SP
 - Criar contraponto a pressões sindicais



A Linha 6 começa com a Linha 4



1945
"O SISTEMA METROPOLITANO
DE SÃO PAULO"
Eng. Mário Lopes Leão

1947
METRÔ DE PARIS



Previsão da Linha 4 deste 1950



1948
"SISTEMA DE TRÂNSITO RÁPIDO"
COMPANHIA GERAL DE ENGENHARIA
PMSP

1956
"ANTEPROJETO DE UM SISTEMA DE
TRANSPORTE RÁPIDO METROPOLITANO"
Eng. Prestes Maia -PMSP



Revisões da Década de 1950



1957
REVISÃO DOS PLANOS
DO METROPOLITANO
Departamento de Urbanismo - PMSP

A década de 1990

- 1994
 - ◆ Aprovação do COFIEX
 - ◆ Appraisal Banco Mundial
 - ◆ Negociação Contrato Financiamento- Aguarda autorização Gov. Federal
 - ◆ V. SÔNIA-PAULISTA SEM 3 ESTAÇÕES - Custo US\$1,5 Bi
- 1995
 - ◆ Crise Financeira do Estado
 - ◆ Bloqueio das Operações de empréstimo
 - ◆ Enquadramento BNDES para participação no Projeto
 - ◆ Banco Mundial - Aumento exigências participação setor privado
- 1996
 - ◆ Conhecimento da Experiências - Europa e Ásia
 - ◆ Modelo Inicial de Concessão precedida de Obra
 - ◆ V. SÔNIA-PAULISTA- TODAS AS ESTAÇÕES - Custo US\$ 1,5 Bi

A década de 1990

- 1997
 - ◆ Primeiro Acordo da Dívida - Estado x União - Excepcionalização do Projeto
 - ◆ Contratação do IFC
 - *Financial Adviser
 - *Auditação Técnica
 - *Contornos Legais
 - ◆ "Road-Show" Preliminar
- 1998
 - ◆ Fechamento da Modelagem Financeira - IFC
 - ◆ Apresentação ao COFIEIX
 - ◆ Publicação Memorando Preliminar de Informações
 - ◆ **V. SÔNIA-LUZ - TODAS AS ESTAÇÕES - Custo US\$ 2,0 BI**
- 1999
 - ◆ Crise Cambial
 - ◆ Retração do Mercado
 - ◆ Alteração das Premissas e Custos
 - ◆ **GOVERNO FEDERAL NÃO LIBERA PROSSEGUIMENTO DOS FINANCIAMENTOS**
 - ◆ Suspensão forçada

Década de 2000

- 2000
 - ◆ Reaquecimento do mercado
 - ◆ Recuperação das demandas
 - ◆ Metrô - Plano Estratégico -Esforço na redução dos custos de investimento
 - ◆ SETEMBRO- Acordo da Dívida - GF/GESP
 - ◆ Redução na capacidade de endividamento
 - ◆ Novos limites para empréstimos
 - ◆ **OUTUBRO - AUTORIZAÇÃO DO COFIEIX**

REDUÇÃO DOS FINANCIAMENTOS - US\$1.016 M → US\$ 418M

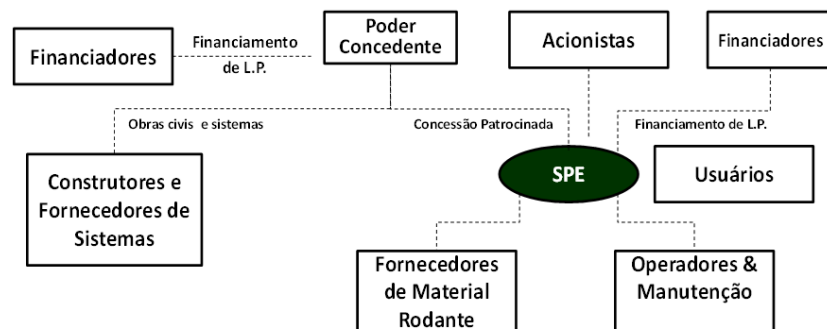


Década de 2000

- 2002: Licitação das obras civis: Contrato de Turn Key subdividido em três lotes, recursos provenientes do Banco Mundial.
- 2005: Licitação para o contrato de PPP
- 2006: Contrato de PPP firmado



O modelo de Negócio Proposto



Implantação em Duas Etapas – Etapa 1

- Implantação das principais estações (Butantã, Pinheiros, Faria Lima, Paulista, República e Luz), pátio de manutenção, infra-estrutura da linha e parte dos sistemas pelo Estado (contrato turn-key);
- Integração com todas as demais linhas de metrô e várias linhas de trens metropolitanos;
- O concessionário irá investir no material rodante e sistemas de Sinalização e Controle & Supervisão (aprox. US\$ 180 milhões de investimento);
- Características:
 - Passageiros 704 mil (dia) / 39.938 (trecho crítico) – 2009.
 - Frota 14 trens.

Implantação em Duas Etapas – Etapa 1

- O modelo permite que o Estado implemente ainda uma nova estação intermediária (Fradique Coutinho, Oscar Freire ou Higienópolis) ainda na Fase I sem afetar significativamente a qualidade do serviço;
- O Estado, nesta fase, não poderá implementar qualquer outra estação durante a Fase I, com o risco de comprometimento da qualidade operacional da linha.



Implantação em Duas Etapas – Etapa 2

- Implantação das estações Morumbi, VI. Sônia e intermediárias, parte dos sistemas e garantia de investimentos na Linha C por parte do Estado;
- O concessionário irá investir em material rodante e sistemas de Sinalização e Controle & Supervisão (aprox. US\$ 155 milhões de investimento);
- Nova projeção de demanda, conjuntamente entre o Estado e o Concessionário, já considerando a implantação da Fase II da Linha 5;
- Características:
 - Passageiros 1.019 mil (dia) / 48.596 (trecho crítico) – 2012.
 - Frota 29 trens.
 - A Fase II ocorrerá 4 anos após o início da Fase I



Investimentos

- A frota da Linha 4
 - O número de trens da Fase I foi calculado para se atingir uma concentração de passageiros de 6 passageiros por metro quadrado no ano de compra dos trens;
 - 2 aquisições de trens pelo Concessionário:
 - Fase 1 – número de trens definido no Edital (14 trens)
 - Fase 2 – número calculado de acordo com a nova projeção de demanda, levando-se em conta a experiência obtida na Fase 1 e considerando a expansão da Linha 5 como se esta já existisse.
 - Nova projeção de demanda para Fase II – Parceiro privado e Estado efetuarão projeção de demanda, caso os estudos apontem divergências o número de trens a ser adquirido dependerá de arbitragem;

Cronologia Final

- 2006: complexidade superlativa para fechamento dos financiamentos:
 - Financiamento de investimentos em duas etapas (obrigação contratual de investir)
 - Fontes internacionais de financiamento
 - Câmara de compensação tarifária (B.U.) e segurança sobre as receitas.
- 2010: Inauguração oficial, obras mais fase 1 da PPP (2 anos de atraso)
- 2017: Conclusão da implantação da linha completa

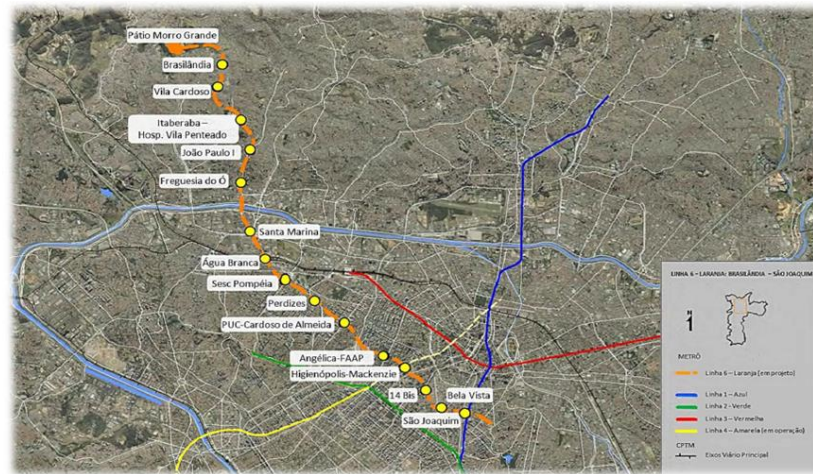


Conclusões

- O caso da Linha 4 é considerado parcialmente bem sucedido no Planejamento do GESP
 - Implantação tempestiva do material rodante e sistemas
 - Elevada eficiência operacional;
 - Transparência financeira;
 - Financiamento do Estado;
- Porém
 - 15 anos de implantação “ponta a ponta”
 - Problemas de gestão contratual

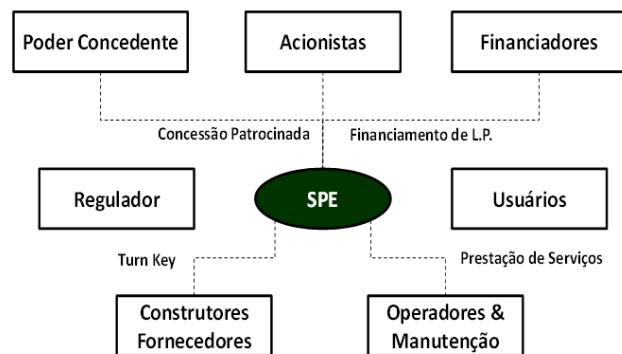


Linha 6: Aspectos Técnicos



Linha 6: Correção de Rumos sobre Linha 4

- PPP Global
 - Acelerar a obra
 - Mitigar riscos do GESP
 - Simplificar Gestão
 - Conteúdo nacional



Linha 6: Correção de Rumos sobre Linha 4

- Etapas do Projeto
 - De 2008 a 2011: contratação do projeto básico pelo Metrô de São Paulo
 - 2011: Projeto básico concluído, licenciamento iniciado
 - 2011: Chamamento público para estudos de MIP
 - Modelo de financiamento
 - Modelo jurídico
 - Compartilhamento de riscos
 - 2012: MP 575, Aportes Públicos



Linha 6: Premissa do Modelo

- Objeto da concessão:
 - Implantação global (via permanente subterrânea, pátio de manobras, estações subterrâneas, sistemas e material rodante)
 - Operação completa do transporte de passageiros na linha
- Prazo do contrato : 25 anos
- Sistemática do leilão:
 - Maior desconto sobre a contraprestação pública anual de referência - R\$ 603.945.498,60



Desafios: Vulto do Investimento

DESCRIÇÃO	PUBLICAÇÃO ABRIL	VERSÃO DEFINITIVA
APOORTE PÚBLICO	R\$ 3,9 Bi	R\$ 4,5 Bi
CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA ANUAL	R\$ 559,5 MM	R\$ 603,9 MM
TARIFA BÁSICA	R\$ 1,60 / PASSAGEIRO TRANSPORTADO	
CAPEX TOTAL	R\$ 9,1 Bi	
VALOR DESAPROPRIAÇÃO	R\$ 673,8 MM +10% DENTRO DO CAPEX	R\$ 891 MM FORA DO CAPEX



Linha 6: Premissa do Modelo

- Compartilhamento de riscos em favor do agente mais preparado para recebê-lo:
 - Estado
 - Desapropriações
 - Geotecnia
 - Política tarifária
 - Demanda (compartilhado)
 - Privado
 - Projeto / obra
 - Ambientais
 - Integração de sistemas
 - Financiamento

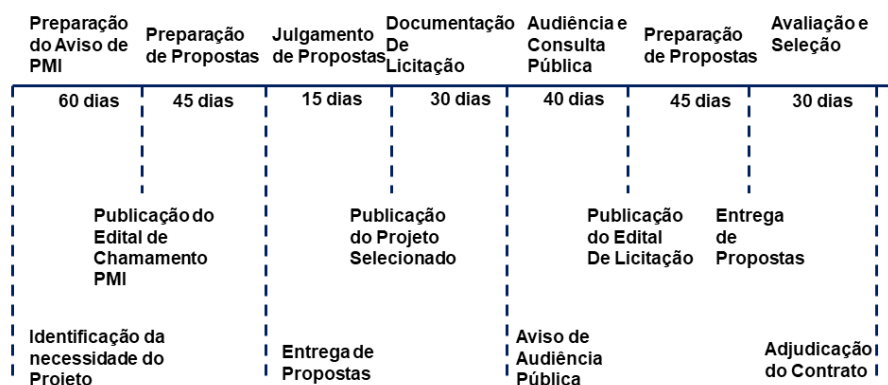


Linha 6: Estratégia de Funding

USOS	FONTES
CAPEX R\$ 9,1 Bi	APORTE PÚBLICO R\$ 4,4 Bi
DESPESAS PRÉ-OPERACIONAIS (INCLUI JUROS) R\$ 837 MM	BNDES R\$ 3,8 Bi
DESAPROPRIAÇÕES R\$ 891 MM	APORTE ACIONISTAS R\$ 1,8 Bi
	DESAPROPRIAÇÕES (PAGO PELO PODER CONCEDENTE) R\$ 891 MM
TOTAL: 10,8 Bi	TOTAL: 10,8 Bi

PRINCIPAIS ETAPAS DO DESENVOLVIMENTO DE UM PROJETO DE PPP

Cronograma Mínimo



- Mínimo de 270 a 300 dias
- Padrão atual: 540 a 720 dias

Crítérios

- Necessidades de órgãos da administração pública direta e indireta;
- Lógica do projeto (faz sentido?)
- Capacidade financeira inicial do projeto (pagamento dos usuários e / ou pagamento direto pelo Poder Concedente)
- Capacidade do Poder Concedente prestar garantias sólidas de pagamento do projeto (em caso de PPP)
- Complexidade:
 - Legislativa / Institucional (mais de um Poder Concedente, aprovação de leis, dúvidas em relação à solidez do modelo contratual)
 - Financeira: Porte do Projeto para o Estado, tarifa para os usuários, alavancagem de recursos, Pré-análise de Viabilidade
 - Técnica: incerteza de custos de construção ou operação

Obra Pública ou Projeto Estruturado

	Obra Pública		Projeto Estruturado		
	Licitação Convencional (8.666)	RDC	Concessão Comum	Concessão Patrocinada	Concessão Administrativa
Delimitação de Objeto	Qualquer obra ou serviço público.	- Olimpíadas - PAC - Sistema Único de Saúde - SUS - Unidades penais e de atendimento socioeducativo	Remuneração com base no serviço prestado a partir dos investimentos realizados. Cobrança de tarifa suficiente para cobertura de CAPEX privado e OPEX.	Existência de tarifa de uso (paga por usuários), mesmo que insuficiente para cobertura de CAPEX e OPEX	Inexistência de tarifa pelo serviço. Administração pública é beneficiária dos serviços prestados
Limitações Contratuais	Prazo nos serviços limitados a 60 meses Aditivos limitados a 25%.	Aditivos restritos à força maior, caso fortuito e Alterações unilaterais de projeto por parte do Poder Concedente.	Restrições à alocação de riscos (centrado no concessionário), garantias cedidas pelo Poder Concedente e pagamentos diretos	Contraprestação < 70% da geração de caixa total do projeto. Valor mínimo de R\$ 20 milhões. Prazo total < 35 anos.	Valor mínimo de R\$ 20 milhões. Prazo total < 35 anos.
Prazo da identificação do projeto à conclusão da licitação	Mínimo de 720 dias.	Mínimo de 300 dias.	Mínimo de 210 dias.	Mínimo de 340 dias, seguindo cronograma a seguir.	



Obra Pública ou Projeto Estruturado

	Obra Pública		Projeto Estruturado		
	Licitação Convencional (8.666)	RDC	Concessão Comum	Concessão Patrocinada	Concessão Administrativa
Disponibilidade de caixa público	Necessidade de caixa conforme cronogramas de pagamento		Não há necessidade de caixa vinculada ao projeto.	Necessidade de caixa para aporte público na fase de implantação.	
Projeto Básico	Necessário processo licitatório para contratação do projeto	Possibilidade de licitação com projeto funcional ou ante-projeto de engenharia.			
Licenciamento ambiental	Necessário licenciamento ambiental prévio à licitação da construção.	A depender da modalidade, alocado ao Poder Concedente ou ao privado.	Padrão: Licenciamento realizado pelo Contratado conforme conclusão do projeto básico. Alternativa: licenciamento realizado pelo Poder Concedente (necessário projeto básico completo).		
Endividamento	Financiamento do pagamento afeta diretamente o endividamento do Estado.		Não afeta o endividamento do Concedente em qualquer medida.	Pagamento de contraprestações não afeta o endividamento do Estado. Financiamento do aporte público afeta.	



Crêterios de Escolha

Recursos públicos:

- Capacidade de pagamento, curto prazo x longo prazo
- Capacidade de endividamento

Capacidade de gestão pública

- Parcelas sob responsabilidade pública
- Interfaces

Financiamento privado

- Fontes de financiamento seguras
- Necessidade de garantias



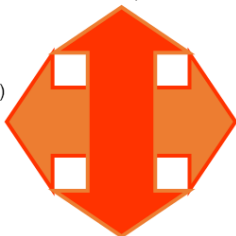
Decisões s/ estruturação do negócio

Natureza do Negócio:

- Mercado: Produto / Serviço;
- Demanda e concorrência
- Volatilidade de custos;
- Dificuldade de implementação
- Proporção entre ativos imobilizados
- Construção versus operação
- Potencial de Upside

Perfil do Financiador:

- Multilaterais
 - BNDES
 - Internacionais (BID / IFC / KFW)
- Agências de crédito a exportação
- Bancos comerciais
- Financiadores institucionais



Perfil do Investidor:

- Estratégicos
 - Construtores
 - Operadores
 - Fornecedores
 - Sub-fornecedores
- Financeiros
 - Fundos de infraestrutura
 - Bancos

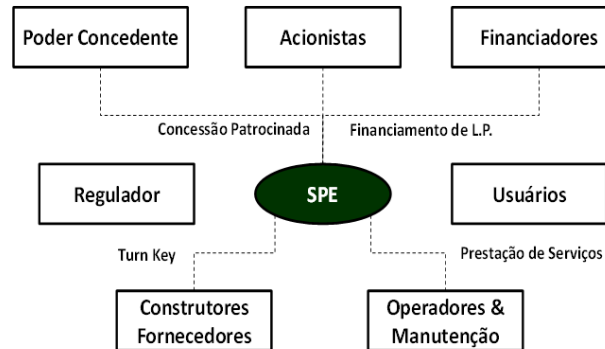
• Perfil do Projeto:

- Dependência de crescimento futuro
- Capacidade de financiamento
- Mensuração de riscos construtivos, operacionais e de mercado
- Outros indicadores



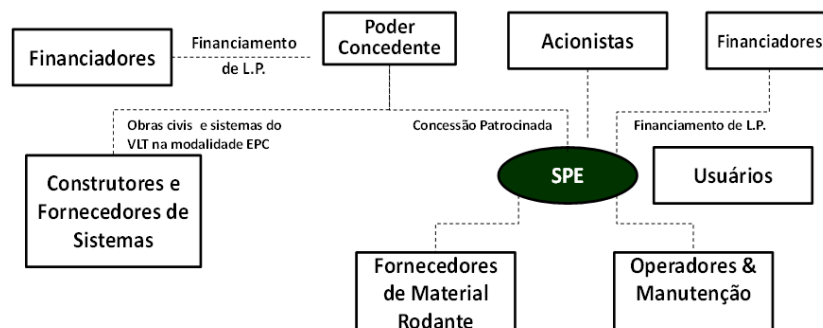
Modelo de Negócio

Exemplos: PPP Global, Linha 6 do Metrô de São Paulo



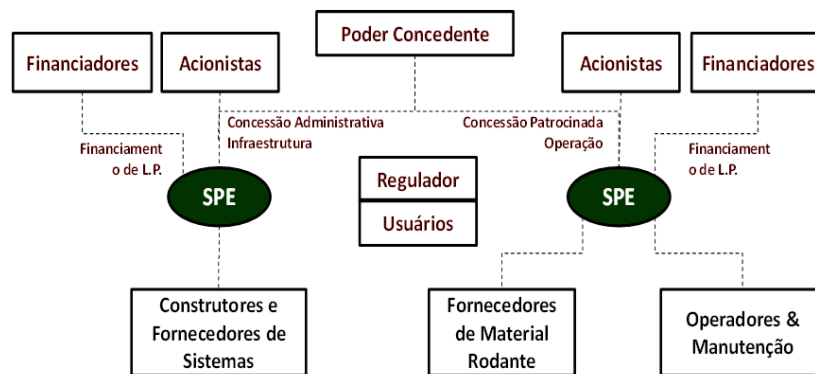
Estruturas de Modelo de Negócio

Exemplos: Obra Pública e PPP para Fornecimento e Operação, Linha 4 Metrô SP

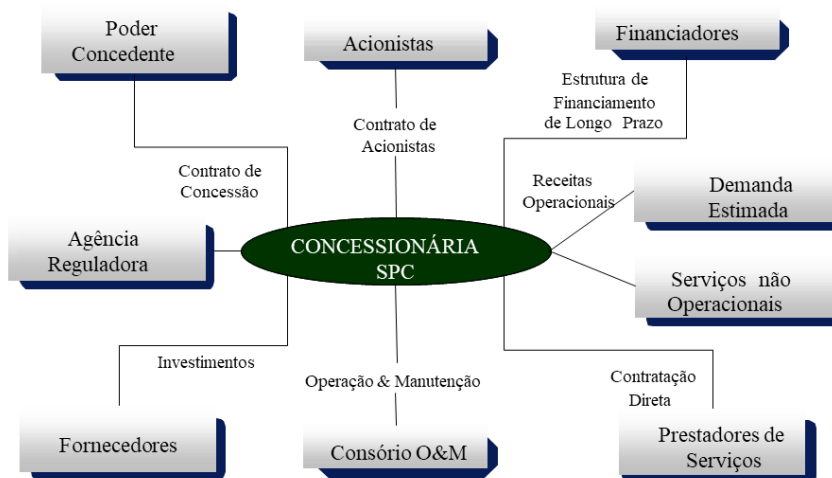


Estruturas de Modelo de Negócio

Exemplos: PPP de Infraestrutura e PPP de Operação. Projetos em Estudo

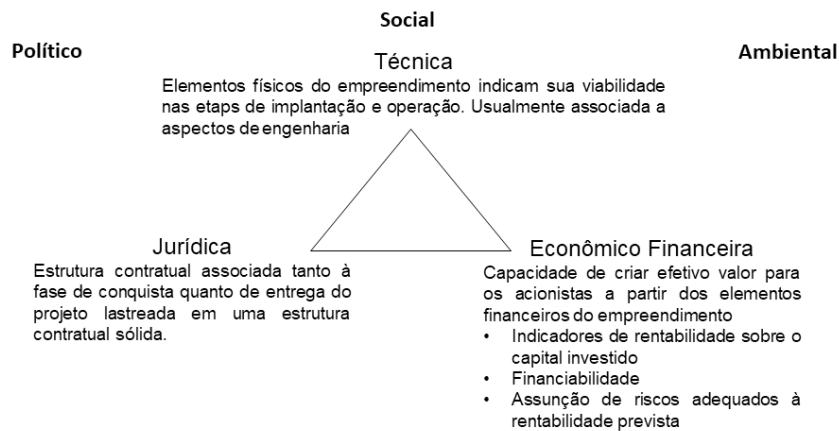


Estrutura Interna de Modelos

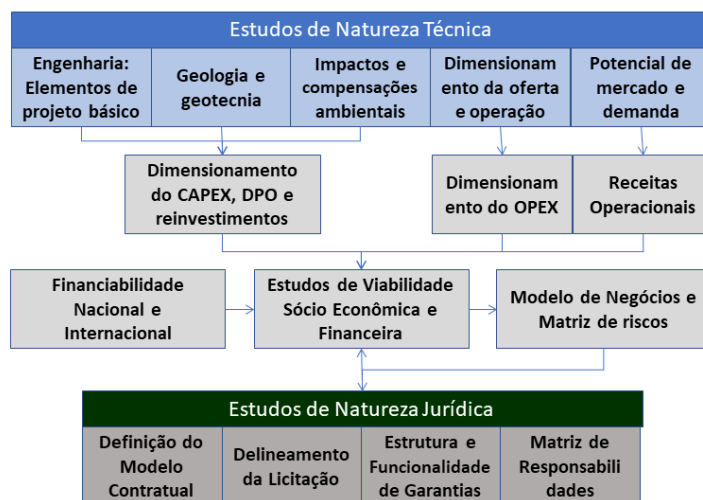


ANÁLISE DE VIABILIDADE

Viabilidade de Projetos Estruturados, uma análise multidimensional



Estrutura do estudo de viabilidade



66

Etapas do Estudo, Fase 1: Preparação de Estudos Públicos

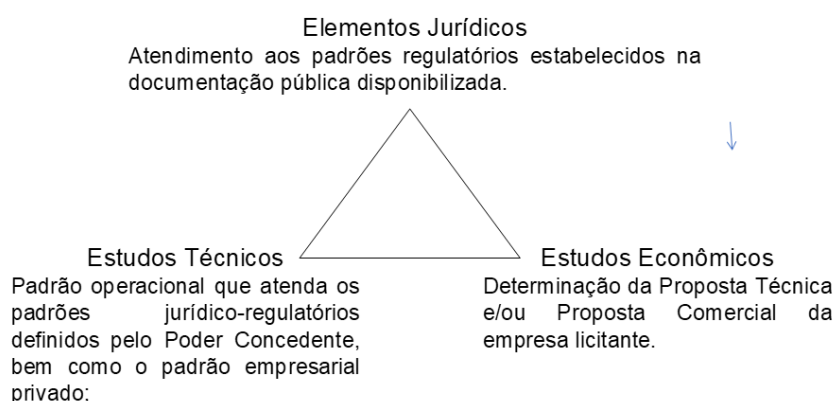
- Decisões:
 - Qual o padrão de serviços que será exigido dos operadores privados?
 - Qual a responsabilidade que o Poder Concedente assumirá sobre riscos relevantes do projeto?
 - Qual o melhor modelo de licitação dos serviços, tanto em relação ao objeto licitado quanto em relação às variáveis que serão utilizadas como referência para escolha do “melhor” para o Poder Concedente? (é preferível definir o “melhor” licitante como aquele que apresenta o melhor padrão de serviços para uma determinada tarifa, ou aquele que apresenta a melhor proposta financeira (outorga ou tarifa) para um determinado padrão de serviços, ou a combinação entre ambos?)
 - Qual o nível de flexibilidade operacional e tarifária que será transferida à iniciativa privada?

Etapas do Estudo, Fase 1: Preparação de Estudos Públicos

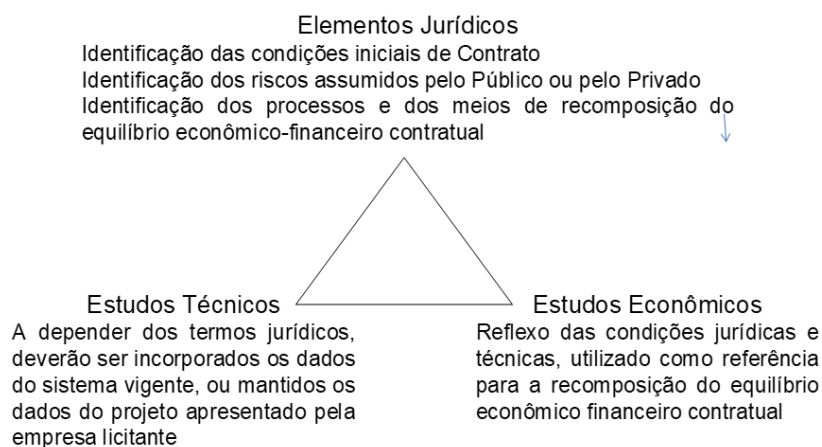
- Critérios:

- Demanda: usualmente dados de demanda existente, ou demanda oficial registrada. Adotar uma demanda diferente => necessidade de justificar a mudança na referência de dados e, não raramente, prover alguma forma de garantia pública de que as premissas que levam a uma nova demanda serão concretizadas, ampliando assim a responsabilidade do Poder Concedente face a um dos principais riscos do projeto.
- Projeções de demanda para períodos futuros podem considerar taxas de crescimento baseadas em crescimento da população, crescimento da renda ou fatos exógenos;
- Política tarifária: devem representar as decisões públicas a este respeito, sejam em favor da manutenção da política corrente, seja pela previsão de mudanças nos padrões tarifários para a fase de execução contratual;
- Despesas: corresponder a parâmetros e premissas “oficiais”, tais como as consubstanciadas em planilhas tarifárias dos distintos sistemas.

Etapas do Estudo, Fase 2: Proposta de Licitação



Etapas do Estudo, Fase 3: Gestão Contratual



COORDENAÇÃO GERAL
Mirna Cortopassi Lobo
mirna@tesetecnologia.com.br

GESTOR DO CONSÓRCIO
Carlos Henrique Pires Leandro

EQUIPE TÉCNICA EXECUTIVA
Caroline Nayara Rech
caroline@tesetecnologia.com.br
Mariano de Matos Macedo
Patrícia Costa Pellizzaro
Sandra Mayumi Nakamura

COORDENAÇÃO DO ESCRITÓRIO LOCAL
José Renato Sena Oliveira

EQUIPE TÉCNICA – CONSULTORES ESPECIALISTAS
Fernando Leme Fleury
Francisco De Assis Mendonça
Roseli Maria Da Rocha Dos Santos

EQUIPE TÉCNICA COMPLEMENTAR
Bruno Ruchinski De Souza
Renata Lazinski Silva
Camila Alves Maia
Mariane Gasquel Coelho
Leticia Schmitt Cardon
Raquel Guidolin de Paula

Consórcio Concremat-Tese



2.1.2 Registro fotográfico

Na FIGURA 1 é apresentado o registro fotográfico realizado através de capturas de tela da capacitação do dia 24 de agosto de 2023.

FIGURA 1: CAPTURAS DE TELA DA CAPACITAÇÃO REALIZADA EM 24 DE AGOSTO DE 2023

The figure consists of three screenshots from a Google Meet session titled "Capacitação do Núcleo Gestor em novos modelos de financiamento e modelagens jurídicas para projetos e identificação de novos parceiros".

Screenshot 1 (Top): Shows the "PROGRAMA" slide. It details the schedule for three virtual sessions:

Horário	Tema
08:30 às 12:00 horas	24 de agosto de 2023 (Virtual) Conceitos e diretrizes de PPP no Brasil e principais pontos do marco legal das PPP Principais funções do setor privado no desenvolvimento de um projeto de PPP
08:30 às 12:00 horas	25 de agosto de 2023 (Virtual) Noções de financiamento de projetos em infraestrutura, PPP e contratos de concessões Fontes de acesso ao financiamento nacionais e internacionais
08:30 às 12:00 horas	14 de setembro de 2023 (Virtual) Formas inovadoras de financiamento de projetos econômicos e sociais para municípios;
08:30 às 12:00 horas	15 de setembro de 2023 (Virtual) Noções de modelagens jurídicas inovadoras (nova lei de licitações, marco legal da inovação, encomendas tecnológicas) e Legislações pertinentes ao tema.

Screenshot 2 (Middle): Shows the "Segundo Ciclo: Esgotamento e gatilhos" slide. It lists the following points:

- A partir de 1973
 - Período de transição, correspondente à década de 70, de indefinição com algumas tentativas pouco articuladas de "desregulamentação".
- Décadas de 1980 e 1990
 - "Era da Liberalização" ou da "Desregulamentação", governos Thatcher, Reagan e Pinochet.
- Décadas de 1990 a 2005: Aprofundamento do ciclo de desregulamentação

Screenshot 3 (Bottom): Shows the same "Segundo Ciclo: Esgotamento e gatilhos" slide, but with a mouse cursor hovering over the bullet point "Décadas de 1980 e 1990".

meet.google.com/dqe-okph-rnd?authuser=0

Google WhatsApp Webmail - Login Administração de E... Claro - Conta On Li... Certidão federal Certidão municipal Certidão estadual Certidão CNPJ Outros marcadores

Almeida e Fleury (Apresentando)

Terceiro Ciclo: Setores Chave

- Infrastructure as a business.
- Necessidade de capital e disponibilidade no mercado financeiro.
 - Telecomunicações
 - Energia
 - Transporte aéreo
 - Operações de mercado financeiro

09:09 | Capacitação do Núcleo Gestor em novos mo...

Pessoas

Desativar o som de todos Adic. pessoas

Colaboradores 16

- TESE Tecnologia ... (Você) Organizador da reunião
- Alido Sabino
- Almeida e Fleury
- Almeida e Fleury Apresentação
- Ana Paula
- Carlos Henrique Pires L...

meet.google.com/dqe-okph-rnd?authuser=0

Google WhatsApp Webmail - Login Administração de E... Claro - Conta On Li... Certidão federal Certidão municipal Certidão estadual Certidão CNPJ Outros marcadores

Almeida e Fleury (Apresentando)

Terceiro Ciclo: Setores Chave

- Infrastructure as a business.
- Necessidade de capital e disponibilidade no mercado financeiro.
 - Telecomunicações
 - Energia
 - Transporte aéreo
 - Operações de mercado financeiro

09:09 | Capacitação do Núcleo Gestor em novos mo...

Pessoas

Desativar o som de todos Adic. pessoas

- Edson Piaggio
- Francisco Altanizio
- José Renato Sena
- Mariano
- Mirna Cortopassi Lobo
- Nathalia Oliveira
- Renata Lazinski

meet.google.com/dqe-okph-rnd?authuser=0

Google WhatsApp Webmail - Login Administração de E... Claro - Conta On Li... Certidão federal Certidão municipal Certidão estadual Certidão CNPJ Outros marcadores

Almeida e Fleury (Apresentando)

Linha 6: Correção de Rumos sobre Linha 4

- Etapas do Projeto
 - De 2008 a 2011: contratação do projeto básico pelo Metrô de São Paulo
 - 2011: Projeto básico concluído, licenciamento iniciado
 - 2011: Chamamento público para estudos de MIP
 - Modelo de financiamento
 - Modelo jurídico
 - Compartilhamento de riscos
 - 2012: MP 575, Aportes Públicos

11:27 | Capacitação do Núcleo Gestor em novos mod...

Pessoas

Desativar o som de todos Adic. pessoas

- Almeida e Fleury
- Mirna Cortopassi...
- Wilson Falcão
- José Renato Sena
- Mariano
- Sandra Mayumi
- Renata Lazinski
- Mais 6 pessoas
- TESE Tecnologia ...

meet.google.com/dqe-okph-rnd?authuser=0

Google WhatsApp Webmail - Login Administração de E... Claro - Conta On Li... Certidão federal Certidão municipal Certidão estadual Certidão CNPJ Outros marcadores

Almeida e Fleury (Apresentando)

Terceiro Ciclo: Setores Chave

- Infrastructure as a business.
- Necessidade de capital e disponibilidade no mercado financeiro.
 - Telecomunicações
 - Energia
 - Transporte aéreo
 - Operações de mercado financeiro

Almeida e Fleury

Mais 13 pessoas

TESE Tecnologia Arquitetura e...

Pessoas

Desativar o som de todos Adic. pessoas

E	Edson Piaggio		
	Francisco Altanizlo		
J	José Renato Sena		
M	Mariano		
M	Mirna Cortopassi Lobo		
N	Nathalia Oliveira		
R	Renata Lazinski		

09:09 | Capacitação do Núcleo Gestor em novos mo...

Almeida e Fleury (Apresentando)

Terceiro Ciclo: Setores Chave

- Infrastructure as a business.
- Necessidade de capital e disponibilidade no mercado financeiro.
 - Telecomunicações
 - Energia
 - Transporte aéreo
 - Operações de mercado financeiro

Almeida e Fleury

José Renato Sena

Edson Piaggio

Nathalia Oliveira

Carlos Henrique Pires...

Mariano

José Baptista Ferreira

Wilson Falcão

Renata Lazinski

Roseli Rocha dos San...

Francisco Altanizlo

VALDIR SANTOS

TESE Tecnologia Arg...

Mais 3 pessoas

Sandra Mayumi

09:15 | dqe-okph-rnd

Almeida e Fleury (Apresentando)

Terceiro Ciclo: Setores Chave

- Infrastructure as a business.
- Necessidade de capital e disponibilidade no mercado financeiro.
 - Telecomunicações
 - Energia
 - Transporte aéreo
 - Operações de mercado financeiro

Almeida e Fleury

José Baptista Ferreira

Edson Piaggio

Nathalia Oliveira

Carlos Henrique Pires...

Mariano

José Baptista Ferreira

Roseli Rocha dos Sant...

Mais 8 pessoas

Sandra Mayumi

Pessoas

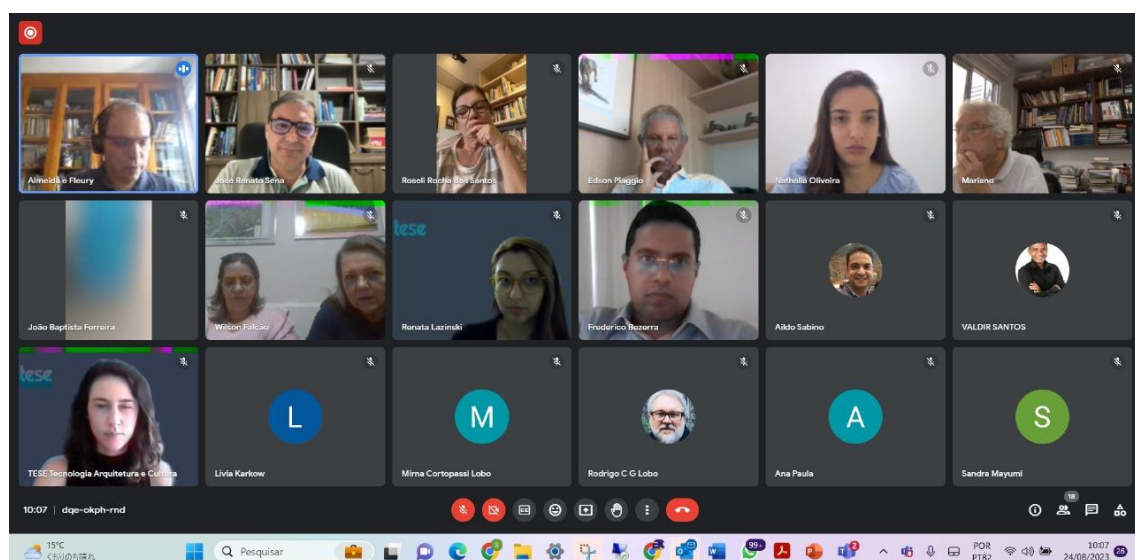
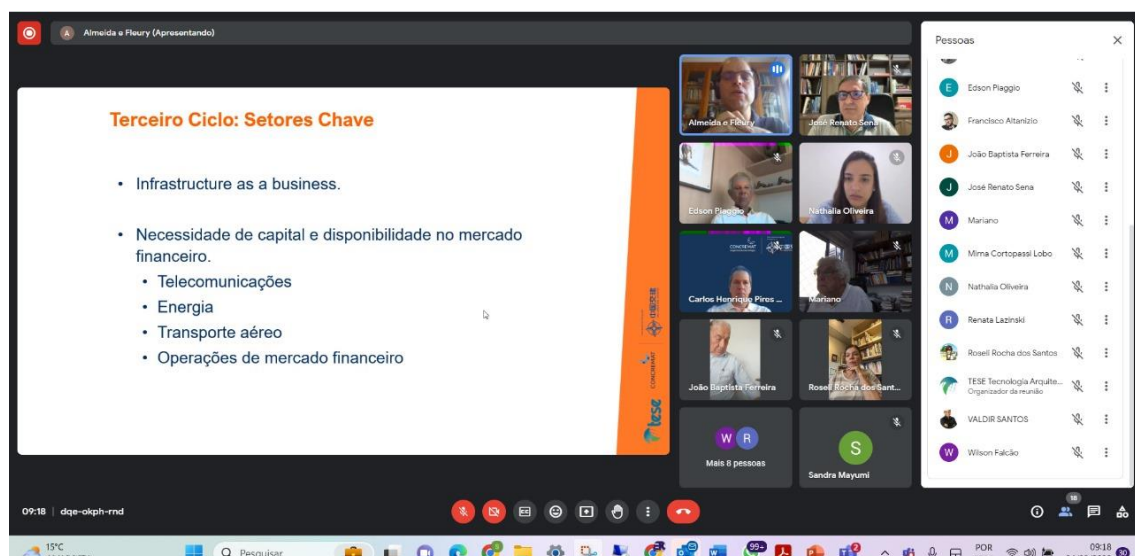
Pesquisar pessoas

NA REUNIÃO

Colaboradores 17

S	Sandra Mayumi (Você)		
A	Almeida e Fleury		
A	Almeida e Fleury Apresentação		
A	Ana Paula		
C	Carlos Henrique Pires L...		
E	Edson Piaggio		
F	Francisco Altanizlo		
J	José Baptista Ferreira		
J	José Renato Sena		
M	Mariano		

09:18 | dqe-okph-rnd



2.1.3 Lista de presença

No QUADRO 2 é apresentada a lista de presença da capacitação realizada em 24 de agosto de 2023.

QUADRO 2: LISTA DE PRESENÇA DA CAPACITAÇÃO REALIZADA EM 24 DE AGOSTO DE 2023

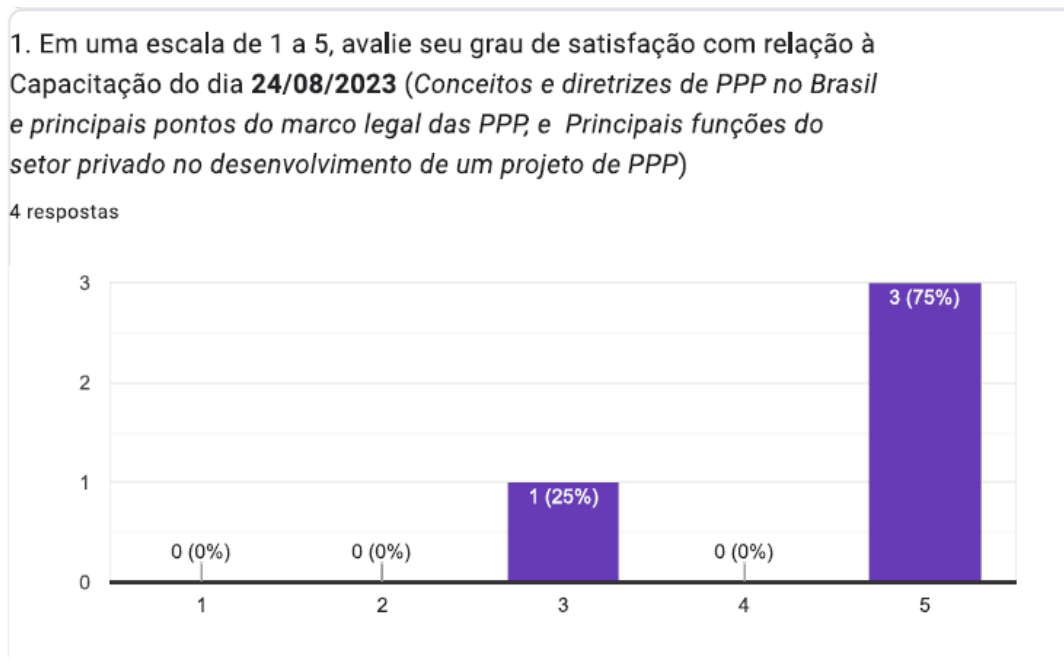
Nome Completo	Endereço de e-mail	Secretaria/Instituição
José Renato Sena Oliveira	teiacontabil@gmail.com	Consórcio Concremat-Tese
Ana Paula Xavier Pena	apxa.adv@gmail.com	Secretaria de Desenvolvimento Econômico/ Prefeitura de Feira de Santana
Wilson Ferreira Falcão	wilsonfalcão@pmfs.ba.gov.br	SETTDEC Secretaria Municipal de Trabalho Turismo e Desenvolvimento Econômico
Marcia Cristina Ferreira Gomes	marciacristina@pmfs.ba.gov.br	SETTDEC/PMFS Secretaria Municipal de Trabalho Turismo

Nome Completo	Endereço de e-mail	Secretaria/Instituição
		e Desenvolvimento Econômico
Moema Pinto Franco	moemapfranco.settdec@pmfs.ba.gov.br	SETTDEC/PMFS Secretaria Municipal de Trabalho Turismo e Desenvolvimento Econômico
João Baptista Ferreira	panjobafe@uol.com.br	FIEB/CIFS
Nathalia Santos Oliveira	nathalia@grupopdk.com.br	Instituto Pensar Feira
Renata Lazinski Silva	rsilva.arquitetura@gmail.com	Consórcio Concremat-Tese
Livia Gomes Karkow	livia.karkow@undp.org	PNUD
Mirna Luiza Cortopassi Lobo	mirna@tesetecnologia.com.br	Consórcio Concremat-Tese
Carlos Henrique Pires Leandro	carlos.leandro.1003883@concremat.com.br	Consórcio Concremat-Tese
Frederico de Moraes Bezerra	frederico.mbezerra@gmail.com	SUDENE
Caroline Nayara Rech	carol.n.rech@gmail.com	Consórcio Concremat-Tese
Roseli Rocha dos Santos	roseli009@gmail.com	Consórcio Concremat-Tese

2.1.4 Avaliação de Satisfação dos Participantes

Ao final da capacitação foi enviado aos participantes um questionário elaborado através do *Google Forms* para que realizassem a avaliação de satisfação a respeito da Capacitação realizada no dia 24 de agosto de 2023.

FIGURA 2: GRÁFICO DO RESULTADO DA PESQUISA DE SATISFAÇÃO DA CAPACITAÇÃO REALIZADA EM 24 DE AGOSTO DE 2023



2.2 CAPACITAÇÃO DIA 25 DE AGOSTO DE 2023

A capacitação realizada no dia 25 de agosto de 2023, das 8h30 às 12h00 horas, foi conduzida por Fernando Leme Fleury, economista integrante do Consórcio Concremat-Tese.

Iniciou-se com Fernando Leme Fleury, recapitulando os assuntos abordados no dia anterior (24/08/2023) e uma breve abordagem sobre os temas tratados, nessa segunda capacitação.

A primeira parte da capacitação ocorreu das 8h40 às 10h25, onde foram apresentadas as Noções de financiamento de projetos em infraestrutura, PPP e contratos de concessões, compreendendo: os ciclos de desestatização; a evolução das instituições de financiamento de Infraestrutura; e os modelos de fontes de financiamento e a estrutura do mercado financiador ao longo dos anos. Na primeira parte da capacitação foram aprofundados os conteúdos relativos ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e Agências Multilaterais de Desenvolvimento (Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID / IFC).

A segunda parte da capacitação ocorreu das 10h35 ao 12h00 horas onde foram detalhadas as Fontes de acesso ao financiamento nacionais e internacionais, apresentando a Export Credit Agencies (ECA), Fundos de Investimentos em Participação e Debêntures, títulos de dívida (ou crédito) emitidos por Sociedades Anônimas brasileiras.

A capacitação foi encerrada às 12h00 com as falas do integrante do Consórcio Concremat-Tese, Fernando Leme Fleury e da representante do Núcleo Gestor Márcia Cristina Ferreira Gomes.

2.2.1 Conteúdo pedagógico apresentado e fornecido

No

QUADRO 3 são apresentados do *slides* da capacitação realizada em 25 de agosto de 2023, que teve como temas: Noções de financiamento de projetos em infraestrutura, PPP e contratos de concessões; Fontes de acesso ao financiamento nacionais e internacionais.

QUADRO 3: SLIDES APRESENTADOS NA CAPACITAÇÃO REALIZADA EM 25 DE AGOSTO DE 2023

Regulação de Atividades

- Consenso OECD
 - “Diretrizes para Créditos à Exportação Oficiais”
- Cobre
 - Volumes de suporte autorizado
 - Bens elegíveis
 - Termos do financiamento
 - Taxas mínimas



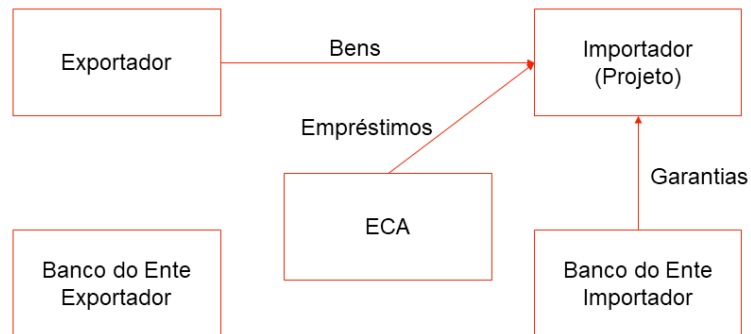
Quem São?

- França: BPIFrance (antiga Coface)
- Canada EDC
- China: China EXIM e Sinosure,
- Dinamarca EKF
- Noruega Eksportkredit – GEIK
- Alemanha Euler Hermes
- Finlândia Finnvera
- Japão JBIC
- Korea EXIM
- Itália SACE / SIMEST
- Inglaterra UKEF
- US EXIM



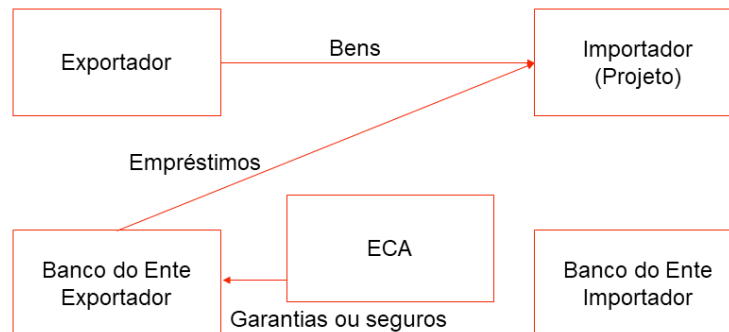
Agências de Crédito à Exportação (ECA's)

• Empréstimos diretos

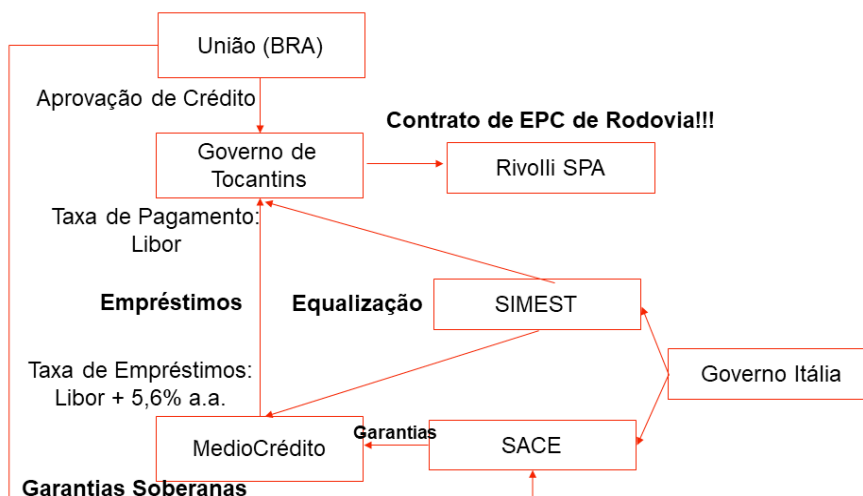


Agências de Crédito à Exportação (ECA's)

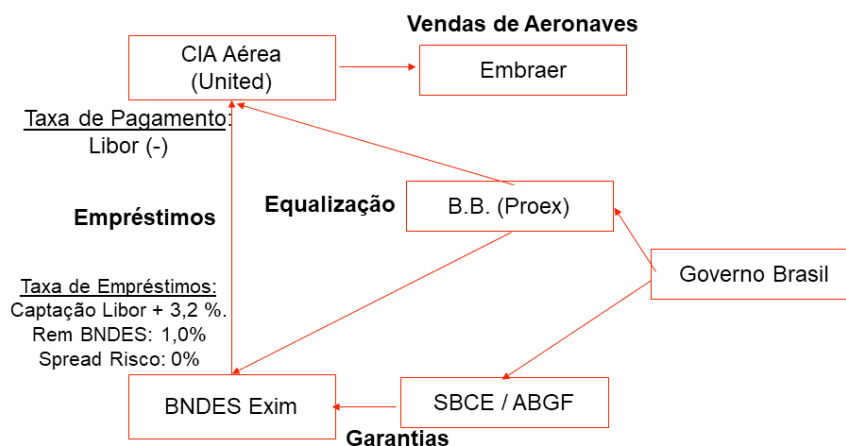
• Garantias parciais ou completas



O Case SACE – Rivolli SPA – Gov do Estado de Tocantins



O Case Brasileiro



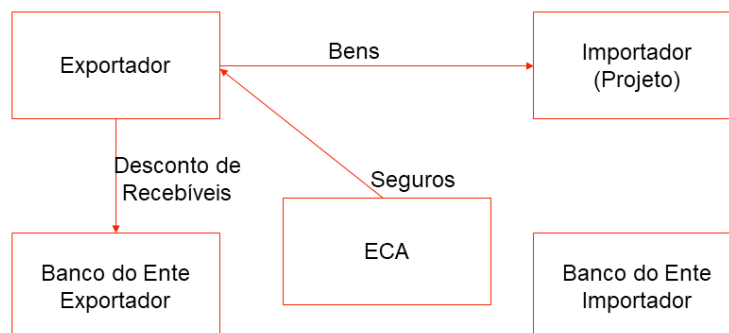
Agências de Crédito à Exportação (ECA's)

- Coberturas de seguros
 - Cobertura de risco comercial
 - Proteção contra default nos eventos de insolvência completa ou incapacidade prolongada de cobertura de CAPEX.
 - Cobertura usual de 90% a 95% das perdas
 - Cobertura de risco político
 - Proteção por calote nos casos de:
 - Guerra ou conflitos civis
 - Risco de restrição a remessas no exterior ou não conversibilidade
 - Confisco, expropriação ou nacionalização
 - Frustração contratual
 - Cobertura de até 100% das perdas



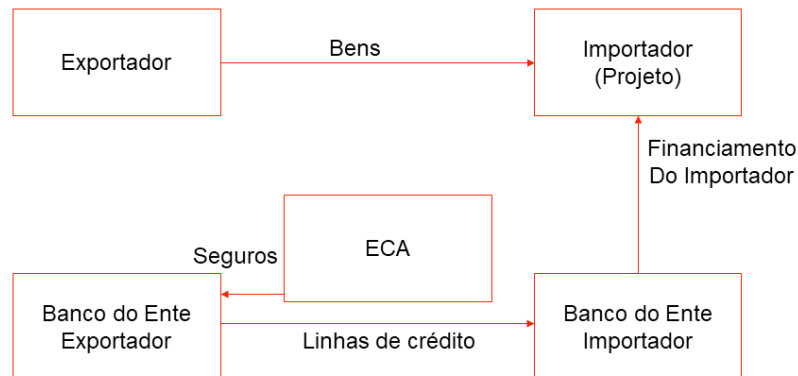
Agências de Crédito à Exportação (ECA's)

• Seguro à exportação



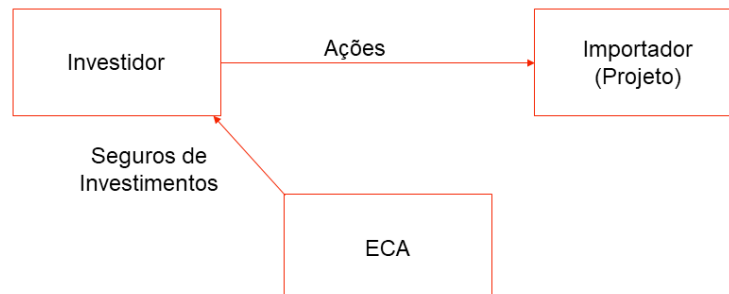
Agências de Crédito à Exportação (ECA's)

- Linhas de Crédito para Bancos Locais

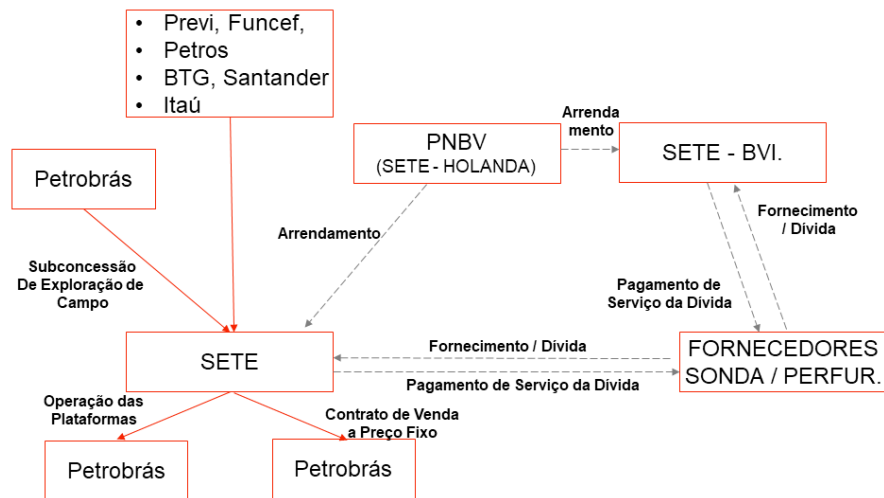


Agências de Crédito à Exportação (ECA's)

- Linhas de Crédito para Bancos Locais

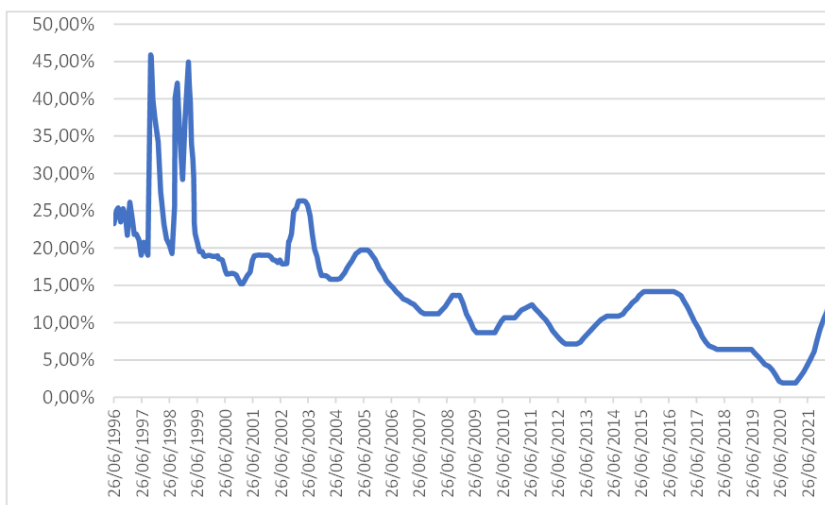


Mais um exemplo: Sete Brasil S.A.

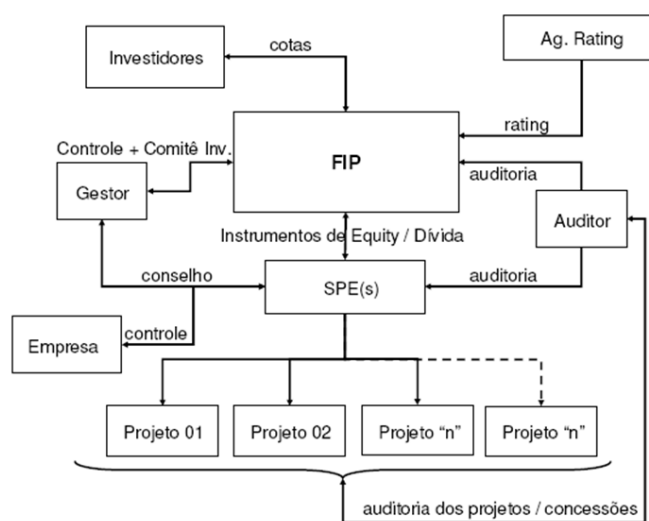


Fundos de Investimentos em Participação

Contexto: Taxa de Juros de 1996 a 2022



Estrutura



Debêntures

Debêntures

- Títulos de dívida (ou crédito) emitidos por Sociedades Anônimas brasileiras;
 - Contraposto à operações de Project Finance que lidam com contratos;
 - Sociedades anônimas de capital aberto podem emitir debêntures públicas, com negociação autorizada no mercado de debêntures;
 - Sociedades anônimas de capital fechado apenas podem emitir debêntures fechadas ou privadas, que serão adquiridas por investidores qualificados;



Debêntures

- Não possui condições pré-definidas de amortização ou pagamento de juros.
 - Viabiliza grande número de perfis de operação.
 - Desafio: criar apetite no mercado pela compra das debêntures;
- Escritura de emissão
 - Documento que descreve: direitos conferidos pelos títulos, deveres da emissora, montante da emissão e quantidade de títulos, datas de emissão e vencimento, condições de amortização e remuneração, juros, prêmio etc



Garantias para Debêntures

- Garantias reais: torna o bem indisponível para a empresa emissora até o resgate da debênture;
- Garantias flutuantes ou fidejussórias:
 - Nomeia “a empresa” como garantia, de forma que a os ativos continuam disponíveis para a empresa até o resgate
- Quirografária ou sem preferência;
- Subordinada
 - Possui preferência apenas sobre os acionistas em caso de falência do emissor



Processo de Emissão

- Escolha da instituição financeira (banco de investimento múltiplo, corretora ou distribuidora de títulos e valores mobiliários) para estruturar e coordenar todo o processo de emissão.
- Coordenador líder: Modelagem da operação; transformação da empresa em Sociedade por Ações. obtenção de registro de companhia aberta; preparação da documentação e registro da emissão pública na CVM; formação do consórcio de distribuição; apresentações (road shows); apuração de bookbuilding, se for o caso; e colocação dos títulos aos investidores.
- Responsável, ainda, pela realização de diligência



COORDENAÇÃO GERAL

Mirna Cortopassi Lobo
mirna@tesetecnologia.com.br

GESTOR DO CONSÓRCIO

Carlos Henrique Pires Leandro

EQUIPE TÉCNICA EXECUTIVA

Caroline Nayara Rech
caroline@tesetecnologia.com.br
Mariano de Matos Macedo
Patrícia Costa Pellizzaro
Sandra Mayumi Nakamura

COORDENAÇÃO DO ESCRITÓRIO LOCAL

José Renato Sena Oliveira

EQUIPE TÉCNICA – CONSULTORES ESPECIALISTAS

Fernando Leme Fleury
Francisco De Assis Mendonça
Roseli Maria Da Rocha Dos Santos

EQUIPE TÉCNICA COMPLEMENTAR

Bruno Ruchinski De Souza
Renata Lazinski Silva
Camila Alves Maia
Mariane Gasquel Coelho
Leticia Schmitt Cardon
Raquel Guidolin de Paula

Consórcio Concremat-Tese



Capacitação do Núcleo Gestor

Novos modelos de financiamento
e modelagens jurídicas para
projetos e identificação de novos
parceiros

2022 – 2035
Feira de Santana
Estado da Bahia
25/08/2023

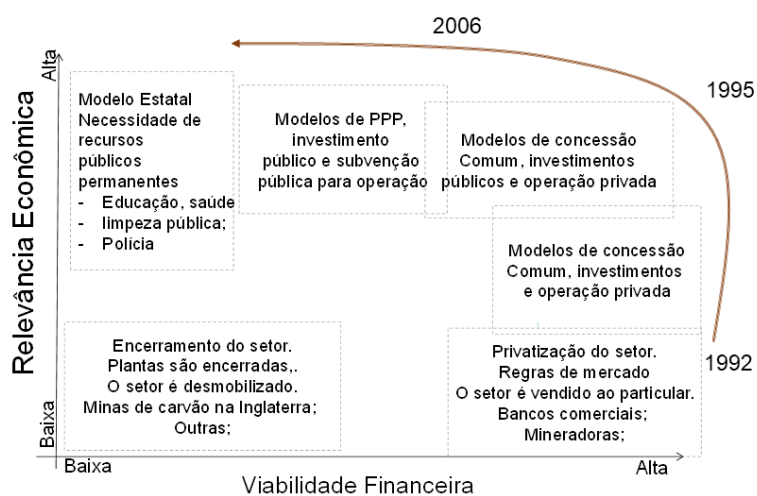


PROGRAMA

Horário	Tema
	24 de agosto de 2023 (Virtual)
08:30 às 12:00 horas	Conceitos e diretrizes de PPP no Brasil e principais pontos do marco legal das PPP Principais funções do setor privado no desenvolvimento de um projeto de PPP
	25 de agosto de 2023 (Virtual)
08:30 às 12:00 horas	Noções de financiamento de projetos em infraestrutura, PPP e contratos de concessões Fontes de acesso ao financiamento nacionais e internacionais
	14 de setembro de 2023 (Virtual)
08:30 às 12:00 horas	Formas inovadoras de financiamento de projetos econômicos e sociais para municípios;
	15 de setembro de 2023 (Virtual)
08:30 às 12:00 horas	Noções de modelagens jurídicas inovadoras (nova lei de licitações, marco legal da inovação, encomendas tecnológicas) e Legislações pertinentes ao tema.

CONTEXTO GERAL

Ciclos de desestatização



Quatro ciclos de infraestrutura

	Modelo Tradicional	1º G. Participação Privada - Privatizações	2º G. Participação Privada - Concessões Comuns	3º G. Participação Privada - PPP's	4º G. Participação Privada - Realismo Tarifário e Eficiência Pública
Período	De 1930 a 1975	1992 a 1995	1995 a 2006	2006 a 2014	2º sem 2014 em diante
Legislação de cabeça	Decreto Lei 200, de 1967	Lei Federal 8.031 de 1990 e 9.491 de 1997	Lei Federal 8.666 de 1993 e 8.987 de 1995	Lei Federal 11.079 de 2004	Lei Federal
Setores	Infraestrutura Indústria de base	Mineração, Metalurgia, Bancos, CIAS estatais de infraestrutura	Energia, telecom, rodovias e ferrovias.	Difuso. Urbanização, edificações públicas, água e saneamento, mobilidade urbana.	Gestão pública racional e projetos auto-sustentáveis
Financiadores	Captação soberana ou subsoberana junto a financiadores internacionais. Poupança compulsória e dotação orçamentária	BNDES	BNDES, IFC / IADB, ECA's	BNDES, CEF, Bancos Comerciais, Multilaterais,	BNDES, Mercado de Capitais, Bancos Comerciais, Multilaterais
Projetos Chave	Itaipu Transamazônia CHESF Furnas Telebrás CVRD Petrobrás Empresas estaduais	Alienação da CVRD, CSN, RFFSA, Polo Petroquímico de Camaçari, Banco Banespa.	Rodovia - Concessão da Dutra, Ponte Rio Niterói e outras. - Ferrovias, Feronorte, Ferroeste, MRS. Energia - Projetos de UHE, PCH's, T&D. Telecomunicações - Telefonia fixa e bandas de telefonia móvel.	- Porto Maravilha (RJ) - Centro Administrativo de Minas Gerais - Emissário de Jaguaribe, COPESA, Alto Tietê, São Lourenço - Linha 4, Linha 6, Linha 18 do Metrô de São Paulo, Metrô de Salvador, VLT do Porto no Rio de Janeiro.	PPP: Iluminação Pública, facility management. Concessão: Aeroportos, rodovias urbanas, energias renováveis

Evolução das instituições de financiamento de Infraestrutura

	Modelo Tradicional	1º G. Participação Privada - Privatizações	2º G. Participação Privada - Concessões Comuns	3º G. Participação Privada - PPP's	4º G. Participação Privada - Realismo Tarifário e Eficiência
Fonte de Recursos	- FAT; - Impostos - Poupança internacional	- Poupança doméstica; - Fundos de pensão; - Poupança internacional	- FAT; - Impostos - Poupança internacional	- FAT; - Impostos - Poupança internacional - Poupança nacional	- Poupança nacional - FAT, Impostos - Poupança internacional
Gestão de Recursos	Administração pública direta - Ministérios - Secretarias	- BNDES - Fundos de Pensão nacionais - Fundos de investimentos (captação de recursos internacionais)	- BNDES - BID e Banco Mundial	- BNDES - CEF - Bancos Comerciais - BASA e BNB - Mercado de capitais	- BNDES / CEF / BNB / BASA - Bancos Comerciais - Mercado de capitais - BID e IFC
Execução do Projeto ou Programa Financiado	Empresa Estatal	Empresa ou consórcio adquirente do ativo alienado pelo Estado	SPE Privada	SPE Privada	SPE Privada
Crerios de Alocação	- Impacto macroeconômico e microeconômico (conclusão da matriz produtiva nacional) - Impacto político - Ocupação regional	- Viabilidade do projeto / autosustentabilidade em condições de mercado	- Viabilidade do projeto / autosustentabilidade em condições de mercado - Garantias privadas	- Value for Money - Viabilidade financeira - Viabilidade socioeconômica - Garantias públicas e privadas	- Gestão pública racional - Projetos auto-sustentáveis - Projetos baseados em receitas acessórias

Fontes de Financiamento

- **Projetos tradicionais**

- Energia
- Rodovias
- Mobilidade urbana
- Óleo e Gás

- **Fontes Tradicionais**

- BNDES
- Agências Multilaterais (BID / IFC / CAF)
- Agências de Crédito à Exportação (Eximbank, JBIC, KFW)

CEF
FINEP
BB
BASA / BNB

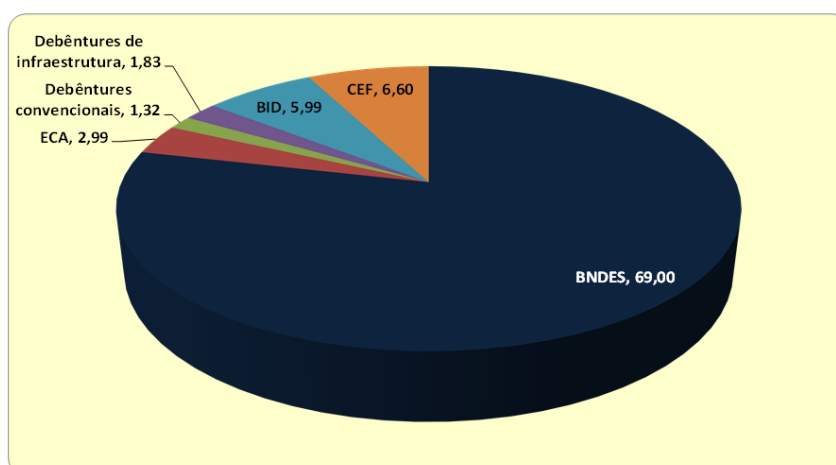
- **Projetos não convencionais**

- PPP's
- Concessões baseadas em receitas acessórias
- Novos setores de infraestrutura

- **Fontes Não Tradicionais**

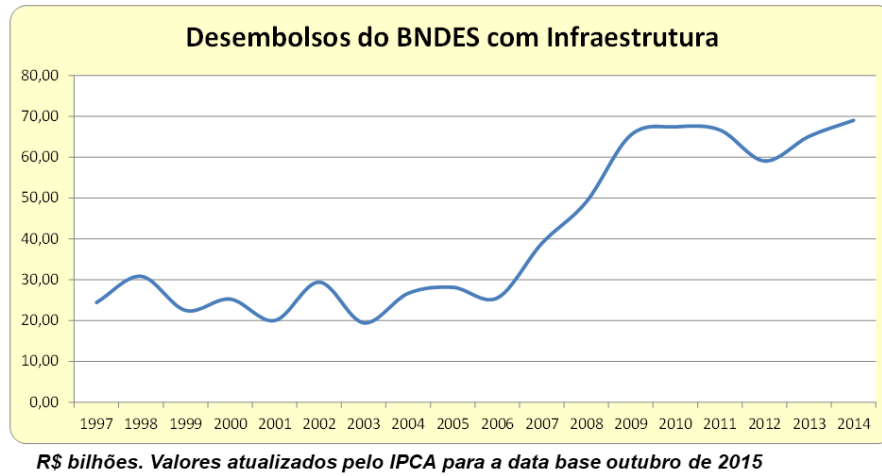
- Fundos de Investimentos
- Bancos Comerciais
- Mercado de capitais
- Debêntures / Project Bonds
- Ações

Estrutura do Mercado Financiador (2014)

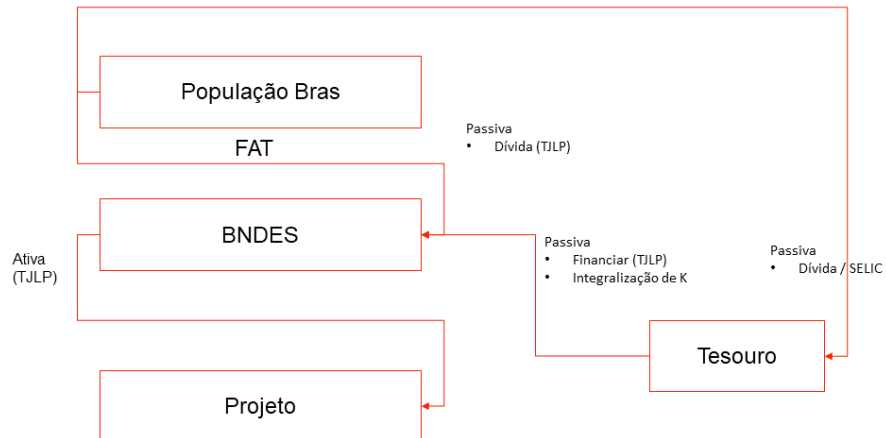


R\$ bilhões. Valores atualizados pelo IPCA para a data base outubro de 2015

BNDES: Ciclo Recente



BNDES: Estrutura de Financiamento



Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES

Políticas do BNDES e forma de atuação

- **Objeto: programa de itens financiáveis**
- Viabilizar a expansão da infra-estrutura;
- Promover a expansão da indústria;
- Investir na inclusão sócio-econômica, reduzindo as disparidades regionais e sociais;
- Promover a modernização produtiva e tecnológica;
- Apoio a exportação de bens, produtos e serviços, com crescente integração da América do Sul;
- Ampliar a captação de recursos e viabilizar novos instrumentos de mercado.
- Atuação complementar à dos bancos comerciais, mais voltados para operações de curto prazo.



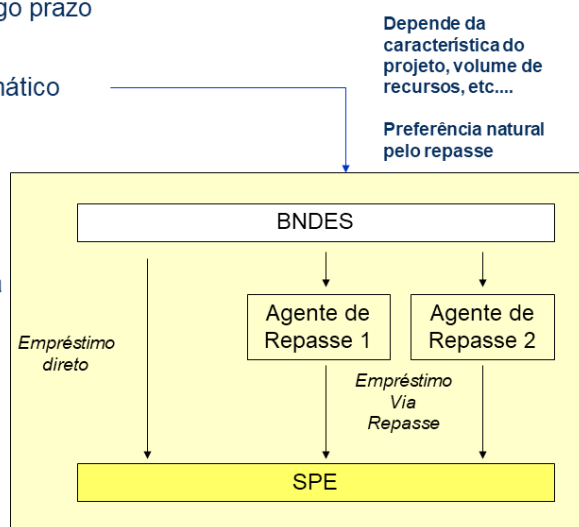
Operações de Project Finance

- Operação de crédito que possua, cumulativamente, as seguintes características:
 1. A beneficiária seja uma Sociedade de Ações com o propósito específico de implementar o projeto financiado e constituída para segregar os fluxos de caixa, patrimônio e riscos do projeto;
 2. Os fluxos de caixa esperados do projeto sejam suficientes para saldar os financiamentos; e
 3. As receitas futuras do projeto sejam vinculadas, ou cedidas, em favor dos financiadores.

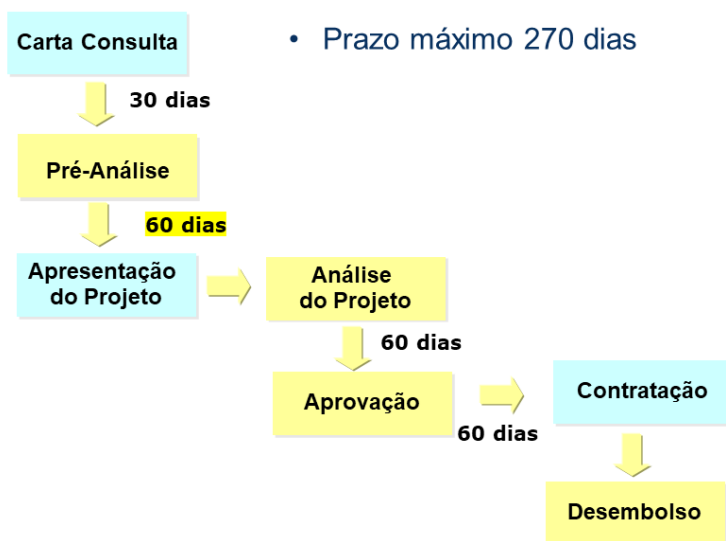
Modalidades de empréstimos ou participações

- Financiamento de longo prazo
 - Direto
 - Indireto não-automático
 - Misto

- Empréstimo-ponte
- Participação acionária



Tramitação dos financiamentos



Vertentes de Análise

	Pré - Análise	Análise	Contratação / Liberação
Modelo Financeiro	Quadro de Usos e Fontes (QUF): identificação dos itens financiáveis, demonstração da origem de recursos para implantação do projeto.	Privado: Modelo financeiro, indicadores financiabilidade. Estudos de demanda, receita, operação, manutenção, tributário e financiamento. Agentes públicos: comprovar capacidade de pagamento do Município por meio de seus documentos fazendários.	Detalhamento por período (mensal) do modelo de gestão financeira do empreendimento. Atualizado por desembolsos efetivos realizados no período precedente e previsão de desembolsos para período sucedâneo.
Engenharia	Projeto funcional com orçamento suficiente para a identificação dos componentes financiáveis	Projeto Básico	Projeto Executivo
Ambiental	Relatórios como o EIA - RIMA e análise dos impactos sociais do projeto são relevantes para o enquadramento do Projeto às diretrizes do agente financiador.	Licença Prévia, IBAMA, FUNAI, IPHAN e outras esferas.	Licença Implantação regularizada.
Contratos	Forma como se pretende desenvolver as etapas de implantação e operação do projeto, se exclusivamente com base em recursos públicos (a serem identificados) ou se por meio da relação com terceiros.	Minuta das condições dos contratos a serem firmados (heads of terms) para realização de obras, aquisição de equipamentos e eventuais prestadores de serviços.	Contratos assinados com agentes públicos ou privados, na forma estabelecida nas etapas anteriores.

Condições dos financiamentos

- Taxa de Juros
 - Operação direta: Custo Financeiro + Remuneração do BNDES + Taxa de risco de crédito
 - Operação indireta: Custo Financeiro + Remuneração do BNDES + Taxa de intermediação financeira + Remuneração da Instituição Financeira Credenciada
 - Sistema de Amortizações Constantes
 - Prazo de carência: implantação + 6 meses
 - Para SPEs os juros podem ser capitalizados durante a carência



Custo Financeiro: Taxa Base

- Repasse das taxas de captação, em diferentes bases, do BNDES
- Captação nacional
 - TLP + IPCA
- Captação internacional
 - Libor (captação em cesta de moedas)



Custo Financeiro: Remuneração BNDES

- Cobertura dos custos próprios da instituição financeira
- Varia entre 0,9%, 1,3% e 1,45% (repassse) de acordo com o setor e subsetor

Empresas			
ITENS FINANCIADOS	Custo financeiro	Remuneração do BNDES	Taxa de risco de crédito
Tratamento de resíduos sólidos e esgoto	TLP	0,9% ao ano (a.a.)	Variável conforme risco do cliente e prazos do financiamento
Demais investimentos		1,3% ao ano (a.a.)	
Unidades federativas e municípios			
ITENS FINANCIADOS	Custo financeiro	Remuneração do BNDES	Taxa de risco de crédito
Tratamento de resíduos sólidos e esgoto	TLP	0,9% ao ano (a.a.)	0,07% ao ano (com garantia da União) ou 1,3% ao ano (sem garantia da União)
Demais investimentos		1,3% ao ano (a.a.)	

Apoio indireto (solicitação feita por meio de instituição financeira credenciada pelo BNDES)

Nas operações indiretas, a **Taxa de juros** é composta pelo **Custo Financeiro**, pela **Taxa do BNDES** e pela **Taxa do Agente Financeiro**. Entenda.

ITENS FINANCIADOS	Custo financeiro	Taxa do BNDES	Taxa do agente financeiro
Tratamento de resíduos sólidos e esgoto	TLP	1,05% ao ano (a.a.)	Negociada entre a instituição e o cliente
Demais investimentos		1,45% ao ano (a.a.)	

Custo Financeiro: Taxa de Risco

Classificação de Risco da Operação

- A classificação de risco dos controladores da beneficiária, conforme a dependência do projeto e do financiamento em relação a eles;
- O risco de implantação do projeto e os respectivos mitigadores;
- O grau de alavancagem da beneficiária;
- A suficiência, previsibilidade e estabilidade dos fluxos de caixa do projeto;
- O risco operacional do projeto e respectivos mitigadores;
- O valor, liquidez e segurança das garantias oferecidas pela beneficiária.
- Impacto no limite de crédito do controlador
 - Se não houver prestação de garantia fidejussória, Project Finance não toma espaço no limite de crédito do controlador.

Aspectos da análise

- Aspectos técnicos: Índice de nacionalização dos equipamentos financiados
- Aspectos societários : patrocinadores, governança
- Aspectos econômico-financeiros: retrospectivos e prospectivos
- Aspectos socio-ambientais
- Garantias
- Riscos



Requisitos e obrigações

- Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) projetado para cada ano da fase operacional do projeto deverá ser de no mínimo 1,3. O ICSD mínimo poderá ser de 1,2 desde que o projeto apresente Taxa Interna de Retorno (TIR) mínima de 8% ao ano em termos reais;
- O capital próprio dos acionistas deverá ser de no mínimo 20% do investimento total do projeto, excluindo-se, para efeito desse cálculo, eventuais participações societárias da BNDESPAR;
- Os contratos da operação deverão vedar a concessão de mútuos da beneficiária aos acionistas e ainda estabelecer condições e restrições aos demais pagamentos efetuados pela beneficiária a seus sócios, a qualquer título.
- Caso haja dúvida sobre a capacidade dos acionistas de efetuar sua contribuição financeira para o projeto, deverá ser exigido o aporte antecipado do capital próprio como condição prévia para a liberação do financiamento.



Garantias: Fase Pré-Operacional

- Na fase pré-operacional, a exigência de garantia fidejussória dos controladores da beneficiária poderá ser dispensada, desde que:
 - Compromisso dos acionistas controladores da beneficiária de complementar o capital da empresa em montante suficiente para finalizar a implantação do projeto;
 - Celebração de contratos que obriguem os empreiteiros e/ou fornecedores de equipamentos a concluir o projeto dentro do orçamento predeterminado, em data previamente especificada e conforme as especificações técnicas destinadas a assegurar a operacionalização e o desempenho eficiente do projeto ("Contrato EPC turn key lump sum"); e
 - Contratação de um seguro-garantia, em benefício dos financiadores, contra riscos referentes à fase pré-operacional do projeto.



Garantias: Fase Operacional

- Na fase operacional do projeto, a exigência de garantia fidejussória dos controladores da beneficiária poderá ser dispensada pela concessão, cumulativa, do seguinte:
- Penhor ou alienação fiduciária, em favor dos principais financiadores, das ações representativas do controle da beneficiária;
- Penhor, em favor dos principais financiadores, dos direitos emergentes do contrato de concessão, quando houver; e
- Outorga, aos principais financiadores, do direito de assumir o controle da beneficiária, quando admitido pela legislação ("step-in rights").



Garantias Reais

- A exigência do índice de 130% de garantias reais poderá ser dispensada caso a beneficiária comprometa-se a:
- Não oferecer em garantia a terceiros os ativos e recebíveis do projeto sem autorização dos principais financiadores; e
- Oferecer em garantia aos principais financiadores, caso estes solicitem, quaisquer ativos e recebíveis supervenientes do projeto.



Características

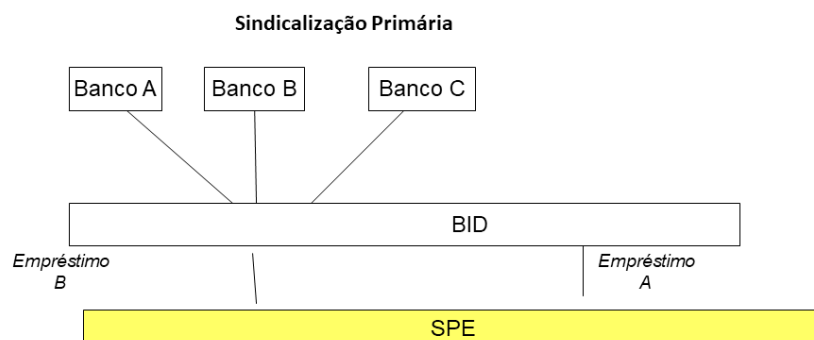
- Instituição Multilateral Regional que consta com 47 países membros dedicados a acelerar a economia e o desenvolvimento social na América Latina e Caribe
- BID INVEST
 - Clientes Principais
 - Entidades privadas, todos os setores (projetos e empresas)
 - Bancos e outras instituições financeiras
 - Corporações com vendas anuais acima de US\$100 milhões
 - Objetivos
 - Viabilizar e ampliar a participação de instituições financeiras internacionais no financiamento de projetos com forte impacto sobre o crescimento e desenvolvimento econômico
 - Agregar valor a partir da utilização de instrumentos financeiros e soluções customizadas, definidas a partir das condições existentes de mercado



Perfil das operações

- **Produtos Financeiros:**
 - Empréstimos:
 - Com recursos próprios (A Loan)
 - Alavancando recursos de 3os no mercado (B Loan)
 - Estruturando em conjunto com o mercado (Club Deal)
 - Garantias de risco político e creditício
- **Parametros de Financiamento com recursos próprios (A Loan)**
 - Financiamento até 25-40% do custo total de uma transação "Greenfield"
 - Financiando até 50% em expansões e refinanciamentos
 - Limites para projetos de US\$200 (ou 400 milhões como exceção)
 - Prazos de até 30 anos
 - Política de preços com base no mercado

Bases da Sindicalização



Banco Interamericano de Desenvolvimento

- B Loan Tradicional:
 - BID e SPE acordam as condições para financiamento do empreendimento, assegurando assim a viabilidade do A Loan.
 - Inclui:
 - Parecer de consultoria de engenharia, ambiental, econômico-financeiro, jurídico local e jurídico internacional;
 - Contratação do plano de seguros e garantias entre os agentes;
 - Delineamento do programa básico de desembolso e repagamento da dívida
 - BID e SPE elaboram os prospectos de financiamento do projeto, incluindo:
 - Descrição do empreendimento, do país, dos sócios, das condições de seguro, etc...
 - Valores mínimos e máximos de cotas
 - Solicitação de taxas

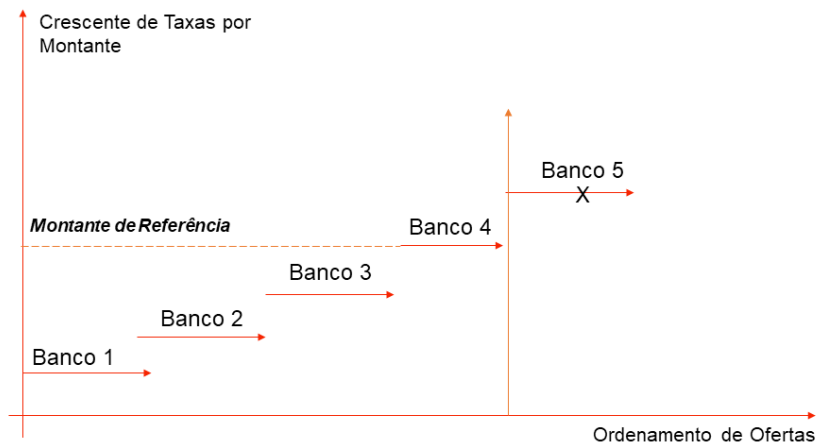


Banco Interamericano de Desenvolvimento

- Club Deal
 - Apenas 3 ou 4 instituições são convidadas, desde o início, a participar no projeto de estruturação do programa de financiamento
 - Compromisso firme de financiar dos entes financiadores que aceitam o convite
 - Não há bookbuilding ou chamada de capital no mercado
 - Mais seguro, porém usualmente a taxas mais altas



Formação de Taxa (B Loan)



Como você trata o risco cambial no projeto do BID?

- 1º: Contrato de Concessão.
- 2º: Acionista assumir o risco (período de dívida, fiança bancária de banco com presença nacional, 1ª linha, com sede no exterior).
- 3º: Hedge pleno (todo o período da operação)
- 4º Hedge Dinâmico: (ver ao lado)
- 5º "Balão": linha crédito "stand by" dos financiadores

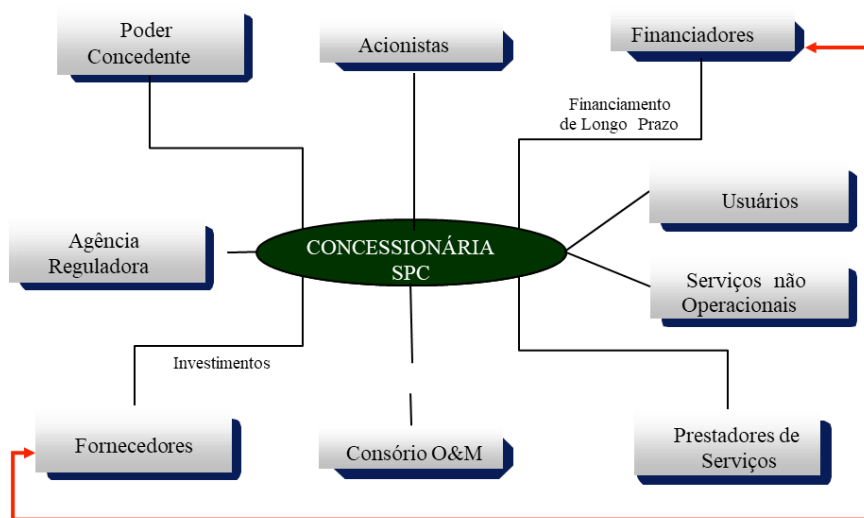
POR FAVOR, REGISTRE SUA PRESENÇA



Export Credit Agencies (ECA)



Inserção no Projeto



O que são e o que fazem

- O que é financiamento à exportação?
 - Financiamento do ativo empregado na etapa de investimentos através de financiamento ao exportador, ao importador ou a quem de interesse
- O que as ECA's podem prover?
 - Empréstimos diretos
 - Garantias completas ou parciais de pagamento da SPE
 - Seguros para exportadores
 - Linhas de crédito e garantias para repasse de bancos locais
 - Seguro contra risco político para investimentos no exterior

2.2.2 Registro fotográfico

Na FIGURA 3 é apresentado o registro fotográfico realizado através de capturas de tela da capacitação do dia 25 de agosto de 2023.

FIGURA 3: CAPTURAS DE TELA DA CAPACITAÇÃO REALIZADA EM 25 DE AGOSTO DE 2023

meet.google.com/dqe-okph-md?authuser=0

Google WhatsApp Webmail - Login Administração de E... Claro - Conta On Li... Certidão federal Certidão municipal Certidão estadual Certidão CNPJ

Almeida e Fleury (Apresentando)

BNDES: Estrutura de Financiamento

09:30 | Capacitação do Núcleo Gestor em novos mo...

12°C Pred. nublado

09:30 25/08/2023

meet.google.com/dqe-okph-md?authuser=0

Google WhatsApp Webmail - Login Administração de E... Claro - Conta On Li... Certidão federal Certidão municipal Certidão estadual Certidão CNPJ

Almeida e Fleury (Apresentando)

Decisões s/ estruturação do negócio

08:56 | Capacitação do Núcleo Gestor em novos mo...

11°C Pred. nublado

08:56 25/08/2023

https://meet.google.com/dqe-okph-md?authuser=0

Google WhatsApp Webmail - Login Administração de E... Claro - Conta On Li... Certidão federal Certidão municipal Certidão estadual Certidão CNPJ

Wilson Falcão

Aildo Sabino

Carlos Henrique Pires Leandro

Mariano

Renata Lazinski

José Renato Sena

Almeida e Fleury

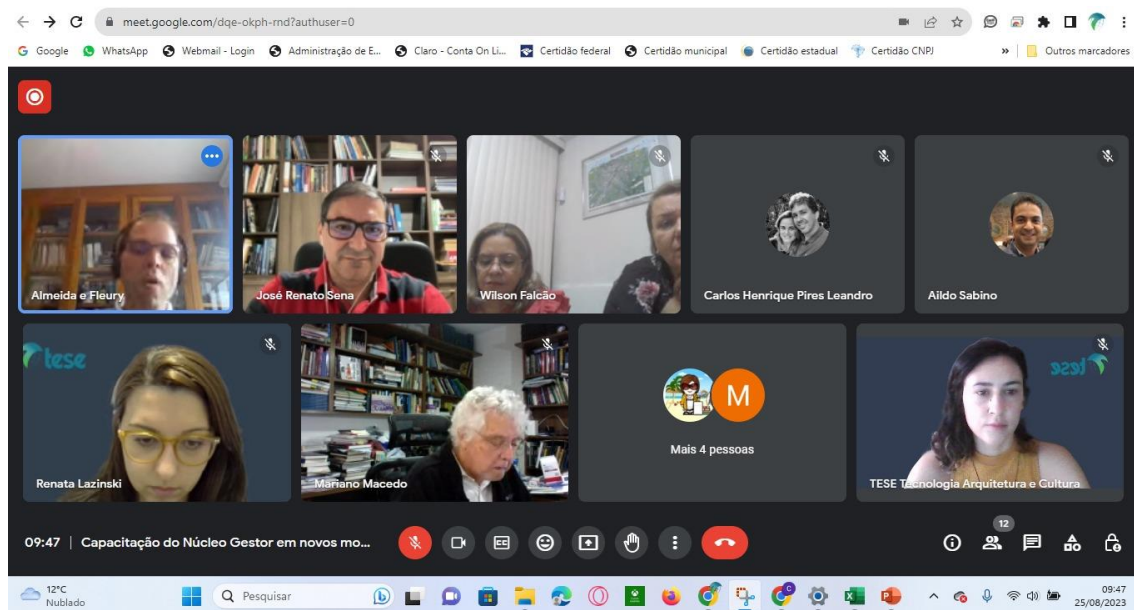
Mais 2 pessoas

TESE Tecnologia Arquitetura e Cultura

08:42 | Capacitação do Núcleo Gestor em novos mo...

11°C Panc. de chuva

08:42 25/08/2023



2.2.3 Lista de presença

No QUADRO 4 é apresentada a lista de presença da capacitação realizada em 25 de agosto de 2023.

QUADRO 4: LISTA DE PRESENÇA DA CAPACITAÇÃO REALIZADA EM 25 DE AGOSTO DE 2023

Nome Completo	Endereço de e-mail	Secretaria/Instituição
Frederico Bezerra	frederico.mbezerra@gmail.com	Sudene
Carlos Henrique Pires Leandro	carlos.leandro.1003883@concremat.com.br	Consórcio Concremat-Tese
José Renato Sena Oliveira	teiacontabil@gmail.com	Consórcio Concremat-Tese
Márcia Cristina Ferreira Gomes	marciacristina@pmfs.ba.gov.br	SETTDEC/ PMFS
Wilson Ferreira Falcão	wilsonfalcao@pmfs.ba.gov.br	SETTDEC/PMFS
Moema Pinto Franco	moemapfranco.settdec@pmfs.ba.gov.br	SEETTDEC/PMFS
Caroline Nayara Rech	carol.n.rech@gmail.com	Consórcio Concremat-Tese
Roseli Rocha dos Santos	roseli009@gmail.com	Consórcio Concremat-Tese
Renata Lazinski Silva	rsilva.arquitetura@gmail.com	Consórcio Concremat-Tese
José Aildo Sabino de Oliveira Júnior	aildo.sabino@sudene.gov.br	Sudene

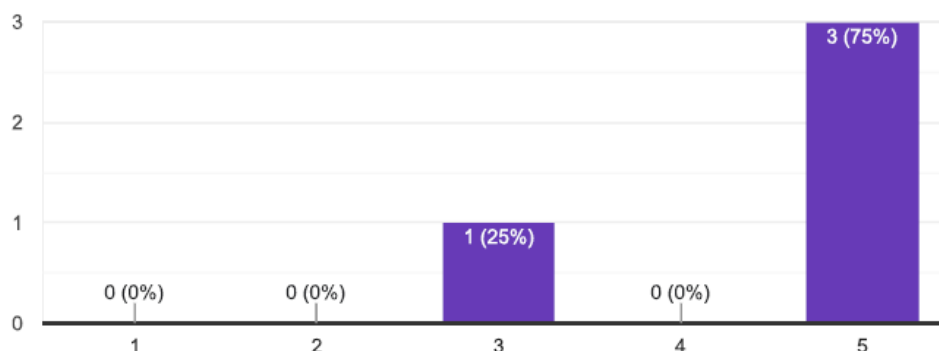
2.2.4 Avaliação de satisfação dos participantes

Ao final da capacitação foi enviado aos participantes um questionário elaborado através do *Google Forms* para que realizassem a avaliação de satisfação a respeito da Capacitação realizada no dia 25 de agosto de 2023.

FIGURA 4: GRÁFICO DO RESULTADO DA PESQUISA DE SATISFAÇÃO DA CAPACITAÇÃO REALIZADA EM 25 DE AGOSTO DE 2023

2. Em uma escala de 1 a 5, avalie seu grau de satisfação com relação à Capacitação do dia **25/08/2023** (*Noções de financiamento de projetos em infraestrutura, PPP e contratos de concessões, e Fontes de acesso ao financiamento nacionais e internacionais*)

4 respostas



2.3 CAPACITAÇÃO DIA 14 DE SETEMBRO DE 2023

A capacitação realizada no dia 14 de setembro de 2023, das 8h30 às 12h00 horas, foi conduzida por Fernando Leme Fleury, economista integrante do Consórcio Concremat-Tese.

Iniciou-se com Sr. Leonel Leal Neto, representando do PNUD, cumprimentou os presentes e fala sobre a importância das capacitações realizadas e passou a palavra para o Sr. Fernando Leme Fleury, que deu início a capacitação que teve como tema as Formas inovadoras de financiamento de projetos econômicos e sociais para municípios, onde foram abordados o contexto e o conceito das formas inovadoras de financiamento sendo encerrada às 10h35.

A segunda parte da capacitação ocorreu das 10h45 ao 12h00h, dando sequência ao conteúdo referente às fontes inovadoras apresentando exemplos internacionais bem-sucedidos das mesmas, relacionando-os com os ODS vinculados aos projetos. Também foram apresentadas relações com os estruturadores selecionados pela carteira de projetos de Feira de Santana, a exemplo do Ecossistema de Inovação e a Gestão da Inovação do Sistema Educacional.

A capacitação foi encerrada às 12h00 com as falas dos integrantes do Consórcio Concremat-Tese, Fernando Leme Fleury e Mirna Cortopassi Lobo, e da representante do Núcleo Gestor Márcia Cristina Ferreira Gomes.

2.3.1 Conteúdo pedagógico apresentado e fornecido

No

QUADRO 5 são apresentados do *slides* da capacitação realizada em 14 de setembro de 2023, que teve como tema Formas inovadoras de financiamento de projetos econômicos e sociais para municípios.

QUADRO 5: SLIDES APRESENTADOS NA CAPACITAÇÃO REALIZADA EM 14 DE SETEMBRO DE 2023

Capacitação do Núcleo Gestor

Novos modelos de financiamento
e modelagens jurídicas para
projetos e identificação de novos
parceiros

2022 – 2035
Feira de Santana
Estado da Bahia
14/09/2023

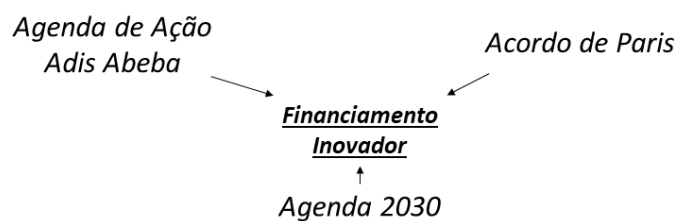


PROGRAMA

Horário	Tema
	24 de agosto de 2023 (Virtual)
08:30 às 12:00 horas	Conceitos e diretrizes de PPP no Brasil e principais pontos do marco legal das PPP Principais funções do setor privado no desenvolvimento de um projeto de PPP
	25 de agosto de 2023 (Virtual)
08:30 às 12:00 horas	Noções de financiamento de projetos em infraestrutura, PPP e contratos de concessões Fontes de acesso ao financiamento nacionais e internacionais
	14 de setembro de 2023 (Virtual)
08:30 às 12:00 horas	Formas inovadoras de financiamento de projetos econômicos e sociais para municípios;
	15 de setembro de 2023 (Virtual)
08:30 às 12:00 horas	Noções de modelagens jurídicas inovadoras (nova lei de licitações, marco legal da inovação, encomendas tecnológicas) e Legislações pertinentes ao tema.

FORMAS INOVADORAS DE FINANCIAMENTO – CONTEXTO E CONCEITO

Contextualização



- Percepção de que o atingimento de metas sociais e climáticas dependerão de um instrumental mais amplo do que o convencional.
- Financiamento “com um propósito”: instrumento chave na implementação de políticas públicas mais amplas
- Depende de arquiteturas mais sofisticadas do que a simples “capitalização” de um projeto.

Conceituação: Caracterização pelo objeto financiado.



- Conjunto de práticas que busca impactar o desenvolvimento social, econômico, ambiental, cultural de um país por meio dos instrumentos de financiamento.
- Conceito de financiamento em seu sentido “*latu*”: fontes de recursos para aplicação em projetos / programas de alto impacto.
- Inclui:
 - Recursos tributários (arrecadação de impostos)
 - Financiamento ao setor público
 - Financiamento privado
 - Financiamento proveniente de Fundações e outros organismos não governamentais

Conceituação: Caracterização pelo ente financiado.



- Envolvimento de “empresas sociais”, cooperativas, organizações da sociedade civil
- Empresas envolvidas no desenvolvimento, aperfeiçoamento de serviços públicos essenciais
 - Parceiros em projetos de PPP, Inovação, Concessionários de Serviços Públicos
 - Empresas envolvidas na transição energética
- Empresas envolvidas em projetos de forte impacto social
 - Educação, saúde, redução de desigualdades de gênero
- Empresas com forte conteúdo de pesquisa, desenvolvimento e inovação

Conceituação: Pluralidade de Agentes

- Combinação de agentes com o propósito de:
 - Ampliar o espectro de ação do Projeto / Programa.
 - Combinar conhecimentos específicos desenvolvidos nas atividades precedentes de cada ator
 - Combinar diferentes expectativas de rentabilidade financeira
 - Alocar responsabilidades aos agentes mais bem preparados
 - Compartilhar riscos de forma eficiente.
- Exemplos
 - Empresas públicas
 - Fundações
 - Bancos de desenvolvimento e agências multilaterais nacionais e internacionais
 - Bancos comerciais



Conceituação: Efeitos catalizadores

- Relevância de um Plano de Ação onde o primeiro agente “dispara” passos subsequentes
 - Usualmente primeiro passo é realizado com recursos públicos, às vezes a fundo perdido
 - Casos de sucesso no Brasil e no Exterior: catalização por Fundação.
 - Porém, maior complexidade de enquadramento em políticas públicas mais amplas
 - Agências de fomento, bancos de desenvolvimento e agências multilaterais podem envolver-se desde o início em parceria com o Poder Público.
 - Agentes privados atuam “sobre” a base pavimentada pelo agente público, entrando no processo após o primeiro passo



Conceituação: Gestão de Externalidades

- Desenvolvimento do objeto financiado não é o único propósito da estruturação do financiamento inovador.
- “*Externalidades positivas*” deixam de ser entendidas como “*benefícios adicionais*” ou “*upsides*” do Projeto ou Programa e passam a se tornar parte do *core*, daquilo que se pretende com o desenvolvimento do empreendimento
- Para que os resultados sejam potencializados, torna-se necessário gerenciar externalidades.
- Exemplo: criação de conhecimento e experiências em torno do projeto.
 - Promover a interação entre diferentes agentes
 - Criar um espaço de interação, aprendizagem e troca de experiências
 - Possibilitar o desenvolvimento de conhecimentos relevantes a partir do desenvolvimento e da implementação do empreendimento



ATORES



Atores Articuladores Pioneiros

- Exemplos
 - Organização para Cooperação e Desenvolvimento - OCDE para o Desenvolvimento Sustentável;
 - Finance Sustainable Hub – FSH do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD,
 - Iniciativa Financeira do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – PNUMA
 - Laboratório de Inovação do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID.
- O que oferecem?
 - Instrumentos de gestão de processos, metodologias de trabalho, indicadores de desempenho e outros elementos relacionados ao planejamento e implantação dos Projetos ou Programas;
 - Acesso a um pacote de financiamento inicial e a uma pluralidade de atores que poderão ser envolvidos futuramente (bancos, seguradoras e investidores)



DIRETRIZES E CERTIFICAÇÃO



Fundamentos de Financiamento para Programas e Projetos – Diretrizes e Certificação

- Green Bond Principles – GBP: International Capital Market Association - ICMA .
- Social Bond Principles – SBP
- Sustainability Bond Guidelines – SBG
- Sustainability-Linked Bond Principles – SLBP
- Climate Bonds Standard – CBS: Climate Bonds Initiative – CBI
- Títulos Verdes (ISO 14030) da Organização Internacional de Normalização – ISO



DESAFIOS

- Ausência de padronização sobre conceitos, métricas, amplitude de resultados
- Inexistência de uma hierarquia bem definida de atores
- Riscos de comportamento oportunista em múltiplas vertentes



PROCESSO DE TOMADA DE DECISÃO

FINANCIAMENTO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE FONTES E INSTRUMENTOS

FONTES DE FINANCIAMENTO - OPÇÕES

MERCADO/COMERCIAL

Possíveis fontes/Instrumentos

- Investidores/Equity
- Bancos comerciais/ Débito e garantias
- Investidores Institucionais/ Títulos/debêntures, débito
- IFD, BMD, BND, bancos bilaterais de de./ débito, equity e garantias
- Agências exportadoras de crédito/ mitigação risco via garantias

CONCESSIONAL/COMBINADA

Possíveis fontes/Instrumentos

- IFD, BMD, BND/ débito de longo prazo, garantias, equity
- Fundos multilaterais e doadores bilaterais/ débito, equity, garantias, empréstimos concess.
- Filantropos/ doações parcialmente reembolsáveis

DOAÇÕES/ NÃO REEMBOLSÁVEIS

Possíveis fontes/Instrumentos

- Investidores de Impacto
- IFD, BMD, BND, bancos bilaterais de des.
- Doadores Bilaterais
- Filantropos

INVESTIMENTOS PRIVADOS/ LEILÕES/ CONCESSÕES/ OBRAS PÚBLICAS/ INICIATIVAS PRIVADAS (NÃO INVESTIMENTO)

Fonte: Brasil: "Mapeamento de soluções inovadoras de financiamento para projetos e políticas voltados ao desenvolvimento sustentável", página 21

DESAFIOS

- Participação privada se faz mediante retorno sobre capital (excetuado filantropia), mesmo em casos de financiamentos incentivados.
- Agentes financiadores necessitam de garantias ou expectativas de resiliência financeira do projeto / programa para o pagamento da dívida
- Projetos de forte impacto social podem não produzir as condicionantes financeiras necessárias para que atores envolvam-se no programa de financiamento.



ELEMENTOS CHAVE DO PROCESSO DE DECISÃO

- Grau de maturidade e replicabilidade dos instrumentos para outros Programas / Projetos
- Aspectos necessários para ampliar e replicar experiências:
 - Ambiente econômico-financeiro favorável.
 - Existência e cumprimento de instrumentos regulatórios que possam oferecer previsibilidade jurídica e segurança aos mercados.
 - Políticas públicas de longo prazo em que o cenário amplo é mais relevante do que o resultado de curto prazo



CASOS INTERNACIONAIS

Casos Internacionais

Nome do Instrumento	País/Região	ODS vinculado ¹⁹
Empréstimos concessionais, doações e assistência técnica para fornecimentos de acesso a mudas/sementes de alta qualidade para safras voltadas à exportação	Gana/África	1.4, 1.5, 1.a, 1.b, 2.a, 8, 5.a, 8.2, 8.3, 8.4, 8.6, 8.10, 15.1, 15.2, 15.5, 15.6, 15.9, 15.a, 15. b
Financiamento concessional e de "mezzanine" para aumentar a produção e disponibilidade de energia renovável de baixo custo no Quênia (Usina Eólica do Lago Turkana)	Quênia/África	7.1, 7.2, 7.a, 7.b, 9.1, 9. a
Linha de crédito concessional e garantias para encorajar a participação do setor privado no financiamento do setor de água e saneamento	Filipinas/Ásia	1.4, 1.5, 1.a, 1.b, 10.2, 10.b, 6.1, 6.2, 6.3, 6.5, 6. a
Empréstimos concessionais e "equity" que garantem a emissão de títulos permitindo que os municípios acessem os mercados de capitais para financiar o desenvolvimento de estrutura	Índia/Ásia	8.2, 8.3, 9.1, 9.4, 9.a, 9.b, 10.2
Facilidade de liquidez e garantia de risco político para fortalecer a emissão de títulos com vistas a promover a participação de classes de investidores inexplorados na área de saúde	Turquia/Ásia	1.4, 1.5, 1.a, 1.b, 3.1, 3.2, 3.3, 3.4, 3.8, 3.b, 3.c, 5.d, 10.2, 10. b

Fonte: Brasil: "Mapeamento de soluções inovadoras de financiamento para projetos e políticas voltados ao desenvolvimento sustentável", página 26

Casos Internacionais

Nome do Instrumento	País/Região	ODS vinculado ¹⁹
Pagamento por Resultados para Mais e Melhores Empregos na América Latina e Caribe	Colômbia, Peru e Costa Rica/LAC	8.2, 8.3, 8.5, 8.6, 8.8, 8.10, 8.b, 10.2, 10.5, 10.b, 16.6
Programa de Preparação para Títulos Verdes do Vietnã (VietNam Green Bond Readiness Program)	Indonésia/Ásia	1.4, 1.5, 1.a, 1.b, 3.1, 3.2, 3.3, 3.4, 3.8, 3.b, 3.c, 3.d, 10.2, 10. b
"Pandemic Bonds" da Indonésia	Filipinas/Ásia	1.4, 1.5, 1.a, 1.b, 10.2, 10.b, 6.1, 6.2, 6.3, 6.5, 6. a
Certificação de Destinos Sustentáveis	Sri Lanka/Ásia	8.9, 8.b, 10.2, 10.5, 10.b, 12.b, 15
Programa +Mulheres + Natureza	Costa Rica/ALC	1.4, 1.5, 1.a, 1.b, 2.a, 8, 5.4, 5.5, 5.a, 5.c, 8.2, 8.3, 8.4, 8.6, 8.10, 15.1, 15.2, 15.5, 15.6, 15.9, 15.a, 15. b
Plano Financeiro de Biodiversidade do Cazaquistão	Cazaquistão/Ásia	8.9, 8.b, 10.2, 10.5, 10.b, 13.2, 12.b, 15.7

Fonte: Brasil: "Mapeamento de soluções inovadoras de financiamento para projetos e políticas voltados ao desenvolvimento sustentável", página 27



Breve Pausa: Lista de Presença



ATORES BRASILEIROS

Atores Articuladores Pioneiros

- Ministério da Infraestrutura: Climate Bonds Initiative – CBI (2019)
- Laboratório de Inovação Financeira – LAB (2017): Fórum de interação multissetorial, Associação Brasileira de Desenvolvimento - ABDE / Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID / Comissão de Valores Mobiliários- CVM, parceria com Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit – GIZ.
 - Monitoramento de dois Social Impact Bonds (educação e saúde) cancelados em 2019
- Banco Central do Brasil – BCB: experiência normativa e fiscalizatória.
 - Parcerias internacionais para desenvolvimento de instrumentos de monitoramento
- Federação Brasileira de Bancos - FEBRABAN e Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável – CEBDS: “Guia para Emissões de Títulos Verdes no Brasil” (2016).
- Comissão de Valores Mobiliários – CVM: desenvolver, regular e fiscalizar o Mercado de Valores Mobiliários.



FEBRABAN: Taxonomia Proposta para Fundos

QUADRO: Taxonomia Verde da FEBRABAN

A Taxonomia Verde lançada pela FEBRABAN caracteriza o crédito sob a ótica socioambiental e climática, a partir de três modalidades:

Em "*Economia Verde*", o foco é dado ao impacto, isto é, aos potenciais impactos positivos dessas atividades para a sociedade e para o meio ambiente. Assim sendo, os resultados dessa modalidade devem ser interpretados para avaliar a potencial contribuição do banco para economia verde e identificar formas de maximizar esta exposição, como por meio de linhas e produtos de créditos sustentáveis.

Em "*Exposição às mudanças climáticas*", estão agrupadas atividades com maior exposição aos riscos físicos e de transição relacionados à mudança global do clima. Esta modalidade tem um foco prudencial para o setor bancário: monitorar a exposição de suas carteiras aos riscos climáticos. Os bancos podem fazer uso dos resultados desta mensuração para gerir os riscos de maneira proporcional à sua exposição e, também, identificar oportunidades de negócios para mitigação ou adaptação destes riscos.

Em "*Exposição ao risco ambiental*" o foco também é prudencial. Essa modalidade visa identificar a exposição da carteira a setores cuja natureza da atividade tem maior exposição ao risco ambiental. Os resultados dessa mensuração permitem aos bancos refletir se seus procedimentos de gestão são compatíveis com a sua exposição e para quais setores podem ser criadas abordagens específicas.

Fonte: FEBRABAN, 2021

Fonte: Brasil: "Mapeamento de soluções inovadoras de financiamento para projetos e políticas voltados ao desenvolvimento sustentável", página 110

Reflexões sobre o Desafio no Brasil

- Custo de Transação: mecanismos de certificação e monitoramento de títulos emitidos
- Competitividade do Projeto: Elementos ambientais e sociais podem implicar em custos pelos quais muitas vezes a sociedade não está disposta a pagar. Maiores riscos para investidores e financiadores.
- Custo de Oportunidade: sistema de investimento e financiamento bem estabelecido, mercado consolidado. Espaço para novos instrumentos depende do interesse dos agentes financiados
- Empresas Municipais / Estaduais de Investimentos: BH Ativos, CPP, outros. Agentes articuladores chave no processo de estruturação de fundos e instrumentos específicos voltados a projetos de alto impacto social e ambiental
- Estruturação de garantias públicas: mecanismos conhecidos de suporte a financiadores

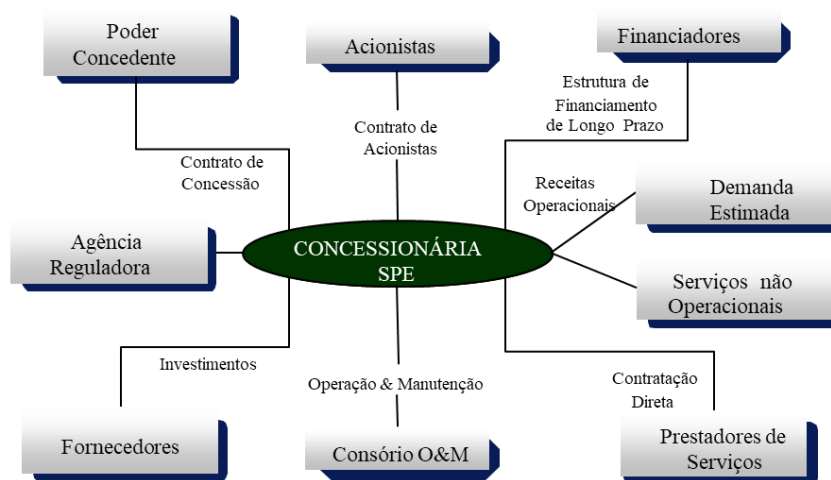
REFLEXÃO: APLICAÇÃO À CARTEIRA DE PROJETOS PRIORITÁRIOS DE FEIRA

Foco da Estruturação de Financiamento

- Projetos clássicos de infraestrutura: Aeroporto e Centro Logístico
 - Fontes de financiamento por meio de Bancos de Desenvolvimento nacionais e internacionais
- Projetos de Promoção à Inovação: Ecossistema de Inovação de Feira
 - Multiplicidade de atores, objetivos e componentes demanda soluções integradas de financiamento a cada um de seus componentes.
- Projetos de Promoção à Educação: Gestão da Inovação no Sistema Educacional
 - Projeto de alto impacto político, social atrai a participação de múltiplos atores.
 - Desafio: coordenação de objetivos e metodologias de estruturação do negócio.
- Projetos Compostos: Nova Central de Abastecimento
 - Natureza híbrida de um projeto logístico (infraestrutura), requalificação urbana e preservação de patrimônio (a depender de localidade, forma de implantação) permite combinar fontes de financiamento.
 - Desafio: blend de financiamento ou *crowding out*



Uma Ilustração: Nexos Contratuais em Projetos de Infraestrutura



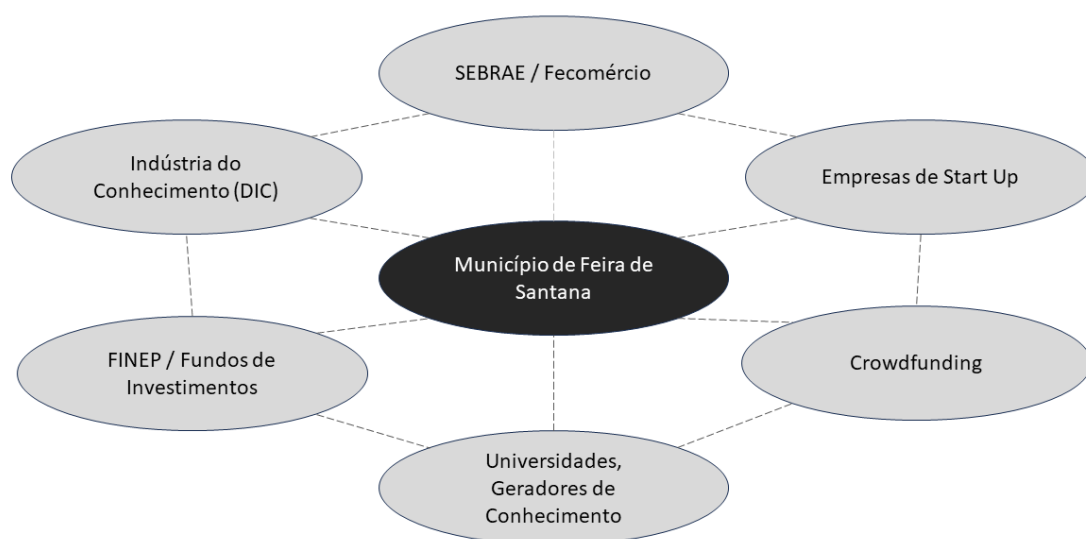
Aeroporto: Usos e Fontes

Itens do projeto	ANO 1	ANO 2	ANO 3	ANO 4	ANO 5	ANO 6	ANO 7	ANO 8	ANO 9	ANO 10	Custo Total
Desapropriação	R\$ 75,56										R\$ 75,56
Elaboração do		R\$ 13,76	R\$ 13,76								R\$ 27,52
Custos indiretos	R\$ 13,50	R\$ 8,31	R\$ 2,46	R\$ 24,20	R\$ 24,20	R\$ 24,20	R\$ 26,06	R\$ 1,86	R\$ 1,86		R\$ 126,66
Fechamento		R\$ 32,76									R\$ 32,76
Nova pista de pouso e decolagem (3.400m)				R\$ 28,88	R\$ 28,88	R\$ 28,88	R\$ 28,88				R\$ 115,52
Adequação de pátio				R\$ 9,09	R\$ 9,09	R\$ 9,09	R\$ 9,09				R\$ 36,38
Construção de novo terminal de				R\$ 62,11	R\$ 62,11	R\$ 62,11	R\$ 62,11				R\$ 248,42
Construção de				R\$ 35,35	R\$ 35,35	R\$ 35,35	R\$ 35,35				R\$ 141,39
Adequação da pista de taxamento (4090)							R\$ 10,42	R\$ 10,42	R\$ 10,42	R\$ 10,42	R\$ 41,69
Ampliação da							R\$ 5,46	R\$ 5,46	R\$ 5,46		R\$ 16,38
Instalação de sistema de auxílio à									R\$ 6,43	R\$ 6,43	R\$ 12,87
TOTAL DE USOS	R\$ 89,07	R\$ 54,83	R\$ 16,22	R\$ 159,63	R\$ 159,63	R\$ 159,63	R\$ 177,37	R\$ 17,74	R\$ 24,18	R\$ 16,85	R\$ 875,14
Capital Próprio	R\$ 17,81	R\$ 10,97	R\$ 3,24	R\$ 36,55	R\$ 36,55	R\$ 36,55	R\$ 40,10	R\$ 3,55	R\$ 5,48	R\$ 4,01	R\$ 194,83
Bancos de Desenvolvimento	R\$ 71,25	R\$ 43,86	R\$ 12,97	R\$ 110,61	R\$ 110,61	R\$ 110,61	R\$ 124,81	R\$ 14,20	R\$ 14,20	R\$ 8,34	R\$ 621,47
Agências Multilaterais / Crédito à Exportação				R\$ 12,46	R\$ 12,46	R\$ 12,46	R\$ 12,46		R\$ 4,50	R\$ 4,50	R\$ 58,85
TOTAL DE FONTES	R\$ 89,07	R\$ 54,83	R\$ 16,22	R\$ 159,63	R\$ 159,63	R\$ 159,63	R\$ 177,37	R\$ 17,74	R\$ 24,18	R\$ 16,85	R\$ 875,14

Centro Logístico: Usos e Fontes

Itens do projeto	ANO 1	ANO 2	ANO 3	ANO 4	ANO 5	ANO 6	ANO 7	ANO 8	ANO 9	ANO 10	Custo
Consultoria para Avaliação e Enquadramento da Lei Geral de Concessões e PPP municipal	R\$ 0,30										R\$ 10,00
Desapropriação		R\$ 5,00	R\$ 5,00								R\$ 0,30
Projeto e estudos ambientais		R\$ 9,53	R\$ 9,53								R\$ 19,07
Acesso ao empreendimento			R\$ 2,50	R\$ 2,50							R\$ 5,00
Custos indiretos	R\$ 6,81	R\$ 6,81	R\$ 6,81	R\$ 6,81	R\$ 6,81	R\$ 6,81	R\$ 6,81	R\$ 6,81	R\$ 6,81	R\$ 6,81	R\$ 68,15
Terraplenagem			R\$ 15,00								R\$ 15,00
Plataforma de Trânsito			R\$ 10,01	R\$ 10,01	R\$ 10,01						R\$ 40,04
Terminal de transferência Intermodal			R\$ 79,22	R\$ 79,22	R\$ 79,22						R\$ 316,88
Plataforma de armazenagem – Galpões			R\$ 20,77	R\$ 20,77	R\$ 20,77						R\$ 83,08
Sede Administrativa			R\$ 10,46	R\$ 10,46	R\$ 10,46						R\$ 41,85
Infraestrutura Geral			R\$ 9,79	R\$ 9,79	R\$ 9,79						R\$ 39,14
TOTAL DO PROGRAMA MÍNIMO	R\$ 7,11	R\$ 21,35	R\$ 169,10	R\$ 139,56	R\$ 137,06	R\$ 137,06	R\$ 6,81	R\$ 6,81	R\$ 6,81	R\$ 6,81	R\$ 638,51
Plataforma de armazenagem – Silos							R\$ 42,67	R\$ 42,67	R\$ 42,67	R\$ 42,67	R\$ 170,66
Plataforma de armazenagem – Pátio de Containers							R\$ 38,15	R\$ 38,15	R\$ 38,15	R\$ 38,15	R\$ 152,58
Centro de distribuição local/regional							R\$ 8,16	R\$ 8,16	R\$ 8,16	R\$ 8,16	R\$ 32,64
Controle Aduaneiro							R\$ 11,18	R\$ 11,18	R\$ 11,18	R\$ 11,18	R\$ 44,71
TOTAL DO PROGRAMA COMPLEMENTAR	#VALOR!	#VALOR!	#VALOR!	#VALOR!	#VALOR!	#VALOR!	R\$ 100,15	R\$ 100,15	R\$ 100,15	R\$ 100,15	R\$ 400,59
Recursos Públicos Fiscais	R\$ 7,11	R\$ 3,63	R\$ 4,26	R\$ 0,63							R\$ 15,63
Financiamento Público		R\$ 10,90	R\$ 12,78	R\$ 1,88							R\$ 25,55
Financiamento Privado - Acionistas SPE		R\$ 2,04	R\$ 45,62	R\$ 41,12	R\$ 41,12	R\$ 41,12	R\$ 2,04	R\$ 2,04	R\$ 2,04	R\$ 2,04	R\$ 179,20
Financiamento Privado - Financiadores SPE		R\$ 4,77	R\$ 106,44	R\$ 95,94	R\$ 95,94	R\$ 95,94	R\$ 4,77	R\$ 4,77	R\$ 4,77	R\$ 4,77	R\$ 418,13
Financiamento Privado - Acionistas de Operações Logísticas		#VALOR!	#VALOR!	#VALOR!	#VALOR!	#VALOR!	R\$ 100,15	R\$ 100,15	R\$ 100,15	R\$ 100,15	R\$ 400,59
TOTAL DE FONTES	R\$ 7,11	R\$ 21,35	R\$ 169,10	R\$ 139,56	R\$ 137,06	R\$ 137,06	R\$ 106,96	R\$ 106,96	R\$ 106,96	R\$ 106,96	R\$ 1.039,10

Uma Ilustração: Ecossistema de Inovação de Feira



Uma Ilustração: Ecossistema de Inovação de Feira

- Fontes de Financiamento
 - Infraestrutura física (área, edificações, equipamentos): recursos públicos, orçamentários ou financiamento.
 - Centros de Pesquisa relacionados à inovação: CAPES, FINEP, FAPESB
 - Prototipagem de projetos (produtos, serviços, sistemas): FINEP
 - Empresas em fase de *start up*: crowdfunding, Angel Capital, Fundo de Investimentos (recursos públicos multifederativos, recursos institucionais, recursos privados)
 - Empresas em fase de expansão e consolidação: venture capital e private equity



Uma Ilustração: Gestão da Inovação do Sistema Educacional

- Fontes de Financiamento
 - BNDES (Iniciativa Educação Conectada - IEC), outros: fase de diagnóstico, desenvolvimento de um projeto básico e detalhamento dos principais componentes.
 - Fundações: Estudar, Lehman, Itaú Cultural, GE, etc.... Possíveis conflitos sobre a iniciativa do Projeto / Programa. Articulação prévia pode ser chave.
 - Agentes multilaterais: PNUD, BID, Banco Mundial: articulação de um programa já bem delineado com benefícios socioeconômicos, ambientais e institucionais bem desenhados.
 - Agentes financiadores tradicionais: apoio à contratação de serviços e aquisição de equipamentos, sistemas e realização de melhorias na infraestrutura educacional.



Gestão da Inovação em Educação: Usos e Fontes

Itens do projeto	ANO 1	ANO 2	ANO 3	ANO 4	Custo
Levantamento das necessidades de inovação tecnológica	R\$ 0,65	-	-	-	R\$ 0,65
Modernização na gestão: Capacitação + Compra de software (ex: Licenciamento de uso do Software ArcGIS Enterprise Standar (Windows) Up to Fours Cores License + Software ArcGIS Desktop Standard Concurrent Use License + Software ArcGIS Spatial Analyst for Desktop Standard Concurrent Use License + Software ArcGIS Network Analyst for Desktop Standard Concurrent Use License)+ compras hardware	R\$ 2,87	R\$ 2,87	-	-	R\$ 5,74
Melhoria da tecnologia de acesso à internet para estudantes das escolas públicas	R\$ 4,38	R\$ 4,38	R\$ 4,38	-	R\$ 13,13
Criação de um centro de Integração Universidade- empresa	-	-	R\$ 1,50	-	R\$ 1,50
Aquisição de plataforma pedagógica digital para Fundamental I + Capacitação (24 meses de licença com 5 aplicações)	-	R\$ 8,50	R\$ 8,50	-	R\$ 17,00
Aquisição de plataforma pedagógica digital para Fundamental II + Capacitação (24 meses de licença com 5 aplicações)	-	R\$ 3,50	R\$ 3,50	-	R\$ 7,00
Aquisição/instalação de mesas pedagógicas + formação de educadores	-	-	R\$ 3,70	-	R\$ 3,70
Material para a Educação Tecnológica e Robótica Educacional com abordagem interdisciplinar conhecida como STEAM: (120 escolas de Educação Infantil –5 conj/escola)+formação de educadores	-	R\$ 3,75	R\$ 3,75	-	R\$ 7,50
(145 escolas de Fundamental I –5 a 10 conj/escola)+formação de educadores	-	R\$ 3,90	R\$ 3,90	-	R\$ 7,80
Programa de Educação Tecnológica 4.0 com a robótica e capacitar os estudantes a se tornarem inventores por meio da programação, atividades Maker currículo STEAM + Formação de Educadores	-	R\$ 2,35	R\$ 2,35	-	R\$ 4,70
Reformas e adaptações / aquisição ou aluguel de chromebook ou similar	R\$ 28,25	R\$ 28,25	R\$ 28,25	R\$ 28,25	R\$ 113,00
Capacitação para professores	R\$ 0,11	R\$ 0,11	R\$ 0,11	-	R\$ 0,32
TOTAL DE USOS	R\$ 36,25	R\$ 57,60	R\$ 59,93	R\$ 28,25	R\$ 182,03
Recursos do FUNDEB	R\$ 29,00	R\$ 46,08	R\$ 47,95	R\$ 22,60	R\$ 145,63
Recursos Próprios do Município	R\$ 7,25	R\$ 11,52	R\$ 11,99	R\$ 5,65	R\$ 36,41
Recursos Privados	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-
TOTAL DE FONTES	R\$ 100,86	R\$ 165,56	R\$ 173,92	R\$ 84,75	R\$ 182,03

REFLEXÃO: ESTRUTURAS DE GARANTIAS PÚBLICAS

Alternativas de garantias do poder concedente

- Vinculação de Recebíveis: Royalties de petróleo, recebíveis, outorgas;.
- Penhor de Direitos: Penhor à Concessionária, livres e desembaraçados de qualquer ônus, ativos como títulos da dívida pública.
- Travamento de Fluxo de Pagamento: transferência constitucional de parcela da arrecadação de impostos federais para os Estados / Municípios
- • Fundo Garantidor: entidade contábil sem personalidade jurídica, criada por lei, com objetivo de dar sustentação financeira ao Programa de PPP, tendo como beneficiárias as empresas parceiras definidas e habilitadas.
- • Empresa Estatal Garantidora: Possui as mesmas atribuições do Fundo. Capital integralizado por ações, bens móveis e imóveis, dívida pública e outros
- • Seguro-garantia: Possibilidade de contratar seguro com (i) seguradoras domésticas, não controladas pelo Poder Público; (ii) seguradoras internacionais; e (iii) órgãos multilaterais. Modelo de aquisição e financiamento do EP



Fontes de recursos

- **Títulos da dívida pública**
- **Imóveis**
- **Royalties de petróleo:** Participação no resultado da exploração de petróleo, assegurada aos Estados, Distrito Federal e Municípios;
- Recebíveis
- **CIDE** (Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico): Tributos de natureza extrafiscal, de competência exclusiva da União, sendo que um percentual é repassado aos estados e municípios.
- **FPE / FPM:** Parte repassada ao Estado/Município do Fundo de Participação dos Estados/ Municípios. A União destina parte dos impostos sobre a renda e proventos de qualquer natureza, assim como parte do imposto sobre produtos industrializados – IPI, sendo configurado como um repasse.
- **Dívida Ativa**
- **Multas**



Casos: Companhia Paulista de Parcerias (CPP)

- Lei Estadual nº 11.688/04: Sociedade por Ações de capital fechado, controlada pelo Estado de São Paulo
- Objetivos:
 - Conceder garantias;
 - Colaborar na implementação do p ç Programa de PPP e apoiar as atividades do Conselho Gestor;
 - Contratar estudos técnicos sobre projetos de PPP;
 - Opinar sobre a proposta preliminar de projeto de PPP; e
 - Acompanhar a realização de estudos técnicos relativos a projetos de PPP, manifestando-se formalmente sobre os seus resultados.
- Linha 4 – Amarela do Metrô de SP: A CPP é garantidora de parte das obrigações assumidas pelo Estado junto ao concessionário.

FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS ESTADOS (FPE)

- Estrutura adotada pelo Estado da Bahia;
- Lei 11.477/10: alocação de até 12% dos recursos do Fundo de Participação dos Estados (FPE) para garantia das obrigações em contratos de PPP;
- Autoriza que o agente financeiro responsável destine o percentual para conta própria da Agência de Fomento do Estado da Bahia S.A. - Desembahia, que servirá ao pagamento e garantia da contraprestação pública devida pelo Estado nos contratos de PPP que vier a firmar;
- Estrutura utilizada na PPP da Arena Fonte Nova e do Hospital do Subúrbio;



Casos: EMPRESA ESTATAL GARANTIDORA

Projeto	Objeto	Estrutura de Receita	Estrutura de Garantia
PPP MG-050	Concessão Patrocinada para reforma, ampliação, operação e manutenção da Rodovia MG-050, com 360km de extensão.	<ul style="list-style-type: none"> • Pedágio: 6 praças com tarifa básica de R\$ 3,00; • Contraprestação: R\$ 8 MM/ano. 	CODEMIG – Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais garante uma Conta Garantia com 1 Contraprestação Mensal, alimentada por fluxo (> R\$ 100 MM/ano) de pagamento de dividendos da CBMM (concessionária exploradora de minério de níbio) para CODEMIG.
PPP Linha 4 Metro SP	Concessão Administrativa para fornecimento de material rodante e equipamentos para sistema e estações, operação e manutenção de nova linha interligando Vila Sônia à Estação da Luz, com 12 km de extensão.	<ul style="list-style-type: none"> • Pagamento por passageiro transportado; • Contraprestação nos primeiros três anos de operação no valor de R\$ 25 MM/ano. 	CPP - Companhia Paulista de Parcerias é garantidora na mitigação do risco de atraso na entrega da obra e no pagamento da contraprestação (penhor de cotas de Fundo de Investimento constituído pela CPP). O contrato também garante uma demanda mínima, sendo que o Estado pagaria um valor adicional nos casos em que as demandas reais se situem entre 90% e 60% das demandas previstas.

Casos: VINCULAÇÃO DE RECEBÍVEIS

Projeto	Objeto	Estrutura de Receita	Estrutura de Garantia
PPP Emissário Submarino do Jaguaribe	Concessão Administrativa para a construção, operação e manutenção de um novo emissário submarino em Salvador, com 5km de extensão.	• Contraprestação de R\$ 40 MM/ano.	Cessão de recebíveis da EMBASA, Empresa Baiana de Água e Saneamento.
PPP Saneamento Rio Claro	Concessão Administrativa para operação, acompanhado das obras de complementação, adequação e modernização do sistema de esgoto do Município de Rio Claro (SP).	• Contraprestação composta de recebíveis de usuários diretos do sistema.	Fundo Municipal de Compensação Tarifária dos Serviços de Esgoto de PPP (Receitas provenientes das tarifas dos serviços de abastecimento de água e do orçamento do Poder Concedente)
PPP Estação de Tratamento de Água Taiaçupeba (SABESP)	Concessão Administrativa para manutenção de barragens, inspeção e manutenção de túneis e canais de interligação de barragens, manutenção civil e eletromecânica em unidades integrantes do sistema, tratamento e disposição final do lodo gerado na produção de água tratada, serviços auxiliares, ampliação da capacidade da estação de tratamento de água de Taiaçupeba, construção das adutoras e outras utilidades do Sistema Produtor do Alto Tietê (SPAT).	• Contraprestação mensal com base no preço contratual e disponibilidade de volumes de tratamento fixados. Previsão de remuneração extra por eficiência energética comprovada.	Garantia por meio de cessão de recebíveis (créditos tarifários da Sabesp)

Casos: TRAVAMENTO DE FLUXO DE PAGAMENTOS

Projeto	Objeto	Estrutura de Receita	Estrutura de Garantia
PPP Centro de Ressocialização de Itaquitinga	Concessão Administrativa para construção, operação e manutenção de um novo complexo para 3.126 internos.	<ul style="list-style-type: none"> Contraprestação de R\$ 106 MM/ano durante os 15 primeiros anos de operação Contraprestação de R\$ 83 MM/ano do ano 16 até o final do contrato. 	Conta Garantia com 6 Contraprestações mensais, alimentada por fluxo de rendimentos da conta arrecadadora do Estado de PE (> R\$ 100 milhões/ano).
PPP Estádio Fonte Nova	Concessão Administrativa para reconstrução, operação e manutenção do novo estádio da Fonte Nova para sediar os jogos da Copa do Mundo 2014 em Salvador.	<ul style="list-style-type: none"> Contraprestação de R\$ 107 MM/ano durante os 15 primeiros anos de operação. 	<p>Vinculação Legal de Fluxo de Pagamento da FPE:</p> <ul style="list-style-type: none"> Repasse obrigatório de 12% das receitas do FPE para a Desembahia para fins de adimplemento de Contratos de PPP. Desembahia mantém recursos vinculados aos Contratos de PPP segregados dos demais recursos. Agente Financeiro realiza pagamentos para o Concessionário, conforme procedimento determinado no contrato de PPP e no Contrato de Administração de Contas.

Casos: TRAVAMENTO DE FLUXO DE PAGAMENTOS

Projeto	Objeto	Estrutura de Receita	Estrutura de Garantia
PPP Praia do Paiva	Concessão Patrocinada para construção e exploração da ponte de acesso de 320 m e sistema viário de 6,7 km ao destino de lazer e turismo Praia do Paiva.	<ul style="list-style-type: none"> Tarifa de pedágio de R\$ 3,70 (dias úteis) e R\$ 5,50 (fim de semana); Contraprestação mensal de R\$ 2,2 milhões. 	Conta Garantia com 12 Contraprestações mensais, alimentada por 20% das transferências da CIDE para o Governo de PE.
PPP Arena de Recife	Concessão Administrativa para construção, operação e manutenção da nova arena para sediar os jogos da Copa do Mundo 2014 em Recife.	<ul style="list-style-type: none"> Contraprestação de R\$ 4 MM/ano durante os primeiros 15 anos de operação; Reembolso do Investimento de R\$ 400 MM no primeiro ano de operação. 	Conta Garantia no valor equivalente a 6 meses de contraprestação, alimentada por transferências financeiras da União ao Estado a título de compensação pelas desonerações do ICMS ou transferências federais do FPE.
PPP Hospital Subúrbio da Bahia	Concessão Administrativa para equipar, mobiliar, gerir e operar uma nova Unidade Hospitalar no subúrbio da cidade de Salvador, construída como obra pelo Estado da BA.	<ul style="list-style-type: none"> Contraprestação de R\$ 103 MM/ano durante 10 anos. 	Vinculação Legal de Fluxo de Pagamento da FPE (Lei Estadual 11.477/09).

Casos: FUNDO GARANTIDOR

Projeto	Objeto	Estrutura de Receita	Estrutura de Garantia
Saneamento Rio das Ostras	Concessão Administrativa para ampliação e operação do Sistema de Esgotamento Sanitário do Município de Rio das Ostras, compreendendo a construção de rede coletora, drenagem de águas pluviais, pavimentação de ruas e calçadas, coletores tronco, estações elevatórias e ampliação da ETE.	<ul style="list-style-type: none"> Contraprestação mensal de R\$ 5,4 milhões. 	Fundo Municipal Garantidor das PPP, alimentada por royalties de petróleo. Composto pelo equivalente a 5 contraprestações mensais.



Casos: GARANTIAS CONTRATUAIS

Projeto	Objeto	Estrutura de Receita	Estrutura de Garantia
Datacenter BB e CEF	Concessão Administrativa para construção, serviços de gerenciamento, manutenção e operação da infra-estrutura predial do Complexo Datacenter, edificado em terreno de propriedade do Banco do Brasil (BB), na cidade de Brasília (DF), com área construída de 24.000 metros quadrados.	<ul style="list-style-type: none"> Contraprestação proporcional à ocupação Reembolso do Investimento (80% durante o 1º ano após a construção (12 parcelas mensais), 10% nos 4 anos seguintes e 10% nos 10 últimos anos, garantidos pelo BB e CEF mediante Termo de Aceitação da Edificação. 	Não há, os contratantes são BB e CEF.





COORDENAÇÃO GERAL
Mirna Cortopassi Lobo
mirna@tesetecnologia.com.br

GESTOR DO CONSÓRCIO
Carlos Henrique Pires Leandro

EQUIPE TÉCNICA EXECUTIVA
Caroline Nayara Rech
caroline@tesetecnologia.com.br
Mariano de Matos Macedo
Patrícia Costa Pellizzaro
Sandra Mayumi Nakamura

COORDENAÇÃO DO ESCRITÓRIO LOCAL
José Renato Sena Oliveira

EQUIPE TÉCNICA – CONSULTORES ESPECIALISTAS

Fernando Leme Fleury
Francisco De Assis Mendonça
Roseli Maria Da Rocha Dos Santos

EQUIPE TÉCNICA COMPLEMENTAR

Bruno Ruchinski De Souza
Renata Lazinski Silva
Camila Alves Maia
Mariane Gasquel Coelho
Letícia Schmitt Cardon
Raquel Guidolin de Paula

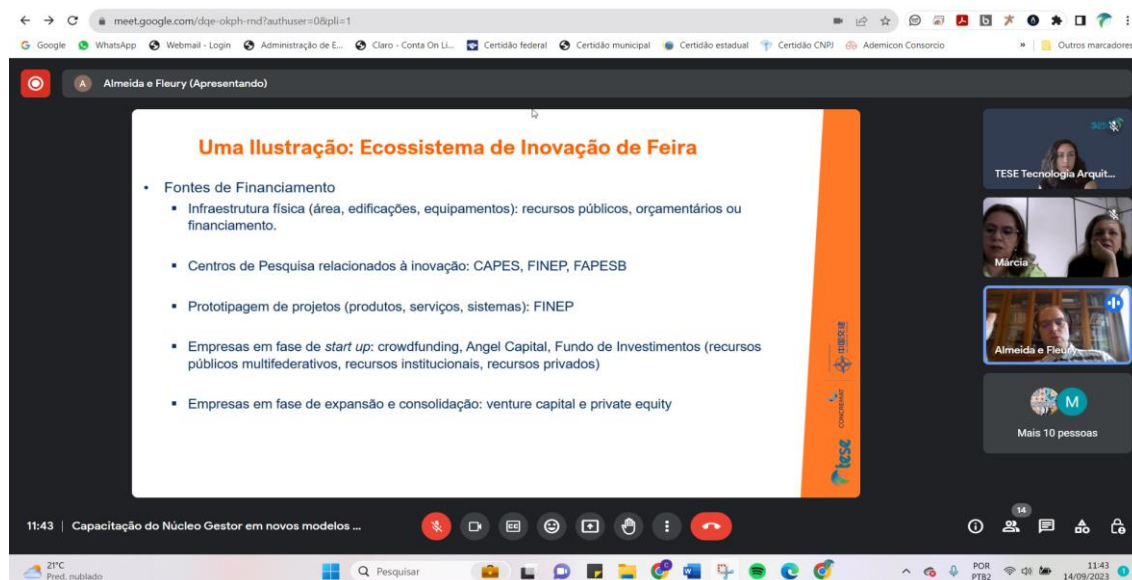
Consórcio Concremat-Tese



2.3.2 Registro fotográfico

Na FIGURA 5 é apresentado o registro fotográfico realizado através de capturas de tela da capacitação do dia 14 de setembro de 2023.

FIGURA 5: CAPTURAS DE TELA DA CAPACITAÇÃO REALIZADA EM 14 DE SETEMBRO DE 2023



meet.google.com/dqe-okph-md?authuser=0&pli=1

Google WhatsApp Webmail - Login Administração de E... Claro - Conta On Li... Certidão federal Certidão municipal Certidão estadual Certidão CNPJ Ademicon Consorcio Outros marcadores

Mensagens na chamada

Permitir que todos os participantes enviem mensagens

As mensagens estão sendo gravadas com a chamada

retornar. Parabéns pela excelente apresentação e contextualização dos financiamentos inovadores!!!

Francisco Mendonça 09:18
Bom dia, há todo um mercado de capital de gases derivados dos resíduos sólidos urbanos; investimentos internacionais podem ser buscados na gestão municipal em FS.

Mirna Cortopassi Lobo 09:43
Em Genebra o Transporte publico de passageiros permite às mulheres entrarem com os carrinhos de bebês. É nessa direção.
Mas é também uma questão de escala.

Enviar uma mensagem

10:25 | Capacitação do Núcleo Gestor em novos modelos ...

18°C Pred. nublado

Pesquisar

10:25 14/09/2023

meet.google.com/dqe-okph-md?authuser=0&pli=1

Google WhatsApp Webmail - Login Administração de E... Claro - Conta On Li... Certidão federal Certidão municipal Certidão estadual Certidão CNPJ Ademicon Consorcio Outros marcadores

10:29 | Capacitação do Núcleo Gestor em novos modelos ...

18°C Pred. nublado

Pesquisar

10:29 14/09/2023

meet.google.com/dqe-okph-md?authuser=0&pli=1

Google WhatsApp Webmail - Login Administração de E... Claro - Conta On Li... Certidão federal Certidão municipal Certidão estadual Certidão CNPJ Ademicon Consorcio Outros marcadores

Casos Internacionais

Nome do Instrumento	País/Região	ODS vinculado*
Empréstimos concessionais, doações e assistência técnica para fornecimentos de acesso a mudas/sementes de alta qualidade para sítios voltados à exportação	Gana/África	1.4, 1.5, 1.a, 1.b, 2.a, 5, 5.a, 8.2, 8.3, 8.4, 8.4, 8.10, 15.1, 15.2, 15.5, 15.a, 15.9, 15.a, 15. b
Financiamento concessional e de "mezzanine" para aumentar a produção e disponibilidade de energia renovável de baixo custo no Quênia (Usina Eólica do Lago Turkana)	Quênia/África	7.1, 7.2, 7.a, 7.b, 9.1, 9. a
Linha de crédito concessional e garantias para encorajar a participação do setor privado no financiamento do setor de água e saneamento	Filipinas/Ásia	1.4, 1.5, 1.a, 1.b, 10.2, 10. b, 6.1, 6.2, 6.5, 6.5, 6. a
Empréstimos concessionais e "equity" que garantem a emissão de títulos permitindo que os municípios acessem os mercados de capitais para financiar o desenvolvimento de estrutura	Índia/Ásia	8.2, 8.5, 9.1, 9.4, 9.a, 9.b, 10.2
Facilidade de liquidez e garantia de risco político para fortalecer a emissão de títulos com vistas a promover a participação de classes de investidores inexplorados na área de saúde	Turquia/Ásia	1.4, 1.5, 1.a, 1.b, 3.1, 3.2, 3.5, 3.4, 5.8, 5.b, 5.c, 5.d, 10.2, 10. b

Fonte: Brasil: "Mapeamento de soluções inovadoras de financiamento para projetos e políticas voltados ao desenvolvimento sustentável", página 26

10:58 | Capacitação do Núcleo Gestor em novos modelos ...

21°C Pred. nublado

Pesquisar

10:58 14/09/2023

meet.google.com/dqe-okph-md?authuser=0&pli=1

Google WhatsApp Webmail - Login Administração de E... Claro - Conta On Li... Certidão federal Certidão municipal Certidão estadual Certidão CNPJ Ademicon Consorcio

Almeida e Fleury (Apresentando)

Casos Internacionais

Nome do Instrumento	País/Região	OBS vinculado*
Empréstimos concessionais, doações e assistência técnica para fornecimentos de acesso a muitos fomentos de alta qualidade para safras voltadas à exportação	Gana/África	1.4, 1.5, 1.a, 1.b, 2.a, 8, 5.a, 8.2, 8.3, 8.4, 8.6, 8.10, 15.1, 15.2, 15.5, 15.a, 15.9, 15.a, 15.b
Financiamento concessional e de "mezzanine" para aumentar a produção e disponibilidade de energia renovável de baixo custo no Quênia (Usina Eólica do Lago Turkana)	Quênia/África	7.1, 7.2, 7.a, 7.b, 9.1, 9.a
Linha de crédito concessional e garantias para encorajar a participação do setor privado no financiamento do setor de água e saneamento	Filipinas/Ásia	1.4, 1.5, 1.a, 1.b, 10.2, 10.b, 6.1, 6.2, 6.5, 6.5, 6.a
Empréstimos concessionais e "equity" que garantem a emissão de títulos permitindo que os municípios acessem os mercados de capitais para financiar o desenvolvimento de estrutura	Índia/Ásia	8.2, 8.3, 9.1, 9.4, 9.a, 9.b, 10.2
Facilidade de liquidez e garantia de risco político para fortalecer a emissão de títulos com vistas a promover a participação de classes de investidores inexplorados na área de saúde	Turquia/Ásia	1.4, 1.5, 1.a, 1.b, 3.1, 3.2, 3.3, 3.4, 3.8, 3.b, 3.c, 3.d, 10.2, 10.b

Fonte: Brasil: "Mapeamento de soluções inovadoras de financiamento para projetos e políticas voltadas ao desenvolvimento sustentável", página 26

10:58 | Capacitação do Núcleo Gestor em novos modelos ...

21°C Pred. nublado

Pesquisar

POR PTB2 10:58 14/09/2023

meet.google.com/dqe-okph-md?authuser=0&pli=1

Google WhatsApp Webmail - Login Administração de E... Claro - Conta On Li... Certidão federal Certidão municipal Certidão estadual Certidão CNPJ Ademicon Consorcio

Almeida e Fleury (Apresentando)

PROJETOS ESTRUTURADORES

10 Projetos Estruturadores

1. Ampliação do Aeroporto
2. Consolidação do Ecosistema Municipal de Inovação
3. Projeto de promoção da agroindustrialização e parceria entre agricultura familiar e comércio
4. Gestão e Inovação do Sistema Educacional
5. Estruturação do Centro Logístico Integrado
6. Exploração do potencial turístico (ecoturístico) do Morro de São José e do Lago Pedra do Cavalo
7. Construção da Nova Central de Abastecimento
8. Programa de Habitação de Interesse Social ou de Aluguel Social
9. Construção do Rodoviário
10. Projeto Desenvolvimento Orientado ao Transporte Sustentável (DOTS)

5 Projetos Estruturadores

1. Ampliação do Aeroporto
2. Consolidação do Ecosistema Municipal de Inovação
3. Projeto de promoção da agroindustrialização e parceria entre agricultura familiar e comércio
4. Gestão e Inovação do Sistema Educacional
5. Estruturação do Centro Logístico Integrado

Projetos Estruturadores prioritários

11:31 | Capacitação do Núcleo Gestor em novos modelos ...

21°C Pred. nublado

Pesquisar

POR PTB2 11:31 14/09/2023

meet.google.com/dqe-okph-md?authuser=0&pli=1

Google WhatsApp Webmail - Login Administração de E... Claro - Conta On Li... Certidão federal Certidão municipal Certidão estadual Certidão CNPJ Ademicon Consorcio

Almeida e Fleury (Apresentando)

Foco da Estruturação de Financiamento

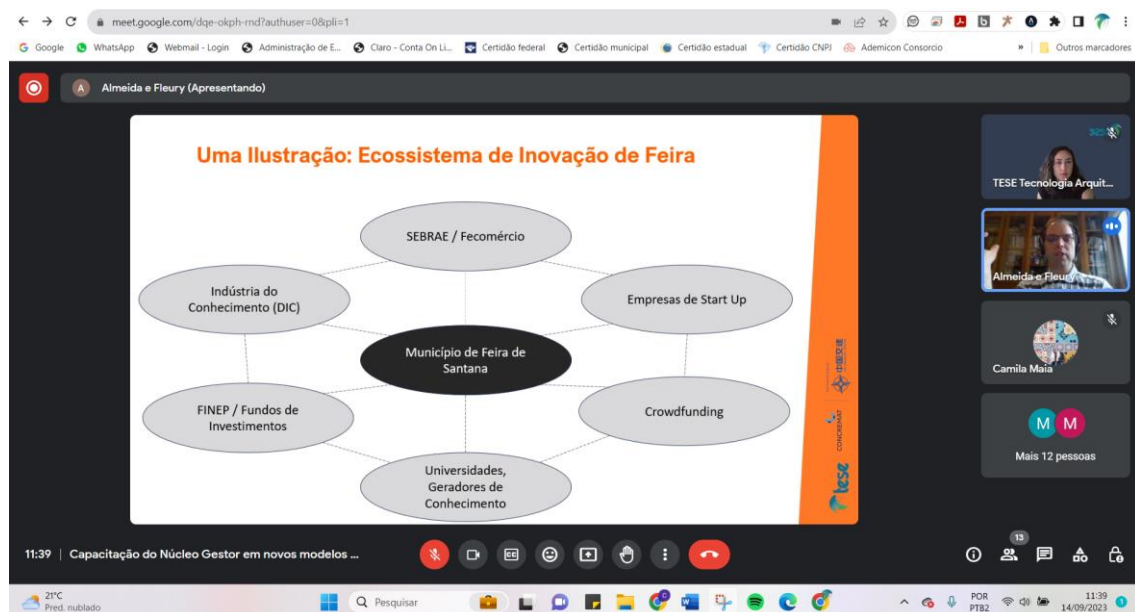
- Projetos clássicos de infraestrutura: Aeroporto e Centro Logístico
 - Fontes de financiamento por meio de Bancos de Desenvolvimento nacionais e internacionais
- Projetos de Promoção à Inovação: Ecosistema de Inovação de Feira
 - Multiplicidade de atores, objetivos e componentes demanda soluções integradas de financiamento a cada um de seus componentes.
- Projetos de Promoção à Educação: Gestão da Inovação no Sistema Educacional
 - Projeto de alto impacto político, social atrai a participação de múltiplos atores.
 - Desafio: coordenação de objetivos e metodologias de estruturação do negócio.
- Projetos Compostos: Nova Central de Abastecimento
 - Natureza híbrida de um projeto logístico (infraestrutura), requalificação urbana e preservação de patrimônio (a depender de localidade, forma de implantação) permite combinar fontes de financiamento.
 - Desafio: blend de financiamento ou crowding out

11:34 | Capacitação do Núcleo Gestor em novos modelos ...

21°C Pred. nublado

Pesquisar

POR PTB2 11:34 14/09/2023



2.3.3 Lista de presença

No QUADRO 6 é apresentada a lista de presença da capacitação realizada em 14 de setembro de 2023.

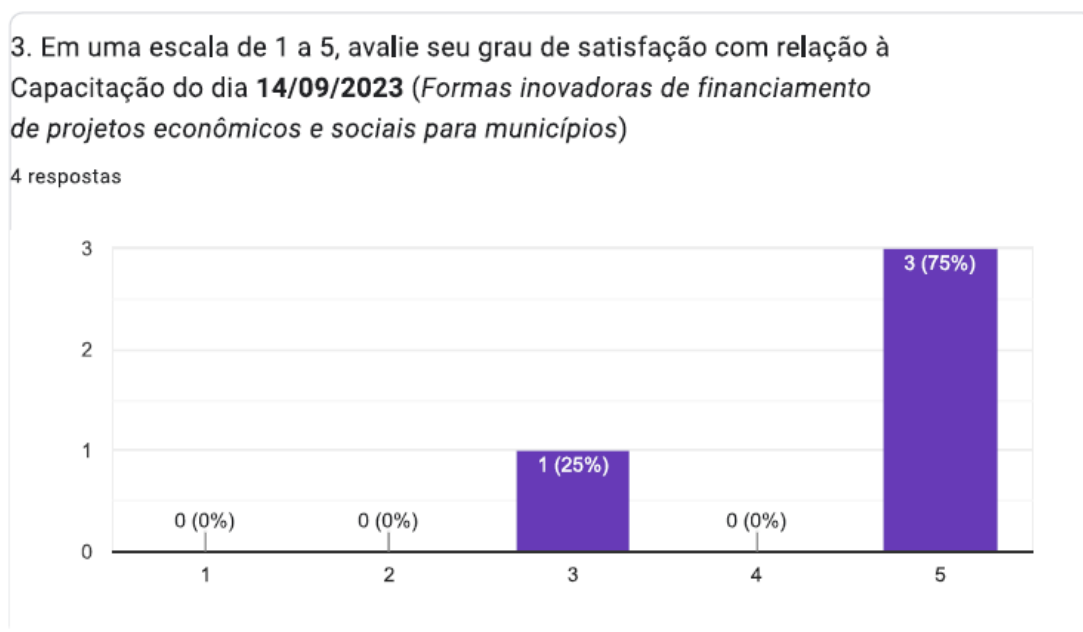
QUADRO 6: LISTA DE PRESENÇA DA CAPACITAÇÃO REALIZADA EM 14 DE SETEMBRO DE 2023

Nome Completo	Endereço de e-mail	Secretaria/Instituição
Camila Alves Maia	camilaalvesmaia0@gmail.com	Consórcio Concremat-Tese
Paula Aragão de Souza	pas@sudene.gov.br	Sudene
Renata Lazinski Silva	rsilva.arquitetura@gmail.com	Consórcio Concremat-Tese
Francisco Mendonça	03fam10@gmail.com	Consórcio Concremat-Tese
JOSÉ RENATO SENA OLIVEIRA	teiacontabil@gmail.com	Consórcio Concremat-Tese
Mirna Cortopassi Lobo	mirna@tesetecnologia.com.br	Consórcio Concremat-Tese
Ana Paula Xavier Pena	anapaula.gabp@pmfs.ba.gov.br	Secretaria Municipal do Trabalho
Márcia Cristina Ferreira Gomes	marciacristina@pmfs.ba.gov.br	Settdec/PMFS
Caroline Nayara Rech	carol.n.rech@gmail.com	Consórcio Concremat-Tese
Wilson Ferreira Falcão	wilsonfalcao@pmfs.ba.gov.br	Secretaria Municipal do Trabalho
José Aildo Sabino de Oliveira Júnior	aildosabino@hotmail.com	Sudene
Roseli Rocha dos Santos	roseli009@gmail.com	Consórcio Concremat-Tese

2.3.4 Avaliação de satisfação dos participantes

Ao final da capacitação foi enviado aos participantes um questionário elaborado através do *Google Forms* para que realizassem a avaliação de satisfação a respeito da Capacitação realizada no dia 14 de setembro de 2023.

FIGURA 6: GRÁFICO DO RESULTADO DA PESQUISA DE SATISFAÇÃO DA CAPACITAÇÃO REALIZADA EM 14 DE SETEMBRO DE 2023



2.4 CAPACITAÇÃO DIA 15 DE SETEMBRO DE 2023

A capacitação realizada no dia 15 de setembro de 2023, das 8h30 às 12h30 horas, foi conduzida por José Ricardo Biazzo Simon, consultor jurídico integrante do Consórcio Concremat-Tese.

Iniciou-se com Fernando Leme Fleury, apresentado o consultor jurídico José Ricardo Biazzo Simon. Na sequência o Fernando Leme Fleury retomou o conteúdo da capacitação anterior mostrando o foco da estruturação de financiamento. Foram ilustrados os projetos de infraestruturas integrantes da carteira de projetos estruturadores de Feira de Santana, sendo eles: o Projeto do Aeroporto de Feira de Santana, o Centro Logístico Integrado e a Nova Central de Abastecimento.

Posteriormente o Sr. José Ricardo Biazzo Simon iniciou a capacitação as 9h10 a 10:40 horas, onde foram abordadas as Noções de modelagens jurídicas inovadoras (nova lei de licitações, marco legal da inovação, encomendas tecnológicas) e legislações pertinentes ao tema, compreendendo a Lei Federal 8.666/93 – que estabelece normas gerais sobre licitações e contratos administrativos pertinentes a obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações e locações no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios – e a Lei Federal 14.133/21 - Nova Lei de Licitações autoriza a contratação de serviço de empresa ou de profissional especializado para assessorar os agentes públicos responsáveis pela condução da licitação para objetos complexos, como bens ou serviços especiais cujo objeto não seja rotineiramente contratado pela Administração.

A segunda parte da capacitação ocorreu das 10h50 às 12h30, dando continuidade à questão das modelagens jurídicas inovadoras e a Lei 14.133/21.

A capacitação foi encerrada às 12h00 com as falas dos integrantes do Consórcio Concremat-Tese, Fernando Leme Fleury e José Ricardo Biazzo Simon, e da representante do Núcleo Gestor Márcia Cristina Ferreira Gomes.

2.4.1 Conteúdo pedagógico apresentado e fornecido

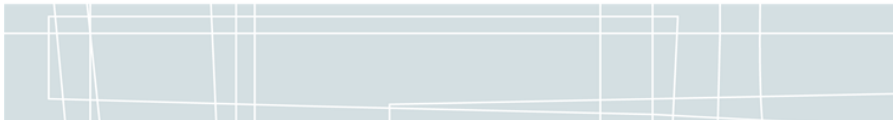
No QUADRO 7 são apresentados dos slides da capacitação realizada em 15 de setembro de 2023, que teve como tema Noções de modelagens jurídicas inovadoras.

QUADRO 7: SLIDES APRESENTADOS NA CAPACITAÇÃO REALIZADA EM 15 DE SETEMBRO DE 2023



As Leis 8.666/93 e 14.133/21 – Campo de Incidência – (I)

- CF, Art. 37.... XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, **as obras, serviços, compras e alienações** serão contratados mediante processo de **licitação pública** que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.
- Lei 8.666/93 - **Art. 1º** Esta Lei estabelece normas gerais sobre licitações e contratos administrativos **pertinentes a obras, serviços**, inclusive de publicidade, **compras, alienações e locações** no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- **Evolução** – RDC – Lei das Estatais – Lei de Concessões – Leis Setoriais – etc..



As Leis 8.666/93 e 14.133/21 – Campo de Incidência – (II)

- Lei 14.133/2021.

Art. 2º. Esta Lei **aplica-se** a:

I - **alienação e concessão de direito real de uso de bens**; II - **compra**, inclusive por encomenda; III - **locação**; IV - **concessão e permissão de uso de bens públicos**; V - **prestação de serviços**, inclusive os técnico-profissionais especializados; VI - **obras e serviços de arquitetura e engenharia**; VII - **contratações de tecnologia da informação e de comunicação**.

Art. 3º. **Não se subordinam** ao regime desta Lei:

I - contratos que tenham por objeto operação de crédito, interno ou externo, e gestão de dívida pública, incluídas as contratações de agente financeiro e a concessão de garantia relacionadas a esses contratos;

II - **contratações sujeitas a normas previstas em legislação própria**.



Regime Geral e Regimes de “maior complexidade” - I

- (...) a Lei estabelece o que pode ser considerado um regime geral dos contratos da Administração, mas ainda trata especialmente do regime dos contratos de obras, serviços, compras e alienações.” (...)
- “(...) Os contratos a que se refere expressamente a Lei n. 8.666/93 (compras, alienações, obras, serviços) são muito próximos da ideia do que os franceses chamam de *marchés publics*. São contratos nos quais a Administração busca suprir suas necessidades mais corriqueiras, comuns a todas as pessoas na gestão de suas vidas privadas ou empresariais, comprando, vendendo, tomando serviços em geral ou fazendo realizarem-se obras nos bens de sua propriedade (...)”
- (...) basta uma superficial comparação entre a estrutura desses contratos com a de outros muito mais sofisticados quanto às relações jurídicas que geram e quanto aos seus objetos - tais como as concessões de serviços públicos, mesmo as clássicas, mas sobretudo as mais recentes, caracterizadoras de parcerias público-privadas - para que se conclua pela improvável adequação da aplicação, a estes últimos, de um regime semelhante ao da Lei n. 8.666/93

Fernando Dias Menezes de Almeida



MÓDULOS CONVENCIONAIS INSTRUMENTAIS

- a) os contratos de obras, serviços, compras, alienações e locações;
- b) os contratos previstos em leis especiais que dispõem sobre gestão dos bens públicos, como é o caso do arrendamento, da enfiteuse, ..
- c) o seguro, o financiamento e a locação em que o Poder Público seja locatário;
- d) os contratos em que a Administração atua prestando serviços que caracterizem atividades econômicas em sentido estrito;
- e) os contratos em que a Administração for parte como usuária de serviço público, mencionados na Lei n. 8.666/93, art. 62, § 3º, L;
- f) o contrato de trabalho, previsto na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).



MÓDULOS CONVENCIONAIS DE COOPERAÇÃO

- (i) o convênio (em sentido amplo), a que se refere a Lei n. 8.666/93, aliás tratando-o em conjunto com acordos, ajustes e outros instrumentos congêneres;
- (ii) o consórcio, também dito consórcio administrativo;
- (iii) o contrato de repasse, mencionado no Decreto 6.170/07;
- (iv) o convênio de cooperação, tratado pelo art. 241 da Constituição federal;
- (v) o contrato de gestão, celebrado com organizações sociais (OS), nos termos da Lei n. 9.637/98;
- (vi) o termo de parceria, pactuado com as organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIP), previsto na Lei n. 9.790/99;
- (vii) o consórcio público, tratado pela Lei n. 11.107/05, bem como seu acessório contrato de rateio;
- (viii) o contrato de programa, de que cuida a Lei n. 11.107/05;
- (ix) a sociedade e associação de que o Estado participe;
- (x) diversas outras figuras, umas tipificadas em lei, outras sem tipificação precisa, que têm o sentido geral de fomento a atividades privadas.



MÓDULOS CONVENCIONAIS DE CONCESSÃO

- (i) a concessão de serviços públicos, precedida ou não da execução de obras públicas, em seu regime mais tradicional, prevista na Lei n. 8.987/95;
- (ii) a permissão de serviços públicos, tratada como contrato pela Lei n. 8.987/95;
- (iii) a concessão patrocinada, prevista pela Lei n. 11.079/04;
- (iv) a concessão administrativa, também prevista pela Lei n. 11.079/04;
- (v) a concessão urbanística, prevista em certas leis municipais;
- (vi) a concessão de uso ou de exploração de bem público, em seu sentido genérico, ou em aplicações específicas, conforme exemplificação a ser abaixo apresentada.



MÓDULOS DE INOVAÇÃO

- (i) Acordo de Parceria para Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação;
- (ii) Convênio para Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação;
- (iii) Encomenda Tecnológica;
- (iv) Contrato Público de Solução Inovadora.



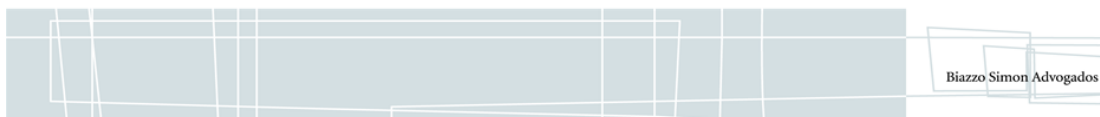
MÓDULOS CONVENCIONAIS INSTRUMENTAIS

Regime Jurídico Geral – Novidades da Lei
14.133/2021



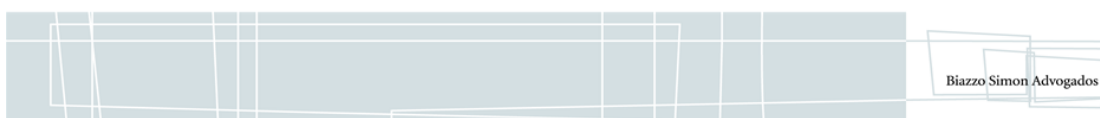
REGIME GERAL - I

- (i) Prerrogativas da Administração
 - Alteração unilateral dos contratos;
 - Extinção unilateral do contrato;
 - Fiscalização da execução;
 - Aplicação de sanções ante inexecução total e parcial;
 - Ocupação provisória de bens e utilização de pessoal e serviços vinculados ao objeto do contrato;
- (ii) Formalização;
- (iii) Possibilidade de Exigência de Garantia;



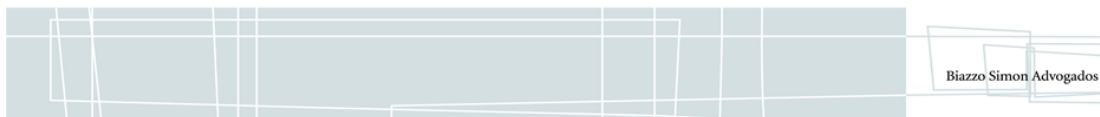
REGIME GERAL - II

- (i) A nova Lei criou o Portal Nacional de Contratações Públicas;
- (ii) A nova Lei cria a figura do agente de contratação;
- (iii) Passa a ser **regra geral a habilitação antes do julgamento;**
- (iv) as licitações devem ser realizadas **preferencialmente por meio eletrônico;**
- (v) regime de audiência e consulta pública facultativas, independentemente do valor (art. 21);
- (vi) matriz de risco como possibilidade (regra – art. 22) e como imposição em uma hipótese;
- (vii) nas licitações de grande vulto o edital deverá indicar a obrigatoriedade de implantação de programa de integridade (*compliance*) – art. 25, par. 4º.
- (viii) foram **excluídas as modalidades tomada de preços e convite e incluídas no rol o pregão e o diálogo competitivo;**
- (ix) fases do processo licitatório: fase preparatória (plano anual de contratação, estudo técnico preliminar; termo de referência ou anteprojeto ou projeto básico ou projeto executivo).



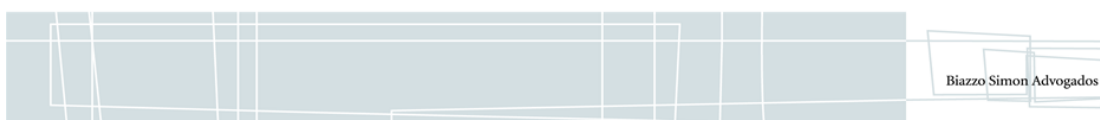
REGIME GERAL - III

- (x) possibilidade de sigilo do valor estimado do contrato (art. 24, I);
- (xi) obrigatoriedade de previsão de índice de reajustamento (art. 25, par. 7º.);
- (xii) Prazos mínimos para apresentação de propostas e lances (art. 55) – contados a partir da data de divulgação do edital: I – para aquisição de bens: (i) 8 (oito) dias úteis, nos critérios de julgamento de menor preço ou maior desconto; (ii) 15 (quinze) dias úteis, em outros casos; II – para serviços e obras: (i) 10 (dez) dias úteis, nos critérios de julgamento de menor preço ou de maior desconto, no caso de serviços comuns e obras e serviços comuns de engenharia; (ii) 25 (vinte e cinco) dias úteis, nos critérios de julgamento de menor preço ou maior desconto, no caso de serviços especiais ou obras e serviços especiais de engenharia; (iii) 60 (sessenta) dias úteis, no caso de contratação integrada; (iv) 35 (trinta e cinco) dias úteis, no caso de contratação semi-integrada ou em hipóteses não abrangidas nas alíneas a, b e c, deste inciso II; III – 15 (quinze) dias úteis, na licitação com critério de julgamento de maior lance; IV – 35 (trinta e cinco) dias úteis no critério de julgamento de técnica e preço ou de melhor técnica ou conteúdo artístico.
- (xiii) modos de disputa – aberto e fechado (art. 56);
- (xiv) critérios de julgamento: Os critérios de julgamento das propostas são os seguintes: I – menor preço; II – maior desconto; III – melhor técnica ou conteúdo artístico; IV – técnica e preço; V – maior lance, no caso do leilão; VI – maior retorno econômico (art. 33).



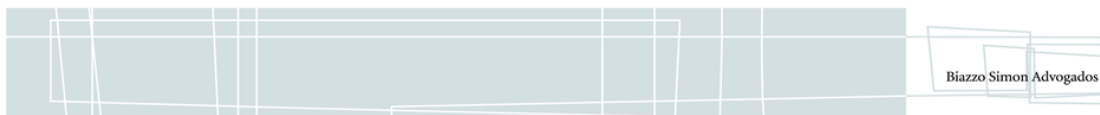
REGIME GERAL - IV

- (xv) critérios de desempate: I – disputa final, em que os licitantes empatados poderão oferecer nova proposta em ato contínuo à classificação; II – avaliação de desempenho contratual prévio dos licitantes; III – desenvolvimento, pelo licitante, de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho; IV – desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade. Não havendo desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos e prestados por I – empresas estabelecidas no território do Estado ou Distrito Federal do órgão licitante, ou, sendo o licitante um órgão municipal, no território do respectivo Estado; II – empresas brasileiras; III – empresas que invistam em pesquisa e desenvolvimento de tecnologia no País; IV – empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187/2009 – Política Nacional sobre Mudança do Clima (art. 60, §1º).
- (xvi) Instrumentos auxiliares: credenciamento, pré-qualificação (art. 8º. e par. 2º.) PMI, registro de preços, registro cadastral (art. 87)



Impressão geral da nova Lei

- A Lei não atendeu a todos os reclamos, em especial na redução de formalismos, mas trouxe inúmeros avanços importantes:
- 4 pontos de avanços:
 - 1. Dificuldade do Estado na identificação de soluções a serem adotadas
 - A. Procedimento de Manifestação de Interesse (art. 81)
 - B. Dialogo Competitivo (art. 32, I e II)
 - 2. Dificuldade do Estado na formalização de solução consistente na contratação de particulares diversos para a execução do mesmo objeto
 - C. credenciamento (Art. 79)
 - 3. Soluções que reclamam modelos financeiro igual ou assemelhado a BOT, fora do regime jurídico de concessões – requer investimento privado
 - D. Contrato de Eficiência – (art. 6º., LIII)



PMI – art. 81 - Dificuldade do Estado na identificação de soluções a serem adotadas

- Visa a participação do particular no alcance de soluções
- Surge no regime de concessões;
- É adotado no regime de Parcerias com Associações da Sociedade Civil;

• CAPÍTULO X - DOS INSTRUMENTOS AUXILIARES

• Seção IV - Do Procedimento de Manifestação de Interesse

Art. 81. A Administração poderá solicitar à iniciativa privada, mediante procedimento aberto de manifestação de interesse a ser iniciado com a publicação de edital de chamamento público, a propositura e a realização de estudos, investigações, levantamentos e projetos de soluções inovadoras que contribuam com questões de relevância pública, na forma de regulamento.

§ 1º Os estudos, as investigações, os levantamentos e os projetos vinculados à contratação e de utilidade para a licitação, realizados pela Administração ou com a sua autorização, **estarão à disposição dos interessados, e o vencedor da licitação deverá ressarcir os dispêndios correspondentes, conforme especificado no edital.**

§ 2º A realização, pela iniciativa privada, de estudos, investigações, levantamentos e projetos em decorrência do procedimento de manifestação de interesse previsto no caput deste artigo:

I - **não atribuirá ao realizador direito de preferência** no processo licitatório;

II - **não obrigará o poder público a realizar licitação;**

III - **não implicará, por si só, direito a ressarcimento de valores envolvidos em sua elaboração;**

IV - **será remunerada somente pelo vencedor da licitação, vedada, em qualquer hipótese, a cobrança de valores do poder público.**

§ 3º **Para aceitação dos produtos e serviços** de que trata o caput deste artigo, a Administração deverá elaborar **parecer fundamentado com a demonstração de que o produto ou serviço entregue é adequado e suficiente** à compreensão do objeto, de que as premissas adotadas são compatíveis com as reais necessidades do órgão e de que a metodologia proposta é a que propicia maior economia e vantagem entre as demais possíveis.

§ 4º **O procedimento previsto no caput deste artigo poderá ser restrito a startups**, assim considerados os microempreendedores individuais, as microempresas e as empresas de pequeno porte, de natureza emergente e com grande potencial, que se dediquem à pesquisa, ao desenvolvimento e à implementação de novos produtos ou serviços baseados em soluções tecnológicas inovadoras que possam causar alto impacto, exigida, na seleção definitiva da inovação, validação prévia fundamentada em métricas objetivas, de modo a demonstrar o atendimento das necessidades da Administração.



Diálogo Competitivo (art. 32) - Dificuldade do Estado na identificação de soluções a serem adotadas

CAPÍTULO II - DA FASE PREPARATÓRIA (...) - Seção II - Das Modalidades de Licitação

Art. 32. A modalidade diálogo competitivo é restrita a contratações em que a Administração:

I - vise a contratar objeto que envolva as seguintes condições: a) inovação tecnológica ou técnica; b) impossibilidade de o órgão ou entidade ter sua necessidade satisfeita sem a adaptação de soluções disponíveis no mercado; e c) impossibilidade de as especificações técnicas serem definidas com precisão suficiente pela Administração;

II - verifique a necessidade de definir e identificar os meios e as alternativas que possam satisfazer suas necessidades, com destaque para os seguintes aspectos: a) a solução técnica mais adequada; b) os requisitos técnicos aptos a concretizar a solução já definida; c) a estrutura jurídica ou financeira do contrato; III - (VETADO);

§ 1º Na modalidade diálogo competitivo, serão observadas as seguintes disposições: I - a Administração apresentará, por ocasião da divulgação do edital em sítio eletrônico oficial, suas necessidades e as exigências já definidas e estabelecerá prazo mínimo de 25 (vinte e cinco) dias úteis para manifestação de interesse na participação da licitação; II - os critérios empregados para pré-seleção dos licitantes deverão ser previstos em edital, e serão admitidos todos os interessados que preencherem os requisitos objetivos estabelecidos; III - a divulgação de informações de modo discriminatório que possa implicar vantagem para algum licitante será vedada; IV - a Administração não poderá revelar a outros licitantes as soluções propostas ou as informações sigilosas comunicadas por um licitante sem o seu consentimento; V - a fase de diálogo poderá ser mantida até que a Administração, em decisão fundamentada, identifique a solução ou as soluções que atendam às suas necessidades; VI - as reuniões com os licitantes pré-selecionados serão registradas em ata e gravadas mediante utilização de recursos tecnológicos de áudio e vídeo; VII - o edital poderá prever a realização de fases sucessivas, caso em que cada fase poderá restringir as soluções ou as propostas a serem discutidas; VIII - a Administração deverá, ao declarar que o diálogo foi concluído, juntar aos autos do processo licitatório os registros e as gravações da fase de diálogo, iniciar a fase competitiva com a divulgação de edital contendo a especificação da solução que atenda às suas necessidades e os critérios objetivos a serem utilizados para seleção da proposta mais vantajosa e abrir prazo, não inferior a 60 (sessenta) dias úteis, para todos os licitantes pré-selecionados na forma do inciso II deste parágrafo apresentarem suas propostas, que deverão conter os elementos necessários para a realização do projeto; IX - a Administração poderá solicitar esclarecimentos ou ajustes às propostas apresentadas, desde que não impliquem discriminação nem distorçam a concorrência entre as propostas; X - a Administração definirá a proposta vencedora de acordo com critérios divulgados no início da fase competitiva, assegurada a contratação mais vantajosa como resultado; XI - o diálogo competitivo será conduzido por comissão de contratação composta de pelo menos 3 (três) servidores efetivos ou empregados públicos pertencentes aos quadros permanentes da Administração, admitida a contratação de profissionais para assessoramento técnico da comissão; XII - (VETADO).

§ 2º Os profissionais contratados para os fins do inciso XI do § 1º deste artigo assinarão termo de confidencialidade e abster-se-ão de atividades que possam configurar conflito de interesses.



Credenciamento (art. 79) - formalização de solução consistente na contratação de particulares diversos para a execução do mesmo objeto

• Do Credenciamento

Art. 79. O credenciamento poderá ser usado nas seguintes hipóteses de contratação:

I - paralela e não excludente: caso em que é viável e vantajosa para a Administração a realização de contratações simultâneas em condições padronizadas;

II - com seleção a critério de terceiros: caso em que a seleção do contratado está a cargo do beneficiário direto da prestação;

III - em mercados fluidos: caso em que a flutuação constante do valor da prestação e das condições de contratação inviabiliza a seleção de agente por meio de processo de licitação;

Parágrafo único. Os procedimentos de credenciamento serão definidos em regulamento, observadas as seguintes regras:

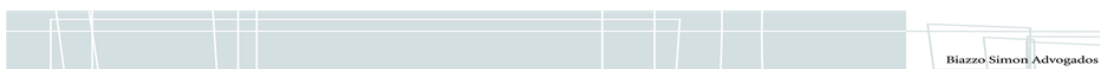
I - a Administração deverá divulgar e manter à disposição do público, em sítio eletrônico oficial, edital de chamamento de interessados, de modo a permitir o cadastramento permanente de novos interessados;

II - na hipótese do inciso I do caput deste artigo, quando o objeto não permitir a contratação imediata e simultânea de todos os credenciados, deverão ser adotados critérios objetivos de distribuição da demanda;

III - o edital de chamamento de interessados deverá prever as condições padronizadas de contratação e, nas hipóteses dos incisos I e II do caput deste artigo, deverá definir o valor da contratação;

IV - na hipótese do inciso III do caput deste artigo, a Administração deverá registrar as cotações de mercado vigentes no momento da contratação;

V - não será permitido o cometimento a terceiros do objeto contratado sem autorização expressa da Administração;



Soluções que reclamam modelos financeiro igual ou assemelhado a BOT, fora do regime jurídico de concessões – requer investimento privado

- Regime da Lei 8.666/93: vedação de exigir investimento a ser remunerado no tempo, salvo no regime de concessão;
- Lei de Concessões e Lei de PPPs – regime jurídico aplicável a modelagem financeira de BOT (particular investe, se remunera e o bem ao final reverte ao Poder Público)
- Estaríamos frente a um regime assemelhado ou igual a uma concessão administrativa com regime jurídico simplificado, onde não se aplica limite de valor e as garantias de pagamento.

Art. 6º. Para os fins desta Lei, consideram-se: (...) **III - contrato de eficiência:** contrato cujo objeto é a **prestação de serviços, que pode incluir a realização de obras e o fornecimento de bens**, com o objetivo de proporcionar economia ao contratante, na forma de redução de despesas correntes, remunerado o contratado com base em percentual da economia gerada;

Art. 39. O julgamento por maior retorno econômico, utilizado exclusivamente para a celebração de contrato de eficiência, considerará a maior economia para a Administração, e a remuneração deverá ser fixada em percentual que incidirá de forma proporcional à economia efetivamente obtida na execução do contrato.

§ 1º Nas licitações que adotarem o critério de julgamento de que trata o caput deste artigo, os licitantes apresentarão:

I - **proposta de trabalho**, que deverá contemplar:

a) as obras, os serviços ou os bens, com os respectivos prazos de realização ou fornecimento;

b) a economia que se estima gerar, expressa em unidade de medida associada à obra, ao bem ou ao serviço e em unidade monetária;

II - proposta de preço, que corresponderá a percentual sobre a economia que se estima gerar durante determinado período, expressa em unidade monetária.

§ 2º O edital de licitação deverá prever parâmetros objetivos de mensuração da economia gerada com a execução do contrato, que servirá de base de cálculo para a remuneração devida ao contratado.

§ 3º Para efeito de julgamento da proposta, **o retorno econômico será o resultado da economia que se estima gerar com a execução da proposta de trabalho, deduzida a proposta de preço.**

§ 4º Nos casos em que não for gerada a economia prevista no contrato de eficiência:

I - a diferença entre a economia contratada e a efetivamente obtida será descontada da remuneração do contratado;

II - se a diferença entre a economia contratada e a efetivamente obtida for superior ao limite máximo estabelecido no contrato, o contratado sujeitar-se-á, ainda, a outras sanções cabíveis.



Soluções que reclamam modelos financeiro igual ou assemelhado a BOT, fora do regime jurídico de concessões – requer investimento privado

Art. 110. Na contratação que gere receita e no **contrato de eficiência** que gere economia para a Administração, os prazos serão de:

I - até 10 (dez) anos, nos contratos sem investimento;

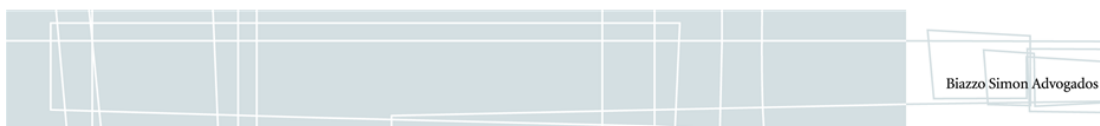
II - até 35 (trinta e cinco) anos, nos contratos com investimento, assim considerados aqueles que impliquem a elaboração de benfeitorias permanentes, realizadas exclusivamente a expensas do contratado, que serão revertidas ao patrimônio da Administração Pública ao término do contrato.

Art. 142. Disposição expressa no edital ou no contrato **poderá prever pagamento em conta vinculada** ou pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador.



MÓDULOS CONVENCIONAIS DE CONCESSÃO

Regime Jurídico



Concessão

Concessão “tradicional” ou “comum” de serviço público: Lei 8987/95, art. 2º, II

Delegação de sua prestação, feita pelo poder concedente, mediante licitação, na modalidade concorrência ou diálogo competitivo, à pessoa jurídica ou consórcio de empresas que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco e por prazo determinado

Definição de Celso Antônio Bandeira de Mello: *Instituto através do qual o Estado atribui o exercício de um serviço público/ a alguém que aceita prestá-lo em nome próprio/, por sua conta e risco/, nas condições fixadas e alteráveis unilateralmente pelo poder público/, mas sob garantia contratual de um equilíbrio econômico-financeiro/ remunerando-se pela própria exploração do serviço, em geral e basicamente mediante tarifas cobradas diretamente do usuário.*



Concessão Patrocinada

- **Concessão patrocinada:** Lei 11079/04, art. 2º, §1º

Concessão patrocinada é a concessão de serviços públicos ou de obras públicas de que trata a lei 8987, de 13 de fevereiro de 1995, quando envolver, **adicionalmente à tarifa cobrada dos usuários** **contraprestação pecuniária do parceiro público ao parceiro privado**



Concessão Administrativa

- **Concessão administrativa:** Lei 11079/04, art. 2º, §2º

Concessão administrativa é o contrato de prestação de serviços de que a Administração Pública seja a usuária direta ou indireta, ainda que envolva execução de obra ou fornecimento de instalação e bens.



Leis Esparsas

CONCESSÃO NA LEI GERAL DE TELECOMUNICAÇÕES (LEI 9.472/97 - ART. 83, PARÁGRAFO ÚNICO):

Art. 83 – (...)

Parágrafo único. Concessão de serviço de telecomunicações é a delegação de sua prestação, mediante contrato, por prazo determinado, no regime público, sujeitando-se a concessionária aos riscos empresariais, remunerando-se pela cobrança de tarifas dos usuários ou por outras receitas alternativas e respondendo diretamente pelas suas obrigações e pelos prejuízos que causar.

CONCESSÃO NA LEI DA ANTT (LEI 10.233/01 – ARTS. 12, I E 13, I)

Art. 12. Constituem diretrizes gerais do gerenciamento da infra-estrutura e da operação dos transportes aquaviário e terrestre:

I – descentralizar as ações, sempre que possível, promovendo sua transferência a outras entidades públicas, mediante convênios de delegação, ou a empresas públicas ou privadas, mediante outorgas de autorização, **concessão** ou permissão, conforme dispõe o inciso XII do art. 21 da Constituição Federal; (...)

Art. 13. As outorgas a que se refere o inciso I do art. 12 serão realizadas sob a forma de:

I – **concessão**, quando se tratar de exploração de infraestrutura de transporte público, precedida ou não de obra pública, e de prestação de serviços de transporte associados à exploração da infra-estrutura; (incisos II e III – vetados)

Biazzo Simon Advogados

Concessão Urbanística

CONCESSÃO NA LEI MUNICIPAL Nº 13.430/02 (PLANO DIRETOR ESTRATÉGICO de SP)

Art. 239 – O Poder Executivo fica autorizado a delegar, mediante licitação, à empresa, isoladamente, ou a conjunto de empresas, em consórcio, a realização de obras de urbanização ou de reurbanização de região da Cidade, inclusive loteamento, reloteamento, demolição, reconstrução e incorporação de conjuntos de edificações para implementação de diretrizes do Plano Diretor Estratégico.

§1º A empresa concessionária obterá sua remuneração mediante exploração, por sua conta e risco, dos terrenos e edificações destinados a usos privados que resultarem da obra realizada, da renda derivada da exploração de espaços públicos, nos termos que forem fixados no respectivo edital de licitação e contrato de concessão urbanística.

§2º A empresa concessionária ficará responsável pelo pagamento, por sua conta e risco, das indenizações devidas em decorrência das desapropriações e pela aquisição dos imóveis que forem necessários à realização das obras concedidas, inclusive o pagamento do preço de imóvel no exercício do direito de preempção pela Prefeitura ou o recebimento dos imóveis que forem doados por seus proprietários para viabilização financeira do seu aproveitamento, nos termos do art. 46 da Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001, cabendo-lhe também a elaboração dos respectivos projetos básico e executivo, o gerenciamento e a execução das obras objeto da concessão urbanística.

§3º A concessão urbanística a que se refere este artigo rege-se-á pelas disposições da Lei Federal n. 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, com as modificações que lhe forem introduzidas posteriormente, e, no que couber, pelo disposto no artigo 32 da Lei Estadual n. 7.835, de 8 de maio de 1992.

Biazzo Simon Advogados

Fórum e condições de Outorga da Concessão Comum

1) Lei autorizadora.

2) Licitação (aplicação 8.666/93 – Arts. 14 a 22 da Lei 8.987/95)

- Modalidade “Concorrência” ou “Diálogo Competitivo” (Art. 2º)
- Possibilidade de inversão de fases (Art. 18-A)
- Critérios de julgamento (“tipos”) – (Art. 15)
- Ato justificando conveniência (Art. 5º)
- Resp. pelo estudos preliminares participam do certame (Art. 31, Lei 9.014/95)



Licitação (Critérios de seleção) - Art. 15 da Lei 8.987/95

Art. 15. No julgamento da licitação será considerado um dos seguintes critérios:

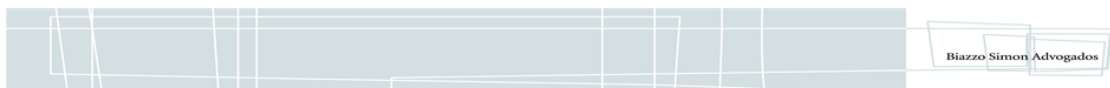
- I - o menor valor da tarifa do serviço público a ser prestado;
- II - a maior oferta, nos casos de pagamento ao poder concedente pela outorga da concessão;
- III - a combinação, dois a dois, dos critérios referidos nos incisos I, II e VII;
- IV - melhor proposta técnica, com preço fixado no edital;
- V - melhor proposta em razão da combinação dos critérios de menor valor da tarifa do serviço público a ser prestado com o de melhor técnica;
- VI - melhor proposta em razão da combinação dos critérios de maior oferta pela outorga da concessão com o de melhor técnica; ou
- VII - melhor oferta de pagamento pela outorga após qualificação de propostas técnicas.

§ 1º A aplicação do critério previsto no inciso III só será admitida quando previamente estabelecida no edital de licitação, inclusive com regras e fórmulas precisas para avaliação econômico-financeira



Contrato de concessão - (Art. 23 da Lei 8987/95):

- Tarifa fixada durante o processo de licitação (Art. 9º)
- Regra – não exclusividade (Art. 16)
- Não fixa prazo
- Serviço deve ser adequado (Art. 6º)
- Contratação do concessionário – Regime privado e mecanismos privados de solução de conflito (Art. 23-A)
- E, em regra, admitida a exceção de contrato não cumprido, em relação ao usuário (Art. 6º, §3º, inciso III)



Transferência da concessão/ transferência do controle acionário e subconcessão (Arts. 26 e 27 da lei 8987/95)

Art. 26. É admitida a **subconcessão**, nos termos previstos no contrato de concessão, desde que **expressamente autorizada** pelo poder concedente.

§ 1º A outorga de **subconcessão** será sempre **precedida de concorrência**.

§ 2º O subconcessionário se sub-rogará todos os direitos e obrigações da subconcedente dentro dos limites da subconcessão.

Art. 27. A **transferência de concessão** ou do controle societário da concessionária sem **prévia anuência** do poder concedente implicará a caducidade da concessão.

§ 1º Para fins de **obtenção da anuência** de que trata o caput deste artigo, o pretendente deverá:

I - **atender às exigências de capacidade técnica, idoneidade financeira e regularidade jurídica e fiscal necessárias à assunção do serviço;**

II - **comprometer-se a cumprir todas as cláusulas do contrato em vigor.**

§ 2º Nas condições estabelecidas no contrato de concessão, o poder concedente autorizará a assunção do controle da concessionária por seus financiadores para promover sua reestruturação financeira e assegurar a continuidade da prestação dos serviços. **(STEP IN RIGHTS)**

§ 3º Na hipótese prevista no § 2º deste artigo, o poder concedente exigirá dos financiadores que atendam às exigências de regularidade jurídica e fiscal, podendo alterar ou dispensar os demais requisitos previstos no § 1º, inciso I deste artigo.

§ 4º A assunção do controle autorizada na forma do § 2º deste artigo não alterará as obrigações da concessionária e de seus controladores ante ao poder concedente.



Poderes do Poder Concedente

- 1- *Inspeção e fiscalização;*
- 2- *Extinguir a concessão antes do prazo;*
- 3- *Poder de intervenção (Art. 32 a 34);*
- 4- *Aplicar sanções;*
- 5- *Alteração unilateral das cláusulas regulamentares.*



Direitos do concessionário

- 1- Equilíbrio econômico-financeiro;
- 2- Manutenção da atividade não-estranha



Intervalo



Biazzo Simon Advogados

Remuneração

1 - Tarifas (fixadas no edital, módicas)

2 - Fortes alternativas e complementares (Art. 11, parágrafo único);

3 – Remuneração nas Concessões Patrocinadas e Administrativas

4 - Outras Fontes de Receitas:

- Solo Criado - Propriedade X direito de construir - Coeficiente de aproveitamento (criar solo)
- Operações Urbanas Consorciadas - Conceito mais amplo: construir além dos índices e características de parcelamento, alterando limites de uso e ocupação do solo, inclusive alterando normas edilícias
- Contribuição de Melhoria
- Subsídios e Subvenções
- Faseamento
- Debêntures
- Aportes
- Participação Acionária do Estado, etc., etc..

Biazzo Simon Advogados

Regime de Bens

- **Vinculação**

Art. 31. Incumbe à concessionária: (...) II - manter em dia o inventário e o registro dos bens vinculados à concessão; (...) VII - zelar pela integridade dos bens vinculados à prestação do serviço, bem como segurá-los adequadamente; e

- **Reversão**

Art. 18. O edital de licitação será elaborado pelo poder concedente, observados, no que couber, os critérios e as normas gerais da legislação própria sobre licitações e contratos e conterá, especialmente: (...) - X - a indicação dos bens reversíveis; XI - as características dos bens reversíveis e as condições em que estes serão postos à disposição, nos casos em que houver sido extinta a concessão anterior.

(...)

Art. 23. São cláusulas essenciais do contrato de concessão as relativas: (...) X - aos bens reversíveis;

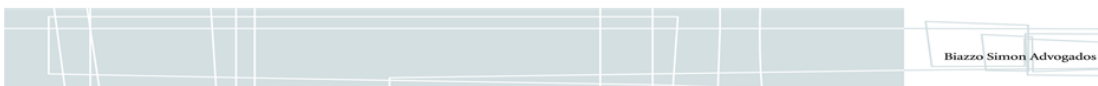
(...)

Art. 35 – (...) § 1º Extinta a concessão, retornam ao poder concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios transferidos ao concessionário conforme previsto no edital e estabelecido no contrato.

(...)

§ 3º A assunção do serviço autoriza a ocupação das instalações e a utilização, pelo poder concedente, de todos os bens reversíveis.

Art. 36. A reversão no advento do termo contratual far-se-á com a indenização das parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.



Parcerias Público Privadas

Aplicabilidade:

- Projetos não autossustentáveis
- Amortização de investimentos a longo prazo

Diretrizes (artigo 4º)

- Eficiência
- Respeito aos interesses e direitos dos destinatários e dos parceiros privados
- Indelegabilidade das atividades exclusivas do Estado
- Responsabilidade fiscal na celebração e na execução
- Transparência de procedimentos
- Repartição objetiva de riscos entre as partes
- Sustentabilidade financeira e vantagens socioeconômicas dos projetos



PPPs _ Limites e Vedações - (artigo 2º, parágrafo 4º)

- Valor: acima de R\$ 10 milhões;
- Prazo: entre 05 e 35 anos;
- Objeto: vedação para fornecimento de mão de obra, fornecimento ou instalação de equipamentos e execução de obra pública;
- União Federal: até 5% da receita corrente líquida do exercício anterior e dos 10 anos subsequentes (art. 22 e art. 28);
- Delegabilidade / Indelegabilidade;
- Autorização legislativa para as concessões patrocinadas quando a contraprestação for superior a 70%.



PPPs _ Licitação

- deve haver a autorização da autoridade competente para a abertura do processo de convocação de interessados em celebrar a parceria público-privada, e essa autorização deve ser fundamentada em estudo técnico que demonstre: (a) a conveniência e oportunidade da contratação, inclusive mediante a identificação das razões que justifiquem a adoção da parceria público privada, e (b) que as despesas criadas ou aumentadas não afetarão as metas de resultados fiscais, devendo seus efeitos financeiros serem compensados, nos exercícios seguintes, pelo aumento permanente de receitas ou pela redução permanente de despesas;
- necessidade de elaboração de estudo de impacto financeiro dos gastos nos exercícios em que deve vigorar o contrato de parceria público-privada;
- necessidade de declaração do ordenador de despesas de que as obrigações contraídas pela Administração são compatíveis com a lei de Diretrizes Orçamentárias e estão previstas na Lei Orçamentária Anual;
- necessidade de elaboração de estimativa do fluxo de recursos públicos suficientes para o cumprimento, por exercício financeiro, das obrigações contraídas pela Administração;
- previsão do projeto de PPP no Plano Plurianual;
- submissão da minuta do edital e de contrato à consulta pública, mediante publicação na imprensa oficial, em jornais de grande circulação e por meio eletrônico, fixando-se o prazo mínimo de 30 (trinta) dias para o recebimento de sugestões;
- publicação na imprensa oficial, em jornais de grande circulação e por meio eletrônico, informando a justificativa para a contratação, a identificação do objeto, o prazo de duração do contrato e seu valor estimado;
- licença ambiental ou expedição de diretrizes para o licenciamento ambiental do empreendimento



PPPs_ Edital de Licitação

- Emprego de mecanismos privados de resolução de disputas, inclusive arbitragem
- Possibilidade de inversão de fases
- Lances viva voz;
- Critérios de julgamento:
 - Com prévia qualificação de propostas técnicas
 - Menor valor da tarifa
 - Menor valor da tarifa c/c melhor técnica
 - Menor contraprestação a ser paga pela Administração
 - Menor contraprestação c/c melhor técnica



PPPs_ Contrato (Artigo 5º)

- Condição para celebração: constituição de SPE;
- Previsão das penalidades aplicáveis à Administração Pública e ao parceiro privado;
- Repartição de riscos;
- Descrição de fatos que caracterizam a inadimplência pecuniária do parceiro público;
- Vistoria dos bens reversíveis;
- Garantias pelo parceiro privado;
- Garantias pelo parceiro público;
- Remuneração pela obra e pelos serviços (*a posteriori*);
- Remuneração variável;
- Reversão de bens



PPPs _ As Garantias em favor do parceiro privado

Art. 8º - As obrigações pecuniárias contraídas pela Administração Pública em contrato de parceria público-privada poderão ser garantidas mediante:

I – vinculação de receitas, observando-se a vedação imposta pelo inciso IV do art. 167 da Constituição Federal;

II – instituição ou utilização de fundos especiais previstos em lei;

III – contratação de seguro-garantia com as companhias seguradoras que não sejam controladas pelo Poder Público;

IV – garantia prestada por organismos internacionais ou instituições financeiras que não sejam controladas pelo Poder Público;

V – garantias prestadas por fundo garantidor ou empresa estatal criada para essa finalidade;

VI – outros mecanismos admitidos em lei.



PPPs _ Atribuições do Parceiro Privado

- Prestar o serviço adequadamente, cumprindo e fazendo cumprir as normas do serviço e as cláusulas contratuais da concessão;
- Promover as desapropriações e constituir servidões autorizadas pelo poder concedente, conforme previsto no edital e no contrato;
- Captar, aplicar e gerir os recursos financeiros necessários à prestação do serviço;
- Zelar pela integridade dos bens vinculados à prestação do serviço, bem como segurá-los adequadamente;
- Manter atualizados o inventário e o registro dos bens vinculados à Concessão;
- Ao efetuar contratações, inclusive de mão-de-obra, cuidar para que atendam às disposições do Direito Privado e da legislação trabalhista, destacando-se que não poderá haver qualquer relação entre os terceiros contratados pela concessionária e o poder concedente
- Prestar contas da gestão do serviço ao poder concedente e aos usuários e
- Permitir aos encarregados da fiscalização livre acesso, em qualquer época, às obras, aos equipamentos e às instalações integrantes do serviço, bem como a seus registros contábeis”



PPPs _ Atribuições do Parceiro Público

- **regulamentação** do serviço concedido;
- fiscalização do serviço, com acesso a dados relativos à administração, contabilidade, recursos técnicos, econômicos e financeiros da concessionária, por intermédio de órgão técnico do poder concedente e, periodicamente, por uma comissão que reúna representantes do poder concedente, da concessionária e dos usuários;
- mecanismos de manutenção da qualidade do serviço, além do estímulo e incentivos ao aumento tanto da qualidade, produtividade, preservação do meio-ambiente e conservação quanto da competitividade;
- **declaração de utilidade pública** para os bens necessários à execução do serviço ou obra pública e as todas as medidas inerentes a este objetivo, inclusive para fins de servidão administrativa;
- **homologação de reajustes e revisão de tarifas**;
- exigência do cumprimento das disposições regulamentares do serviço e das cláusulas pactuadas;
- apuração e solução de queixas e reclamações dos usuários e estímulo à formação de associações de usuários para defesa de interesses relativos ao serviço;
- fixação de penalidades, promoção de intervenções, por decreto, com a instauração de procedimento administrativo com prazo limite de 180 dias para conclusão, e até mesmo a nulidade ou extinção da concessão, obedecendo aos critérios, razões e procedimentos fixados nos termos legais;
- **arcar com a remuneração do parceiro privado.**



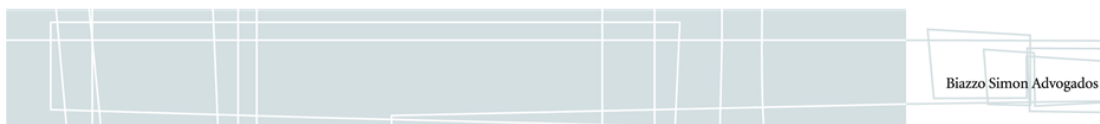
PPPs e Concessões

- Responsabilidade Subsidiária do Estado - **Art. 37, §6 (CF)** - § 6º - As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.
- Formas de Extinção:
 - Advento do termo contratual;
 - Rescisão judicial ou amigável;
 - Ato unilateral:
 - Encampação
 - Caducidade
 - Anulação
 - Falência;
 - Extinção da empresa ou morte do concessionário.



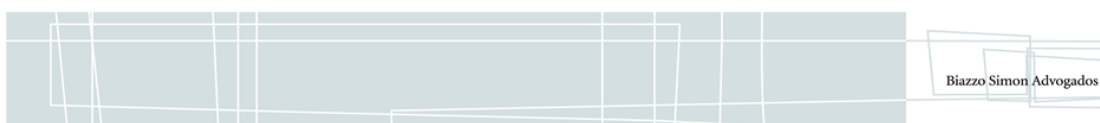
MÓDULOS DE INOVAÇÃO

Regime Jurídico



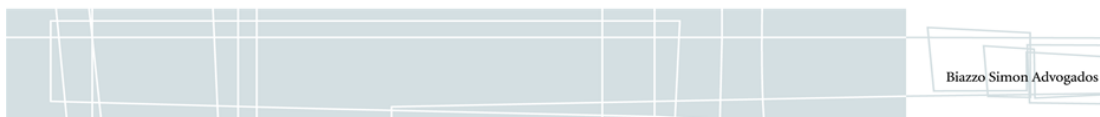
Aspectos Gerais

- “(...) a regulação rígida e formalista imposta às licitações e contratações no Brasil torna a compra pública de inovação não só algo excepcional, mas quase contraintuitiva nesse sistema”.
- Nas licitações destinadas à contratação de bens, obras e serviços em geral, a Lei estabelece o dever de descrever previamente o objeto de forma precisa, suficiente e clara, mas nas compras públicas de inovação, nem sempre será possível definir ex ante todas as especificações técnicas do objeto a ser contratado.
- É recomendável que legislações distintas disciplinem compras regulares e compras públicas de inovação, sendo esta direcionada para características funcionais daquilo que se precisa e não propriamente na descrição técnica do objeto em si.
- Na legislação brasileira, há dois procedimentos de compra pública que mais se aproximam de uma licitação com foco em requisitos funcionais: (1) Contrato Público para Solução Inovadora (arts. 12 a 15 da Lei das Startups 182/2021) e (2) Modalidade Concurso da Lei 14.133 (arts. 6º, XXIX e 30);
- Na “encomenda tecnológica”, devido à complexidade das atividades de PD&I e por envolver soluções não disponíveis no mercado, note-se que o roteiro deve ser adaptado, dispensando a apresentação de especificações técnicas, estimativas detalhadas de preços e outros quesitos não aplicáveis à encomenda.
- Entretanto, se já foi descartada a hipótese de risco tecnológico, e confirmada a possibilidade de descrever ex ante as especificações técnicas do objeto (o que afasta o diálogo competitivo, a encomenda, o concurso e a modalidade especial do Marco Legal de Startups), o Termo de Referência deve conter os requisitos aplicáveis às contratações públicas em geral, seguindo o roteiro e o conteúdo acima indicados.
- Na fase de planejamento, consultas públicas, maratonas de desenvolvimento (Pitches, Hackatones) e PMIs são instrumentos muito válidos para formação da “vontade pública”;



Aspectos Gerais

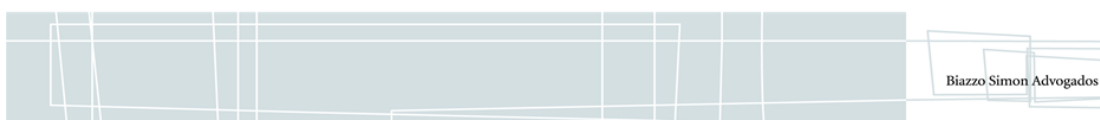
- a Nova Lei de Licitações autoriza a contratação de serviço de **empresa ou de profissional especializado para assessorar** os agentes públicos responsáveis pela condução da licitação para objetos complexos, como bens ou serviços especiais cujo objeto não seja rotineiramente contratado pela Administração (art. 8º, §4º, da Lei nº 14.133/2021).
- a Nova Lei de Licitações prevê a **modalidade Diálogo Competitivo** como alternativa para os casos em que a Administração pretenda contratar objetos especialmente complexos ou não possa isoladamente “(...) *definir e identificar os meios e as alternativas que possam satisfazer suas necessidades*” (art. 32, II da Lei nº 14.133/2021).



Biazzo Simon Advogados

Acordo de Parceria e o Convênio para Pesquisa, desenvolvimento e Inovação (Lei de Inovação)

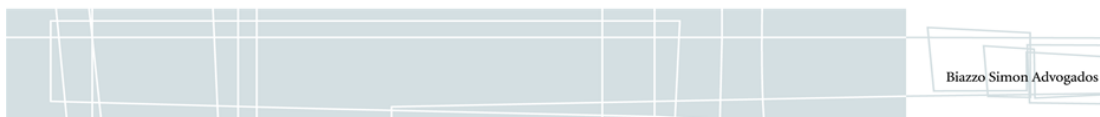
- **Art. 9º, da Lei nº 10.973/2004.** - “É facultado à ICT celebrar **acordos de parceria** com instituições públicas e privadas para realização de atividades conjuntas de pesquisa científica e tecnológica e de desenvolvimento de tecnologia, produto, serviço ou processo”
- **Art. 9º-A da Lei nº 10.973/2004.** “Os órgãos e entidades da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios são autorizados **a conceder recursos para a execução de projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação às ICTs ou diretamente aos pesquisadores a elas vinculados**, por termo de outorga, **convênio**, contrato ou instrumento jurídico assemelhado.” (**obrigatório chamamento**)
- Nessa linha, como “(...) no convênio não se cogita preço ou remuneração” (DI PIETRO, 2012, p.236), os convênios teriam resultado financeiro neutro, de modo que eventuais transferências de recursos entre os partícipes não caracterizariam preço nem contraprestação, mas seriam destinadas exclusivamente ao custeio das despesas do objeto descrito no plano de trabalho.
- A **incerteza científica ou tecnológica está presente** e, por isso, **torna impossível a pactuação de obrigações de resultado**, bem como a caracterização de um eventual repasse efetuado como pagamento por um serviço prestado. Dessa maneira, se restar demonstrado na prestação de contas que os parceiros envidaram os seus melhores esforços e a diligência necessária para cumprir o pactuado no plano de trabalho, não há que se falar em inadimplemento, nem em restituição de valores, pois o eventual insucesso da pesquisa pode decorrer da incerteza que permeia toda atividade científica;
- quanto à **propriedade intelectual**, o artigo 9º, §2º, da Lei de Inovação afirma que “instrumento jurídico específico” deverá prever a titularidade a participação nos resultados da exploração das criações resultantes do acordo de parceria para PD&I, assegurando aos signatários o direito à exploração, ao licenciamento e à transferência de tecnologia.



Biazzo Simon Advogados

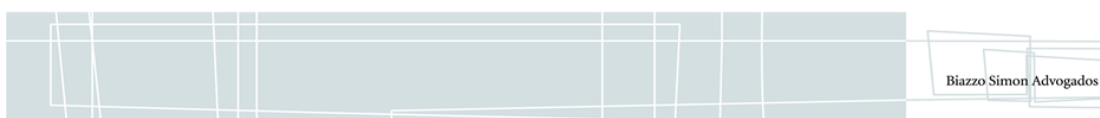
Encomenda Tecnológica (Lei de Inovação - art. 20)

- Art. 20 da Lei 10.973/2004 - Os órgãos e entidades da administração pública, em matéria de interesse público, poderão contratar diretamente ICT, entidades de direito privado sem fins lucrativos ou empresas, isoladamente ou em consórcios, voltadas para atividades de pesquisa e de reconhecida capacitação tecnológica no setor, visando à realização de atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação que envolvam risco tecnológico, para solução de problema técnico específico ou obtenção de produto, serviço ou processo inovador. (Redação pela Lei nº 13.243, de 2016)
- a encomenda permite que o Poder Público contrate diretamente, por dispensa de licitação, a realização de atividades voltadas à solução de problema técnico específico ou à obtenção de produto, serviço ou processo inovador, quando o objeto envolver risco tecnológico. É o caso, por exemplo, do "(...) desenvolvimento de produtos, serviços ou sistemas que ainda não estão disponíveis no mercado ou, simplesmente, que ainda não existem" (RAUEN, 2018, p. 1), nos quais o risco tecnológico necessita ser compartilhado entre contratante e contratado.
- Embora facultativo, a instauração do chamamento pode servir para justificar o correto emprego da Lei de Inovação perante os órgãos de controle, atender ao dever de consultar potenciais contratados e, também, verificar se o risco tecnológico efetivamente está presente no caso concreto.
- No ordenamento jurídico brasileiro, a encomenda tecnológica não é apenas uma hipótese de contratação direta, mas um tipo contratual único e de características singulares. Diferentemente das demais modalidades, o artigo 20, §3º da Lei de Inovação autoriza expressamente que o contratado seja remunerado com base nos trabalhos realizados, e não necessariamente pela entrega do produto ou resultado, que pode não ocorrer como esperado.
- "Um caso de insucesso"- Contrato entre Microsoft e TJSP – dispensa foi "condenada" pelo CNJ



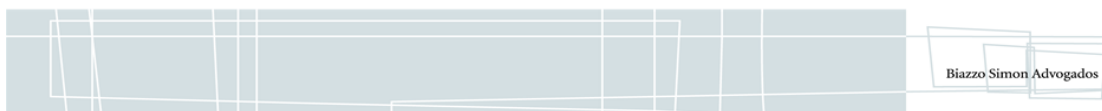
Contrato Público de Solução Inovadora (Lei das Startups – art. 13)

- Art. 13. A administração pública poderá contratar pessoas físicas ou jurídicas, isoladamente ou em consórcio, para o teste de soluções inovadoras por elas desenvolvidas ou a ser desenvolvidas, com ou sem risco tecnológico, por meio de licitação na modalidade especial regida por esta Lei Complementar.
- § 1º A delimitação do escopo da licitação poderá restringir-se à indicação do problema a ser resolvido e dos resultados esperados pela administração pública, incluídos os desafios tecnológicos a serem superados, dispensada a descrição de eventual solução técnica previamente mapeada e suas especificações técnicas, e caberá aos licitantes propor diferentes meios para a resolução do problema.
- Claramente inspirada no procedimento prévio à encomenda tecnológica, a modalidade licitatória do artigo 13 do MLSEI inova ao dispensar a descrição de especificações técnicas pela Administração, avaliando as soluções propostas pelos licitantes não com base em critérios de preço, mas sim em razão do seu potencial para a solução do problema apresentado no edital (§§ 1º e 4º).
- A tramitação do MLSEI paralelamente à Nova Lei de Licitações e Contratos gerou algumas dificuldades de harmonização entre os dois textos. Por exemplo, é curioso perceber que a licitação na modalidade especial do MLSEI tornou-se mais ampla do que a abrangência da nova lei geral, pois se estende à Administração Pública de todas as esferas e também às empresas estatais, regidas pela Lei nº 13.303/2016 (art. 12, §2º). Da mesma forma, sob o ponto de vista dos fornecedores, o procedimento licitatório do MLSEI não é restrito à participação de startups e, por isso, pode abranger quaisquer pessoas físicas ou jurídicas, isoladamente ou em consórcio, capazes de contribuir com a solução do desafio veiculado no edital (art. 13). A opção legislativa novamente destoa daquela adotada na Nova Lei de Licitações, que não só previu um conceito próprio de startup (diferente daquele do MLSEI), como também permitiu restringir o Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI) a essa categoria de empresas (art. 81, §4º, Lei nº 14.133/2021104).



Concurso Público

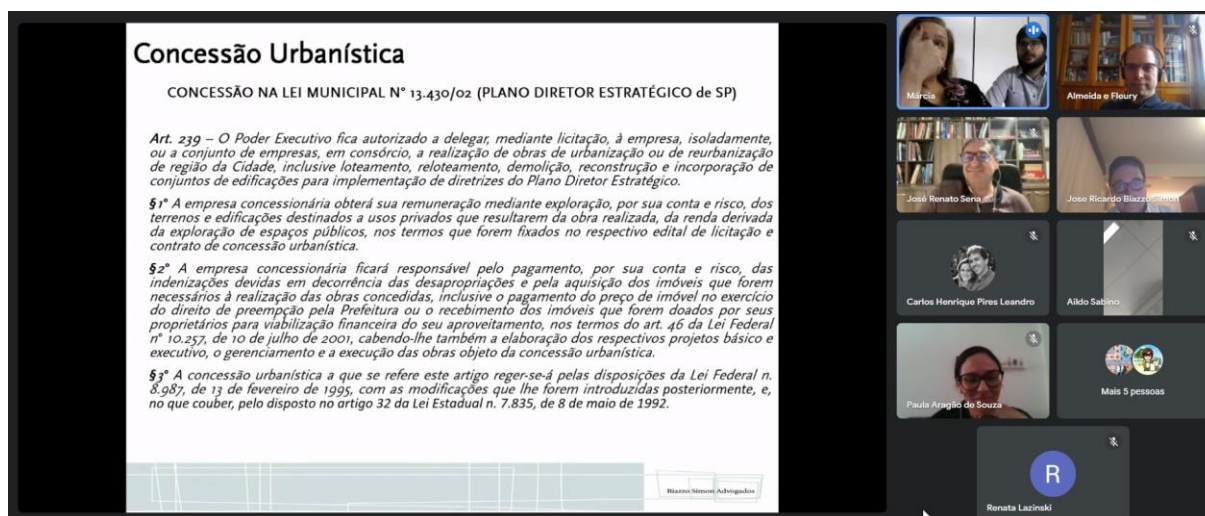
- O concurso é uma modalidade de licitação voltada à escolha de trabalho técnico, científico ou artístico, mediante a instituição de prêmios ou remuneração aos vencedores (artigos 22, §4º106, e 52 da Lei nº 8.666/1993 e artigos 6º, XXXIX; e 30107 da Lei nº 14.133/2021).
- no concurso a Administração precisa descrever o trabalho técnico, científico ou artístico que procura, **sem a necessidade de definir ex ante todas as especificações técnicas da solução vencedora.**



2.4.2 Registro fotográfico

Na FIGURA 7 é apresentado o registro fotográfico realizado através de capturas de tela da capacitação do dia 15 de setembro de 2023.

FIGURA 7: CAPTURAS DE TELA DA CAPACITAÇÃO REALIZADA EM 15 DE SETEMBRO DE 2023



Transferência da concessão/ transferência do controle acionário e subconcessão (Arts. 26 e 27 da lei 8987/95)

Art. 26. É admitida a **subconcessão**, nos termos previstos no contrato de concessão, desde que **expressamente autorizada** pelo poder concedente.

§ 1º A outorga de **subconcessão** será sempre **precedida de concorrência**.

§ 2º O subconcessionário se sub-rogará todos os direitos e obrigações da subconcedente dentro dos limites da subconcessão.

Art. 27. A **transferência de concessão** ou do controle societário da concessionária sem **prévia anuência** do poder concedente implicará a caducidade da concessão.

§ 1º Para fins de obtenção da anuência de que trata o caput deste artigo, o pretendente deverá:

I - atender às exigências de **capacidade técnica, idoneidade financeira e regularidade jurídica e fiscal** necessárias à assunção do serviço;

II - **comprometer-se a cumprir todas as cláusulas do contrato em vigor**.

§ 2º Nas condições estabelecidas no contrato de concessão, o poder concedente autorizará a assunção do controle da concessionária por seus financiadores para promover sua reestruturação financeira e assegurar a continuidade da prestação dos serviços. **[STEP IN RIGHTS]**

§ 3º Na hipótese prevista no § 2º deste artigo, o poder concedente exigirá dos financiadores que atendam às exigências de regularidade jurídica e fiscal, podendo alterar ou dispensar os demais requisitos previstos no § 1º, inciso I deste artigo.

§ 4º A assunção do controle autorizada na forma do § 2º deste artigo não alterará as obrigações da concessionária e de seus controladores ante ao poder concedente.

Márcia

Almeida e Fleury

José Renato Sena

Jose Ricardo Blazzo Simon

Carlos Henrique Pires Leandro

Aldo Sabino

Camila Maia

Mais 5 pessoas

Renata Lazinski

Concessão Urbanística

CONCESSÃO NA LEI MUNICIPAL N° 13.430/02 (PLANO DIRETOR ESTRATÉGICO de SP)

Art. 239 – O Poder Executivo fica autorizado a delegar, mediante licitação, à empresa, isoladamente, ou a conjunto de empresas, em consórcio, a realização de obras de urbanização ou de reurbanização de região da Cidade, inclusive loteamento, loteamento, demolição, reconstrução e incorporação de conjuntos de edificações para implementação de diretrizes do Plano Diretor Estratégico.

§ 1º A empresa concessionária obterá sua remuneração mediante exploração, por sua conta e risco, dos terrenos e edificações destinados a usos privados que resultarem da obra realizada, da renda derivada da exploração de espaços públicos, nos termos que forem fixados no respectivo edital de licitação e contrato de concessão urbanística.

§ 2º A empresa concessionária ficará responsável pelo pagamento, por sua conta e risco, das indenizações devidas em decorrência das desapropriações e pela aquisição dos imóveis que forem necessários à realização das obras concedidas, inclusive o pagamento do preço de imóvel no exercício do direito de preempção pela Prefeitura ou o recebimento dos imóveis que forem doados por seus proprietários para viabilização financeira do seu aproveitamento, nos termos do art. 46 da Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001, cabendo-lhe também a elaboração dos respectivos projetos básico e executivo, o gerenciamento e a execução das obras objeto da concessão urbanística.

§ 3º A concessão urbanística a que se refere este artigo rege-se-á pelas disposições da Lei Federal n. 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, com as modificações que lhe forem introduzidas posteriormente, e, no que couber, pelo disposto no artigo 32 da Lei Estadual n. 7.835, de 8 de maio de 1992.

Márcia

Almeida e Fleury

José Renato Sena

Jose Ricardo Blazzo Simon

Carlos Henrique Pires Leandro

Aldo Sabino

Camila Maia

Mais 5 pessoas

Renata Lazinski

2.4.3 Lista de presença

No QUADRO 8 é apresenta a lista de presença da capacitação realizada em 15 de setembro de 2023.

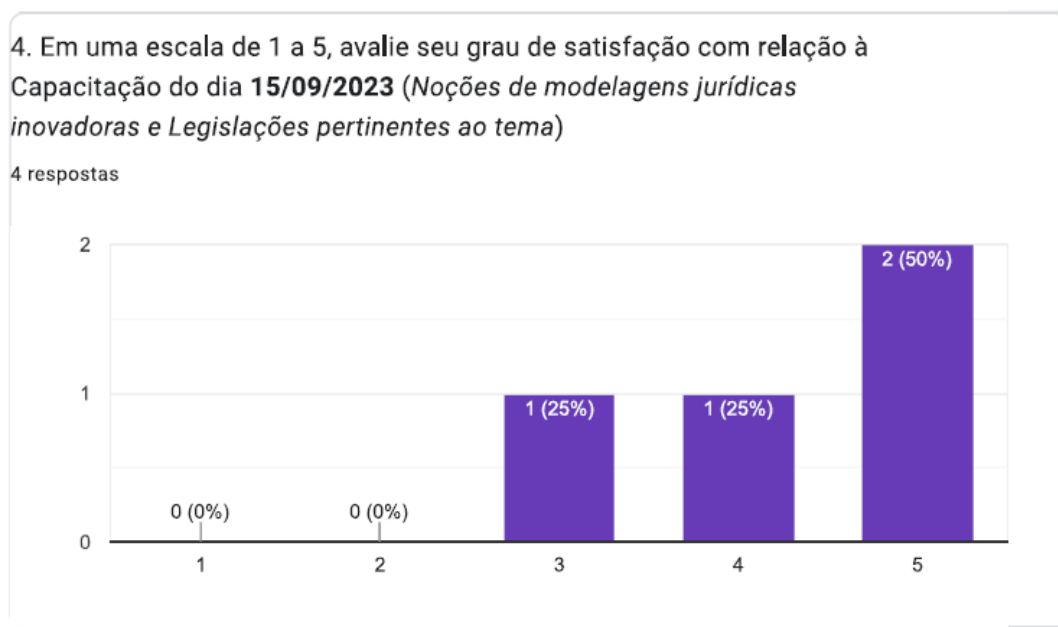
QUADRO 8: LISTA DE PRESENÇA DA CAPACITAÇÃO REALIZADA EM 15 DE SETEMBRO DE 2023

Nome Completo	Endereço de e-mail	Secretaria/Instituição
Paula Aragão de Souza	paulaaragaosouza@gmail.com	Sudene
Renata Lazinski Silva	r.lazinski51@gmail.com	Consórcio Concremat-Tese
Camila Alves Maia	camilaalvesmaia0@gmail.com	Consórcio Concremat-Tese
José Renato Sena Oliveira	teiacontabil@gmail.com	Consórcio Concremat-Tese
Roseli Rocha dos Santos	roseli009@gmail.com	Consórcio Concremat-Tese
Márcia Cristina Ferreira Gomes	marciacristina@pmfs.ba.gov.br	SETTDEC/PMFS
Moema Pinto Franco	moemapfranco.settdec@pmfs.ba.gov.br	SETTDEC/PMFS
Caroline Nayara Rech	carol.n.rech@gmail.com	Consórcio Concremat-Tese
Gabriel Almeida Silva	gabriel.dgi@pmfs.ba.gov.br	Prefeitura Municipal de Feira de Santana (PMFS)

2.4.4 Avaliação de satisfação dos participantes

Ao final da capacitação foi enviado aos participantes um questionário elaborado através do *Google Forms* para que realizassem a avaliação de satisfação a respeito da Capacitação realizada no dia 15 de setembro de 2023.

FIGURA 8: GRÁFICO DO RESULTADO DA PESQUISA DE SATISFAÇÃO DA CAPACITAÇÃO REALIZADA EM 15 DE SETEMBRO DE 2023



2.5 CONCLUSÃO DA ETAPA DE CAPACITAÇÃO

Ao longo dos quatro dias de capacitação foram abordados conteúdos tendo em vista a capacitação do Núcleo Gestor em novos modelos de financiamento e modelagens jurídicas para projetos e identificação de novos parceiros que compreenderam inicialmente o nivelamento dos conhecimentos abordando conceitos e diretrizes e principais funções das PPP (Parcerias Público-Privada), na sequência foram apresentados casos bem-sucedidos e por fim foram detalhadas informações referentes às fontes de financiamento nacionais e internacionais assim como formas inovadoras de financiamento e noções de contratos e modelagens jurídicas,

A primeira capacitação contou com a participação de agentes do Núcleo Gestor, SUDENE, PNUD e Consórcio Concremat-Tese. Nas capacitações seguintes participaram agentes do Núcleo Gestor, essencialmente integrantes da SETTDEC/ PMFS, SUDENE e Consórcio Concremat-Tese, e apesar da impossibilidade da participação mais efetiva dos integrantes do Núcleo Gestor, destaca-se que todos os encontros foram gravados e disponibilizados ao contratante e à Prefeitura Municipal de Feira de Santana, dessa forma quando julgarem necessário, terão acesso ao conteúdo.

As avaliações que ocorreram após as capacitações mostraram satisfação pelos participantes, 75% julgaram que os objetivos dos encontros realizados nos dias 24 e 25 de agosto e 14 de setembro foram atingidos com alto grau de satisfação e 50% no dia 15 de setembro. E, não houve registro de avaliações negativas ou com baixo grau de satisfação.

3 EVENTO DE NEGOCIAÇÃO COM OS POSSÍVEIS PARCEIROS FINANCIADORES

Para o evento realizado no dia 23 de novembro de 2023, além do Núcleo Gestor de Feira de Santana (NGFeira), Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), foram convidados a participar representantes de instituições bancárias, como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Banco do Nordeste (BNB), e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID); representantes de empresas privadas, como a GridFSA e a Positivo Tecnologia; e representantes da sociedade civil, como Edson Piaggio, do Instituto Pensar Feira, João Baptista Ferreira, do Centro das Indústrias de Feira de Santana (CIFS), Alfredo Falcão, empresário do Shopping Jomafa, Roberto Luiz de Cerqueira Lima, do CDL Feira de Santana, Edson Nogueira, do Sindicato do Vestuário de Feira de Santana, Helio Ponce, da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), e Dilton Coutinho, Empresário da Comunicação.

A FIGURA 9 ilustra o convite contendo a programação prevista para o evento.

FIGURA 9: CONVITE COM PROGRAMAÇÃO PARA O EVENTO DO DIA 23 DE NOVEMBRO DE 2023.

CONVITE

*Estratégia de Financiamento
para os Projetos Estruturadores
de Feira de Santana*

23 de novembro de 2023

13:30 às 17:00 horas
Local: SESI Saúde - R. Gonçalo Alves, s/n -
Alto do Cruzeiro, Feira de Santana

PROGRAMAÇÃO:

13:30 às 14:00 – Recepção e Inscrições
14:00 às 14:10 – Apresentação PNUD
14:10 às 14:15 – Apresentação Consórcio Concremat-Tese
14:15 às 14:25 – Apresentação Sudene
14:25 às 14:35 – Abertura Prefeito
14:35 às 15:05 – Apresentação dos 05 Projetos Estruturadores
15:05 às 15:25 – Diretor de Fundos, Sudele
15:25 às 15:45 – Visão dos Financiadores Nacionais e Mecanismos de Colaboração – Banco de Desenvolvimento Econômico e Social
15:45 às 16:05 – Visão dos Financiadores Nacionais e Mecanismos de Colaboração – Banco do Nordeste do Brasil
16:05 às 16:35 – Apresentação de atores relacionados com os temas dos projetos estruturadores (empresas privadas)
16:35 – Encerramento e Coffee Break

As minibiografias dos convidados que discursaram durante o evento foram apresentadas. As figuras a seguir contêm as minibiografias de cada um deles:

FIGURA 10: MINIBIO DO SR. LEONEL LEGAL NETO – PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO – PNUD

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD




Leonel Leal Neto

Coordenador local de projetos para o Estado da Bahia do PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Graduado em Administração, pós-graduação em Gestão de Negócios e mestrado em Gestão do Desenvolvimento e Cooperação Internacional. Foi Secretário de Relações Internacionais da Prefeitura Municipal de Salvador de 2005 a 2012, sendo que em 2009 e 2010 foi também Chefe de Gabinete do Prefeito de Salvador. Foi Gestor do Escritório da Copa do Mundo FIFA 2014 da Prefeitura Municipal de Salvador de 2009 a 2012.

Foi presidente e membro fundador do FONARI - Fórum Nacional de Secretários e Gestores Municipais de Relações Internacionais. É professor do Centro Universitário Jorge Amado desde 1999, tendo também ministrado aulas na graduação e pós-graduação em diversas outras instituições. Foi Diretor Geral do CEERI - Centro de Estudos e Estratégias em Relações Internacionais, associação sem fins lucrativos voltada à internacionalização de entes subnacionais.

FIGURA 11: MINIBIO DO SR. DANILO CABRAL – SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE – SUDENE

Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE



Danilo Cabral

Formado em Direito pela UFPE, com especialização em Direito Administrativo (UFPE) e em Administração Pública (UPE). Filiado ao PSB desde 1990, é auditor concursado do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (TCE/PE). Foi diretor administrativo e financeiro da Secretaria de Governo do Estado (1995) e diretor de Administração Geral da Secretaria da Fazenda de Pernambuco (1996). Assumiu também a diretoria geral do Tribunal de Contas de Pernambuco (1999) e, logo depois, a Secretaria de Administração do Recife (2001-2003).

Em sua carreira política foi vereador de Recife, deputado federal por três mandatos. Na Câmara dos Deputados, foi presidente da Comissão de Educação e líder da bancada do PSB e secretário das Cidades no segundo governo Eduardo Campos. Já no governo Paulo Câmara, em 2015, assumiu a titularidade da Secretaria de Planejamento e Gestão do Estado.

Atualmente é superintendente da Sudene, órgão do governo federal para a promoção do desenvolvimento incluyente e sustentável do Nordeste e do Norte de Minas Gerais e Espírito Santo por meio do planejamento, da articulação e do estímulo à inovação para o aumento da competitividade regional e melhoria da qualidade de vida.

FIGURA 12: MINIBIO DO SR. CARLOS HENRIQUE PIRES LEANDRO – CONSÓRCIO CONCREMAT-TESE

Consórcio Concremat-Tese



Carlos Henrique Pires Leandro

Mestre em Engenharia de Transportes pelo Instituto Militar de Engenharia – IME e Engenheiro Civil, graduado pela Universidade Federal do Ceará – UFC. Com mais de 20 anos de experiência em Coordenação de equipes multidisciplinares em contratos de Consultoria e projetos em mobilidade sustentável, atuando em todo o Brasil, incluindo 10 anos de Diretoria em órgão público de mobilidade em Fortaleza. Experiência em gestão de contratos com financiamento externo, como BID, BIRD, JICA, CAF

de Negócios no Setor de Infraestrutura", oferecido por meio da ABDIB.

FIGURA 13: MINIBIO DO SR. HEITOR FREIRE – SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste




Heitor Freire

Graduado em Administração pela Universidade Estadual de Framingham, nos Estados Unidos, pós-graduado em Finanças pela Escola de Finanças de Londres e Mestre em Administração e Controladoria pela Universidade de Wolverhampton, também na Inglaterra.

Heitor Freire atuou por mais de uma década em instituições financeiras e foi executivo de bancos internacionais. Ocupou a presidência estadual do União Brasil no Ceará e exerceu o mandato de deputado federal, tendo sido membro titular das Comissões de Finanças, Esporte, Trabalho e Administração Pública. Também foi membro do Parlasul (Mersosul) e Parlatino (Parlamento da América Latina). Atualmente é Diretor de Fundos da SUDENE.

FIGURA 14: MINIBIO DO SR. RODRIGO ALMEIDA DE AGUIAR – BANCO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – BNDES

Banco de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES



Rodrigo Almeida de Aguiar

Administrador pela Universidade de Pernambuco, Mestre em Administração pela Universidade Federal de Pernambuco, com MBA em Gestão Empresarial pela FGV e cursos de Finanças Sustentáveis em Cambridge e na área de desenvolvimento regional pela CEPAL/ONU.

Foi Gerente de Relacionamento de Impacto com o Setor Corporativo no BNDES (2020-2021), tendo na sua carteira intenso relacionamento com empresas como Heineken, Ambev, Tigre, XP, B3 Social, Nestlé e Embraer.

Entre 2018 e 2020, foi gerente de Originação de Operações, inicialmente no Nordeste e depois em todo Brasil, exceto São Paulo, habilitando empresas de médio e grande porte e fomentando novas operações de financiamento. Destaca-se a Habilitação e protocolo de operações de vários hospitais durante o início da Pandemia (Rede D'Or São Luiz, Moinhos de Vento, Mater Dei, Unimed Fortaleza, Hospital da Bahia, Oto Clínica, Hospital Nossa Senhora das Neves)

FIGURA 15: MINIBIO DOS Sres. JEFERSON GÓES E LUCAS HENRIQUE REIS FIGUEREDO – BANCO DO NORDESTE DO BRASIL – BNB

Banco do Nordeste do Brasil - BNB



Jeferson Góes

Matemático, economista, Gerente da Agência BNB Feira de Santana

Lucas Henrique Reis Figueredo

Economista, Gerente Estadual de Negócios com Governo do Banco do Nordeste



FIGURA 16: MINIBIO DO SR. LUIZ LEGAL JÚNIOR - GridFSA

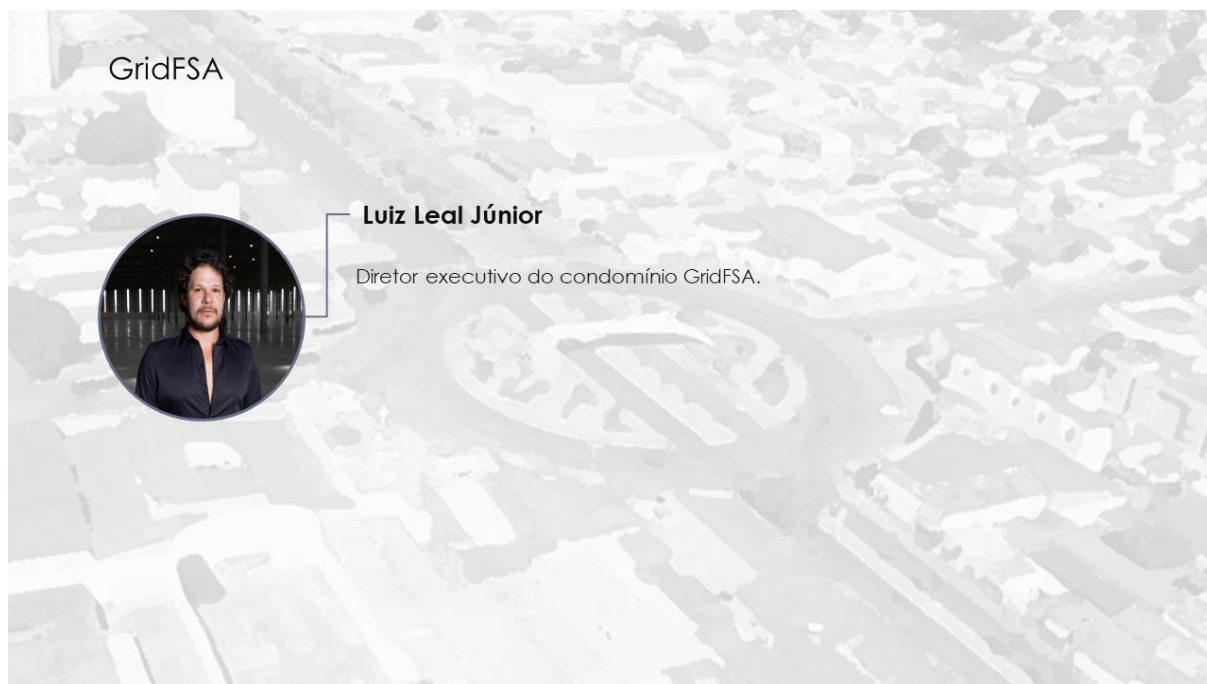


FIGURA 17: MINIBIO DO SR. TIAGO GERALDINI SCALCO – POSITIVO TECNOLOGIA EDUCACIONAL



FIGURA 18: MINIBIO DA Sra. MIRNA LUIZA CORTOPASSI LOBO – CONSÓRCIO CONCREMAT -TESE



3.1 RESUMO DO EVENTO DO DIA 23 DE NOVEMBRO DE 2023

O evento realizado no dia 23 de novembro de 2023, denominado *Estratégia de Financiamento para os Projetos Estruturadores de Feira de Santana*, ocorreu entre as 14h00 e 17h40 horas, e teve como objetivo apresentar modelos de negociação com os possíveis parceiros financiadores dos cinco projetos estruturadores.

A programação teve início com a **apresentação** do **Sr. Leonel Leal Neto**, representante do **Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)**, seguido por **Sr. Carlos Henrique Pires Leandro**, representante do **Consórcio Concremat-Tese**, e **Sr. Danilo Cabral**, representante da **Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE)**. O evento foi aberto com as palavras do **Prefeito de Feira de Santana, Sr. Colbert Martins**.

Posteriormente, **Sr. Fernando Leme Fleury** apresentou a **síntese dos cinco projetos estruturadores** que compõem a Carteira de Projetos Estruturadores. O primeiro ponto abordado foi o processo de seleção dos projetos estruturadores prioritários, destacando o objetivo principal do trabalho e as etapas que precederam o evento. Na sequência, foram apresentados os cinco projetos selecionados: Ecossistema de Inovação, Inovação em Educação, Centro Logístico Integrado, Nova Central de Abastecimento e Aeroporto de Feira de Santana.

Em seguida, **Sr. Heitor Freire, Diretor de Fundos da SUDENE**, compartilhou a **Visão dos Financiadores Nacionais e os Mecanismos de Colaboração da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste**. Após uma breve exposição sobre a história da SUDENE, ele destacou a área de atuação, abrangendo os estados da Região Nordeste, além de 249 municípios de Minas Gerais e 31 municípios do Espírito Santo, totalizando 2.074 municípios.

O Sr. Heitor Freire apontou os principais desafios da região, incluindo o aumento da participação do Nordeste no Produto Interno Bruto (PIB), atualmente em 13,6%, uma proporção considerada baixa em relação à densidade populacional e ao potencial territorial. Além disso, destacou a necessidade de fortalecer as capacidades governativas dos estados, visando uma alocação mais eficiente e eficaz de recursos públicos, e a elevação da renda domiciliar média, que atualmente é de R\$ 1.023, valor significativamente inferior à média nacional de R\$ 1.625.

Para enfrentar esses desafios, destacou que a SUDENE dispõe de instrumentos como o planejamento e diretrizes voltadas ao desenvolvimento territorial, o fomento ao setor produtivo por meio da concessão de crédito pelo Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE) e Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), incentivos fiscais, articulação com entes nacionais e subnacionais, além de estudos e pesquisas regionais.

Na sequência o Sr. Heitor Freire salientou que o Plano Regional de Desenvolvimento do Nordeste (PRDNE) apresenta estratégias, programas e projetos para impulsionar o desenvolvimento econômico, social e sustentável da região, que se divide em sete eixos temáticos e abrange, até o momento, 112 projetos estruturantes indicados pelos governos estaduais da área da SUDENE.

Os Incentivos Fiscais têm como estratégia estimular o desenvolvimento do setor produtivo regional, proporcionando uma redução de até 82,5% do Imposto de Renda a Recolher sobre o lucro operacional da atividade incentivada.

O FDNE busca ampliar a infraestrutura e aumentar o valor agregado das cadeias produtivas regionais, enquanto o FNE visa contribuir para o desenvolvimento econômico e social da região por meio de programas de financiamento ao setor produtivo.

Por fim, Heitor Freire disponibilizou o QR code do aplicativo da SUDENE e colocou-se à disposição para retornar à Feira de Santana, a fim de dialogar com as empresas parceiras encarregadas da execução dos projetos da Carteira de Projetos Estruturadores.

Após suas considerações finais, Heitor Freire e Danilo Cabral precisaram se ausentar do evento, deixando uma mensagem conclusiva.

Dando continuidade, **Sr. Rodrigo Almeida de Aguiar** assumiu a palavra, com participação *on-line*, para discorrer sobre a **Visão dos Financiadores Nacionais e os Mecanismos de Colaboração do Banco de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)**.

O Sr. Rodrigo Almeida Aguiar disse que o BNDES oferece diversas formas de apoio, sendo sua principal abordagem a combinação de soluções financeiras com créditos, além do suporte técnico, integração de projetos e parcerias estratégicas visando o desenvolvimento. As principais modalidades de apoio incluem operações diretas, realizadas diretamente com o BNDES para financiamentos acima de 20 milhões de reais, e operações indiretas, conduzidas por meio de Agentes Financeiros Credenciados, como o Banco do Nordeste (BNB).

No âmbito municipal, o BNDES disponibiliza várias linhas de financiamento, tendo sido apresentadas durante o evento, seis categorias separadas por temas, abrangendo áreas como Segurança Pública, Gestão Pública, Meio Ambiente/Fundo Clima, Desenvolvimento Urbano Integrado, Educação, Saúde e Assistência Social, e Mobilidade.

Detalhou-se o tema Fundo Clima. Almeida destacou a Linha FINEM - Desenvolvimento Integrado dos Municípios, com o objetivo de reduzir desigualdades e

aprimorar a qualidade de vida nas cidades, reforçando a resiliência e a capacidade de adaptação a riscos climáticos e catástrofes naturais. Isso envolve iniciativas como eficiência energética em prédios públicos, iluminação pública e implementação de lâmpadas LED/OLE.

Na sequência o Sr. Rodrigo Almeida delineou o fluxo de apoio, começando com a habilitação, seguido pela solicitação de apoio, fase inicial com prazo de três meses para conclusão. Posteriormente, a proposta é analisada, seguido pela contratação, que tem um período médio de três meses até a aprovação final e início do acompanhamento do projeto.

Ele apresentou exemplos das condições de financiamento da Linha FINEM, ressaltando também algumas condições que podem impactar positivamente na redução dos custos financeiros. Enfatizou, ainda, que o BNDES está alinhado com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Ao encerrar sua apresentação, Rodrigo Almeida de Aguiar se colocou à disposição do município para esclarecer eventuais dúvidas, deixando seu e-mail e número de contato ao final da exposição.

Prosseguindo com o evento, **Sr. Luiz Leal Júnior**, diretor executivo do **Condomínio GridFSA**, compartilhou a perspectiva dos empreendedores privados. O GridFSA é o maior condomínio logístico de Feira de Santana e região, com uma área construída superior a 200 mil metros quadrados, gerando mais de 1.800 empregos diretos e atendendo empresas como Amazon, Mercado Livre, Shopee, entre outras.

O Sr. Luiz Leal Júnior enfatizou a necessidade de melhorias no aeroporto e no anel rodoviário, além de destacar a importância de um porto seco no município. Ele concluiu sua apresentação agradecendo o convite ao evento e convidou as autoridades locais a visitarem o Condomínio GridFSA.

Dando seguimento, **Tiago Geraldini Scalco**, Especialista em Negócios Públicos, compartilhou a visão da **Positivo Tecnologia Educacional**, iniciando com a apresentação do histórico da Positivo Tecnologia, atualmente consolidada como uma grande empresa brasileira de tecnologia, *hardware* e serviços. A divisão Educacional da Positivo Tecnologia é dedicada especificamente à tecnologia para a educação.

Desde 1994, a empresa desenvolve e distribui soluções educacionais que tornam a jornada de ensino e aprendizagem surpreendente e envolvente. A Positivo Tecnologia apoia escolas, redes, municípios e estados em projetos inovadores para a educação, buscando proporcionar aos alunos experiências de aprendizagem significativas e prepará-los para os desafios presentes e futuros.

As soluções oferecidas pela Positivo Tecnologia combinam tecnologia, conteúdo de qualidade e metodologias atualizadas para promover uma aprendizagem significativa e transformadora. A plataforma desenvolvida pela empresa visa impulsionar a transformação digital das escolas, facilitando a gestão e envolvendo professores e alunos para que possam extrair o máximo da tecnologia em benefício da aprendizagem.

O Sr. Tiago Geraldini Scalco destacou a importância dos conjuntos LEGO® *Education*, que promovem uma aprendizagem ativa, colaborativa e duradoura, preparando todos os alunos para os desafios ao longo da vida. Esses conjuntos oferecem uma solução completa para implantar projetos de Educação 4.0, incentivando os alunos a aprenderem fazendo. Com conteúdo que abrange desde conceitos básicos de programação até construções mais complexas, a abordagem estimula a capacidade inventiva e a aprendizagem colaborativa.

Também destacou dois municípios que aderiram aos programas da Positivo Tecnologia, visando inovar na educação e promover a participação ativa dos estudantes em sua jornada de aprendizagem. A Secretaria Municipal de Educação de Resende implementou a Suíte Educacional para estudantes e educadores do Ensino Fundamental. Paralelamente, o Centro Municipal de Referência e Apoio à Educação Inclusiva (CRAEDI), em Governador Valadares, oferece uma solução totalmente adaptada para a educação inclusiva, atendendo às necessidades específicas dos estudantes.

Ao concluir sua apresentação, Tiago Geraldini Scalco ressaltou a importância crucial da capacitação dos professores, reconhecendo que esse elemento desempenha um papel fundamental para o sucesso efetivo do processo educacional. Ele expressou gratidão pela oportunidade de compartilhar informações durante a apresentação e colocou-se à disposição para fornecer esclarecimentos adicionais, reforçando o compromisso da Positivo Tecnologia com o apoio contínuo e aprimoramento da educação.

Dando sequência, **Sr. Jeferson Góes**, Gerente da Agência do BNB, e **Sr. Lucas Henrique Reis Figueredo**, Gerente Estadual de Negócios do BNB, compartilharam a **Visão dos Financiadores Nacionais e os Mecanismos de Colaboração do Banco do Nordeste (BNB)**.

O Sr. Jeferson Góes fez considerações iniciais e estabeleceu conexões dos projetos com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), enfatizando que as soluções visam o desenvolvimento sustentável do município. Apresentou alguns aspectos do BNB, destacando que é o maior banco de desenvolvimento regional da América Latina, administra o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) e o Fundo de Desenvolvimento Econômico, Científico, Tecnológico e de Inovação (FUNDECI). O BNB atende a mais de 5,7 milhões de clientes ativos em mais de 2.074 municípios, contando com 292 agências.

Disse que as linhas de atuação do BNB incluem financiamento para empresas, infraestrutura e governo, rural e agronegócios, além de crédito direto ao consumidor para pessoas físicas. Góes detalhou o FNE, o principal instrumento financeiro da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) para a região, e apresentou o Programa de Desenvolvimento Territorial (Prodeter), estratégia do BNB para contribuir com o desenvolvimento local.

O Banco do Nordeste adere ao Pacto Global da Organização das Nações Unidas (ONU) e segue as diretrizes da Global Report Initiative (GRI) para a apresentação do Relatório Anual de Sustentabilidade. Góes também compartilhou 10 programas de financiamento oferecidos pelo BNB, abrangendo setores como indústria, inovação, energia solar, sustentabilidade, comércio, saúde, turismo, infraestrutura e agronegócio.

A palavra foi então passada para **Sr. Lucas Henrique Reis Figueredo**, que abordou o apoio que o BNB pode oferecer aos projetos estruturadores de Feira de Santana. Ele destacou que todos os projetos podem contar com a participação do BNB através de Parcerias Público-Privadas (PPPs). E o FNE Verde / PROINFRA que tem como público-alvo Empresas Privadas, Consórcios de Empresas e Empresas Públicas, financia Infraestrutura logística, ou seja, a construção e manutenção de ruas, avenidas, viadutos, rodovias, metrô, ferrovias, portos e aeroportos, visando o escoamento da produção e/ou ao transporte de passageiros.

Ao concluir sua apresentação, Lucas Henrique Reis Figueredo expressou agradecimento pela oportunidade de participar do evento. Reiterou sua disponibilidade para

esclarecer eventuais dúvidas e ofereceu seu contato, enfatizando o compromisso do Banco do Nordeste em fornecer suporte e orientação para projetos em potencial.

Em seguida, **Sandra Mayumi Nakamura**, representante do Consórcio Concremat-Tese, **encerrou os trabalhos técnicos**. Durante o encerramento, compartilhou uma mensagem escrita por Mirna Cortopassi Lobo, coordenadora geral dos trabalhos, que não pôde participar pessoalmente do evento (APÊNDICE 1 - LISTA DE PRESENÇA DO EVENTO DO DIA 23/11/2023 APÊNDICE 2 – MENSAGEM DEIXADA PELA COORDENADORA MIRNA CORTOPASSI LOBO DURANTE O EVENTO DO DIA 23/11/2023).

Além disso, Sandra Mayumi apresentou a equipe técnica que fez parte do desenvolvimento do trabalho, os quais estavam presentes através de reunião virtual. Em um gesto simbólico, oficializou a entrega de todos os produtos desenvolvidos e aprovados até o momento do evento ao Prefeito Colbert Martins.

Essa etapa de encerramento marca a conclusão formal dos trabalhos técnicos, reconhecendo o esforço da equipe e destacando a entrega bem-sucedida dos produtos resultantes do trabalho realizado pelo Consórcio Concremat-Tese.

O **encerramento do evento** ficou a cargo do **Prefeito Sr. Colbert Martins**, que expressou seus agradecimentos a todos os participantes e convidados que contribuíram para o sucesso do evento. Reconheceu o esforço e a colaboração de cada pessoa envolvida, destacando a importância de suas contribuições para o desenvolvimento e êxito do evento. O agradecimento do prefeito enfatizou o valor da participação de todos e reforçou o compromisso contínuo com os objetivos e projetos discutidos.

3.2 CONTEÚDO PEDAGÓGICO APRESENTADO

Os quadros a seguir contêm os *slides* do evento realizado em 23 de novembro de 2023, apresentados pelos representantes do Consórcio Concremat-Tese, SUDENE, BNDES, Positivo Tecnologia, e BNB, nesta ordem.

QUADRO 9: *SLIDES* APRESENTADOS PELO CONSÓRCIO CONCREMAT-TESE NO EVENTO REALIZADO EM 23 DE NOVEMBRO DE 2023.



PANORAMA DO TRABALHO: SELEÇÃO DA CARTEIRA DE PROJETOS ESTRUTURADORES PRIORITÁRIOS DE FEIRA DE SANTANA



OBJETIVO DO TRABALHO

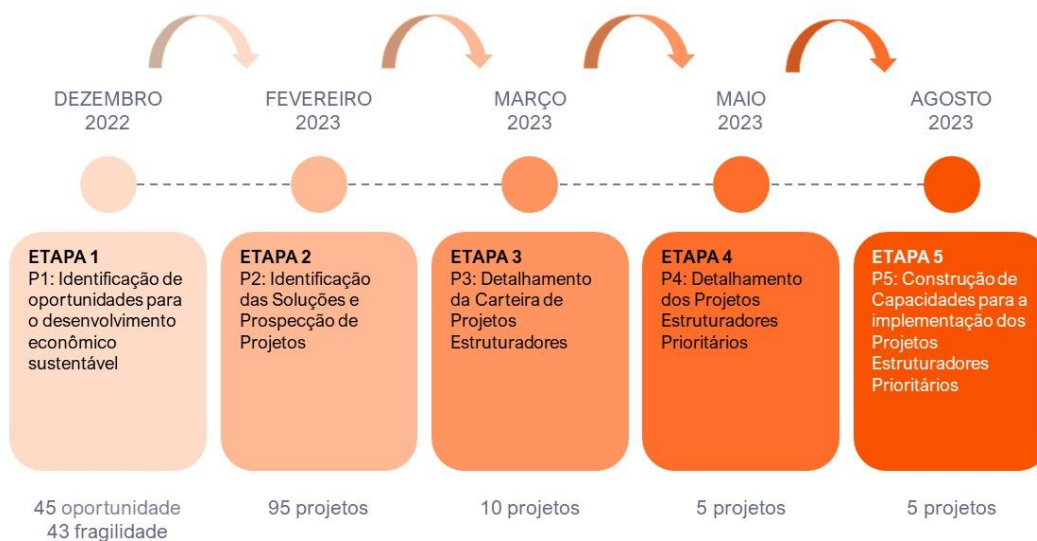
Elaboração de uma **Carteira de Projetos Estruturadores** que contribua para o **desenvolvimento sustentável** e a **construção de um ambiente de recuperação econômica de Feira de Santana até 2035**, incluindo a elaboração de ficha de projetos para **Projetos Estruturadores**; elaboração de documentos técnicos detalhados para **5 Projetos Estruturadores Prioritários** da Carteira e capacitações para servidores e gestores do município para a implementação desses projetos.



Reuniões, Oficinas, Entrevistas e Capacitações



ETAPAS DE ELABORAÇÃO e encontros com o Núcleo Gestor



1ª ETAPA: OPORTUNIDADES E FRAGILIDADES (resultado da discussão com o Núcleo Gestor e Análise Técnica)

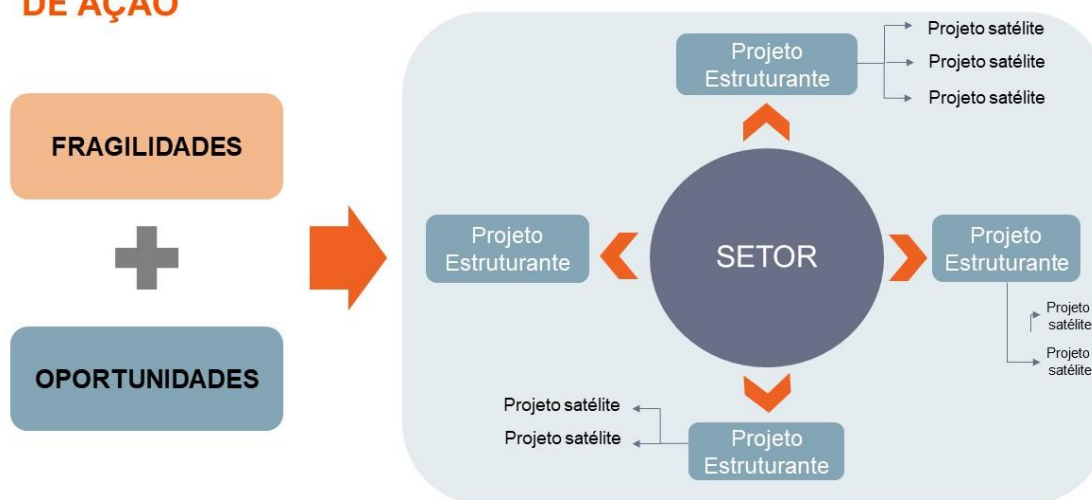
Oportunidades	Temas	Quantidade
	Ambiental	9
	Saúde	3
	Territorial	12
	Econômico	14
	Turismo	4
	Educação	1
	Inovação	2
	TOTAL	45

Identificação das **Oportunidades** para o desenvolvimento do município

Fragilidades	Temas	Quantidade
	Ambiental	7
	Saúde	2
	Territorial	11
	Econômico	12
	Educação	6
	Instituição	5
	TOTAL	43

Identificação das **Fragilidades** para o desenvolvimento do município

1ª ETAPA: TRANSFORMANDO DIAGNÓSTICO EM UM PLANO DE AÇÃO



1ª ETAPA: CLASSIFICAÇÃO EM PROJETOS ESTRUTURADORES E SATÉLITES

Projetos Estruturadores														
Setor Logístico			Infraestrutura Urbana - Ativos Imobiliários		Infraestrutura Urbana - Meio Ambiente		mob.	Agricultura	Saúde	Educação		Turismo	Des. Industrial	Inovação
Construção do Rodoanel	Projeto do Segundo Anel Viário	Conexão das malhas ferroviárias Nordeste e Sudeste	Duplicação do trecho leste-norte do Atual Anel de contorno	Ampliação do Aeroporto	Projeto de Implantação dos Novos Acessos ao Aeroporto	Estruturação do Centro Logístico Integrado (ou Intermodal)	Projeto de Operação Urbana Consorciada da Lagoa Salgada	Construção da Nova Central de Abastecimento	Projeto de Universalização do Saneamento	Projeto Feira de Santana Mais Verde (Arborização e recuperação de APP)	Projeto Desenvolvimento Orientado ao Transporte Sustentável (DOTS)	Projeto de promoção da agroindustrialização e parceria entre agricultura familiar e comércio	Incentivo ao Arranjo Produtivo Local de Prestação de Serviços de Saúde	Gestão e Inovação do Sistema Educacional (Acesso à tecnologia, infraestrutura)
Projeto de Qualificação e Modernização da Gestão Pública Municipal (estruturação do T.I da Prefeitura e sistemas, armazenamento, hardware, software, capacitação)	Projeto de Integração do sistema de Defesa Social	Programa de Habitação de Interesse Social ou de Aluguel Social	Consolidação do Ecossistema Municipal de Inovação de Feira de Santana	Exploração do potencial turístico (ecoturístico) do Morro de São José e do Lago Pedra do Cavalo	Exploração do potencial de geração de energia eólica	Consolidação do Ecossistema Municipal de Inovação de Feira de Santana	Projeto de Integração do sistema de Defesa Social	Programa de Habitação de Interesse Social ou de Aluguel Social	Projeto de Integração do sistema de Defesa Social	Projeto de Integração do sistema de Defesa Social	Projeto de Integração do sistema de Defesa Social	Projeto de Integração do sistema de Defesa Social	Projeto de Integração do sistema de Defesa Social	Projeto de Integração do sistema de Defesa Social

Projetos Satélites														
Projeto de Adequação do Centro de Controle de Operações	Projeto de Adequação do Centro de Controle de Operações	Projeto de Adequação do Centro de Controle de Operações	Projeto de Adequação do Centro de Controle de Operações	Projeto de Adequação do Centro de Controle de Operações	Projeto de Adequação do Centro de Controle de Operações	Projeto de Adequação do Centro de Controle de Operações	Projeto de Adequação do Centro de Controle de Operações	Projeto de Adequação do Centro de Controle de Operações	Projeto de Adequação do Centro de Controle de Operações	Projeto de Adequação do Centro de Controle de Operações	Projeto de Adequação do Centro de Controle de Operações	Projeto de Adequação do Centro de Controle de Operações	Projeto de Adequação do Centro de Controle de Operações	Projeto de Adequação do Centro de Controle de Operações

95 Projetos identificados – 53 Potenciais – 21 Estruturadores

2ª ETAPA: ESCOLHA DOS PROJETOS ESTRUTURADORES

10 Projetos Estruturadores

1. Ampliação do Aeroporto
2. Consolidação do Ecossistema Municipal de Inovação
3. Projeto de promoção da agroindustrialização e parceria entre agricultura familiar e comércio
4. Gestão e Inovação do Sistema Educacional
5. Estruturação do Centro Logístico Integrado
6. Exploração do potencial turístico (ecoturístico) do Morro de São José e do Lago Pedra do Cavalo
7. Construção da Nova Central de Abastecimento
8. Programa de Habitação de Interesse Social ou de Aluguel Social
9. Construção do Rodoanel
10. Projeto Desenvolvimento Orientado ao Transporte Sustentável (DOTS)

VISÃO SISTÊMICA SOBRE A FORMA DE INTERAÇÃO DOS PROJETOS ESTRUTURADORES PRIORITÁRIOS



Resultados da Política Pública

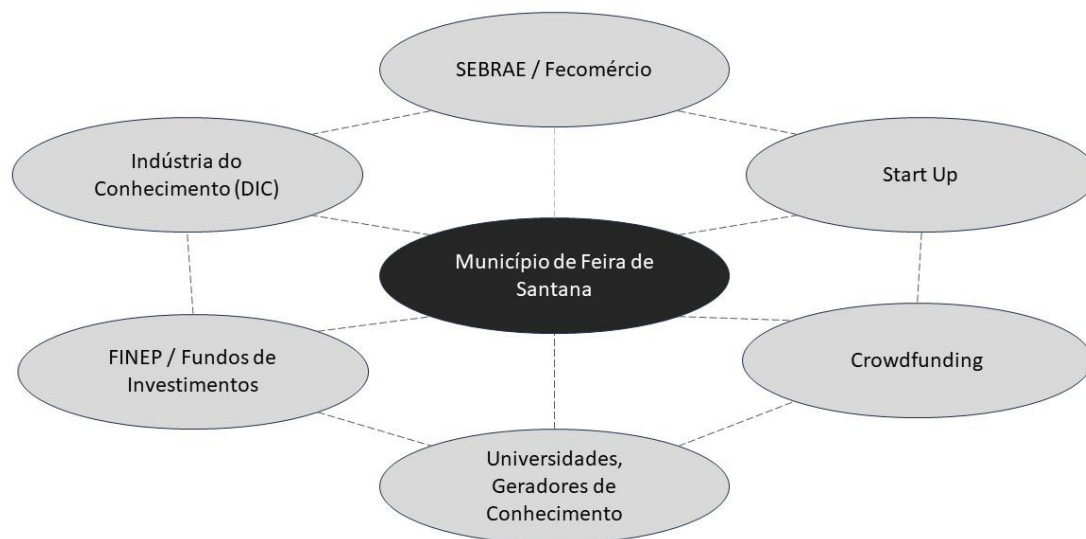
- Elevação perene da remuneração média dos munícipes de Feira.
- Redução de desigualdades sociais, de gênero, cor e demais elementos.
- Melhoras de indicadores de educação, saúde e bem estar.
- Preservação e aprimoramento ambiental, cultural e estético do Município.
- Aprofundamento da Integração territorial com Área de Influência Direta e Indireta de Feira de Santana.



PANORAMA DOS 5 PROJETOS: ECOSSISTEMAS DE INOVAÇÃO



ECOSSISTEMAS DE INOVAÇÃO: ARTICULAÇÃO ENTRE AGENTES ENVOLVIDOS



ECOSSISTEMAS DE INOVAÇÃO: VERTENTES DE AÇÃO

Institucionais

Aprovação do Marco Legal do Município

Incorporação da Inovação à Secretaria de Desenvolvimento Econômico

Comitê de Governança

Infraestrutura

Preparação de área do Distrito Industrial Norte como Polo Tecnológico.

Construção do Centro de Gestão e Inovação - hospedagem de empresas nascentes, laboratórios, agentes catalizadores, universidades, outros

Organizacionais

Articulação com agentes financiadores, Universidade, indústria local e regional

Financiamento

Constituição do Fundo Municipal de Inovação para ignição de projetos chave.

ECOSSISTEMAS DE INOVAÇÃO: ORGANIZAÇÃO DE FINANCIADORES



ECOSSISTEMAS DE INOVAÇÃO: TEMAS CENTRAIS

Fatores Chave de Sucesso

Tradição: 10 cidades mais inovadoras do Brasil

Parcerias: consolidadas com SEBRAE, empresas privadas e terceiro setor.

Demanda por inovação: base industrial e serviços de valor agregado

Oferta de conhecimento: Universidades Públicas e Privadas

Experiências

Nacionais: Porto Alegre, Londrina, São Paulo, Recife.

Internacionais: Barcelona, São Francisco, Tokyo

PANORAMA DOS 5 PROJETOS: INOVAÇÃO EM EDUCAÇÃO

INOVAÇÃO EM EDUCAÇÃO: COMPONENTES CHAVE DO PROJETO

TECNOLOGIA EDUCACIONAL DE PONTA

ENSINO FUNDAMENTAL

ALAVANCAR APRENDIZAGEM

REDUZIR EVASÃO

APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO
PÚBLICO

Capacitação Docente

Aquisição de Software e Hardware

Gestão de Incentivos

Implantação de “Escolas Repensadas”

APERFEIÇOAMENTO PROFISSIONAL

ESCOLAS COMO CENTRO DE
EDUCAÇÃO PARA ADULTOS

CAPACITAÇÃO E
QUALIFICAÇÃO EM
DIFERENTES PATAMARES

REDESENHO DE ESPAÇOS E SERVIÇOS PÚBLICOS

INTEGRAÇÃO
ESCOLAS E SAÚDE

INOVAÇÃO EM EDUCAÇÃO: SOLUÇÕES PROPOSTAS

ESTRUTURA DE GOVERNANÇA

Exclusivamente com base em recursos públicos: Comitê de Governança e Controle, Revisão dos processos de promoção e recompensa docente, outros

Convênios com Fundações / 3º Setor: “Despersonalização” da gestão do processo, facilidade de compra e atualização, planejamento integrado,

Contrato de PPP de Longo Prazo: Definição de Escopo Mínimo e Acessório. Remuneração do privado com base em Performance (QID), soluções estruturais de longo prazo e busca incessante por aperfeiçoamento.

FINANCIAMENTO

Recursos Públicos: FUNDEB / recursos vinculados à Educação

Financiadores Nacionais: BNDES Educação Conectada

Financiadores Internacionais: Banco Interamericano de Desenvolvimento

Fundações e Organismos do 3º Setor: Fundação Lehman, Fundação Itaú Cultural, Instituto Paramitas, Microsoft Educacional

CASOS

INOVAÇÃO EM EDUCAÇÃO BÁSICA

- Iniciativa BNDES Educação Conectada: Lagarto/SE; Gurupi/TO; Araguaína/TO; Campina Grande/PB; Souza/PB; Ilhéus/BA; Lauro de Freitas/BA; Campo Mourão/PR; Guarapuava/PR; Santa Maria/RS; e Cachoeira do Sul/ RS.
- Programa ImpulsiONar: Cabrobó/PE e Igarassu/PE
- Projeto de Letramento Digital: Londrina/PR e Pato Branco/PR

INOVAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

- Telecentros: São Paulo/SP
- Itinerário Técnico: Estado de São Paulo

INTEGRAÇÃO ESCOLA SAÚDE

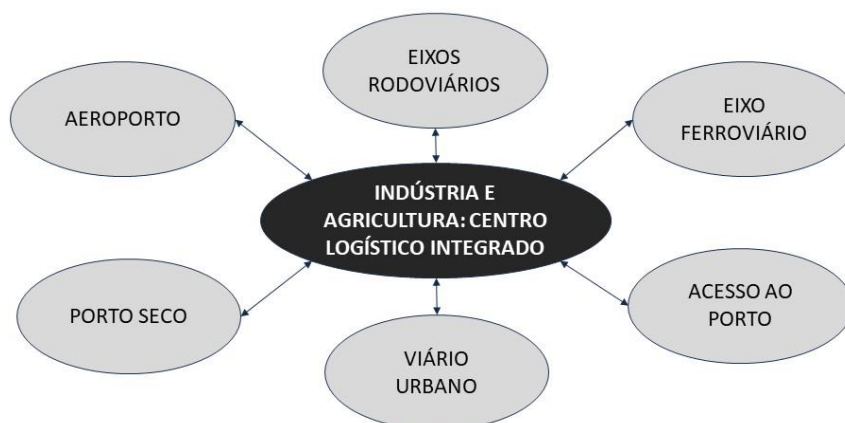
- Organização de espaços.
- Sistematização de atividades.
- Integração entre profissionais.

PARCERIAS PÚBLICO PRIVADAS

- Modernização Escolar de Belo Horizonte
- Centro Prisional de Ribeirão das Neves

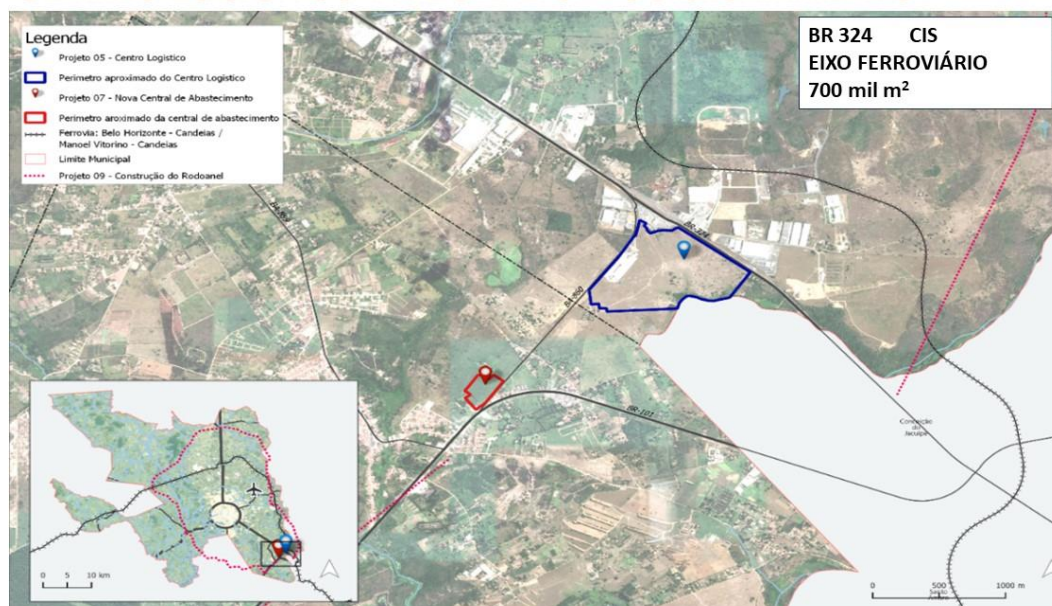
PANORAMA DOS 5 PROJETOS: CENTRO LOGÍSTICO INTEGRADO

CENTRO LOGÍSTICO INTEGRADO: CONCEPÇÃO INTEGRADORA

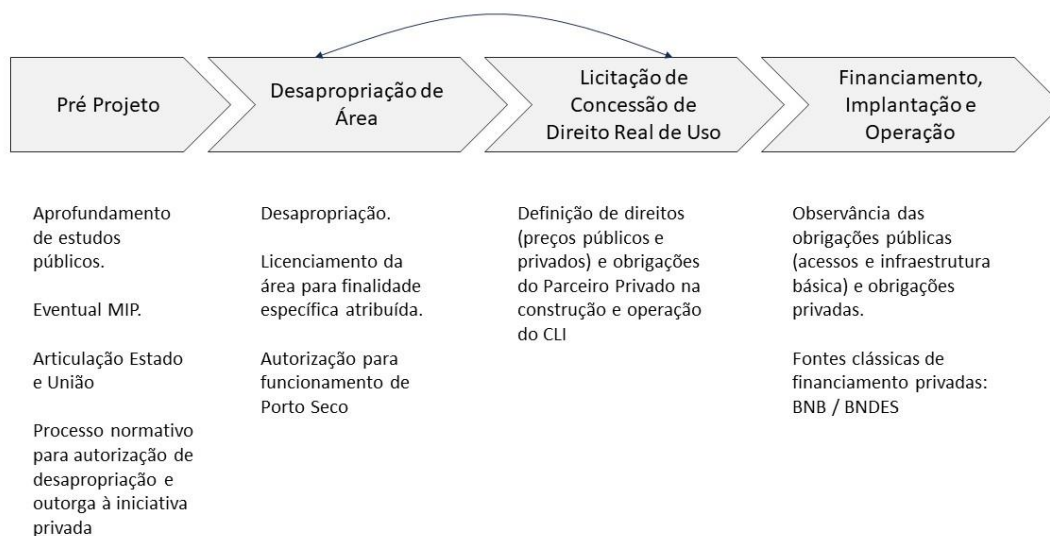


- **Funções Logísticas:** Organização de fluxos de veículos; triagem, armazenagem e distribuição de cargas; apoio operacional para operadores logísticos.
- **Funções Industriais:** Crossdocking, processamento JIT

CENTRO LOGÍSTICO INTEGRADO: POSICIONAMENTO

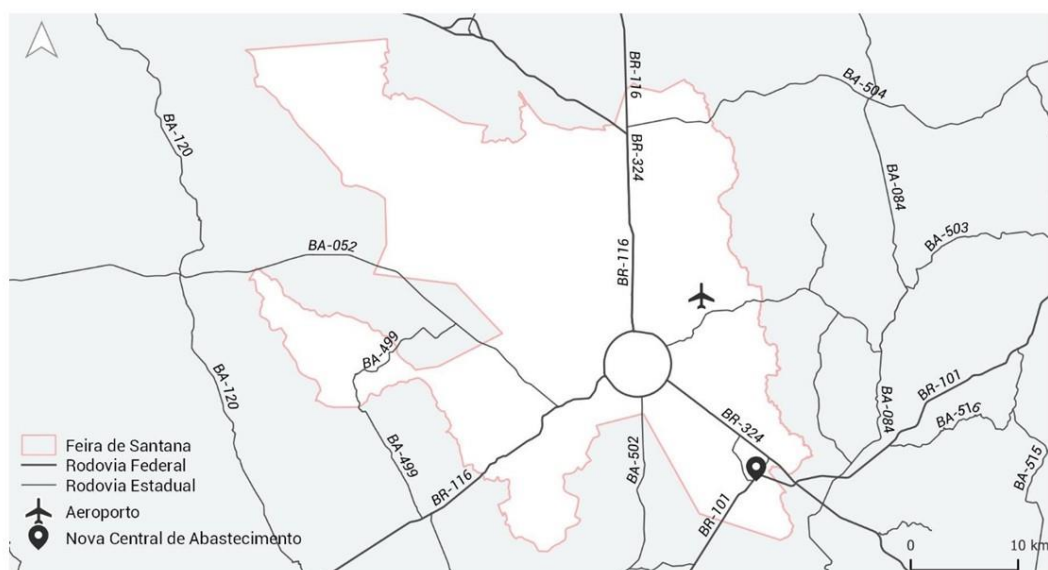


CENTRO LOGÍSTICO INTEGRADO: ESTAGIAMENTO



PANORAMA DOS 5 PROJETOS: NOVA CENTRAL DE ABASTECIMENTO

NOVA CENTRAL DE ABASTECIMENTO: LOCALIZAÇÃO



NOVA CENTRAL DE ABASTECIMENTO: FUNCIONALIDADES

Logística

Afastamento das atividades
atacadistas do Centro do Município de
Feira de Santana

Redução do custo logístico

Proximidade com CLI

Industrial

Aproximação do Mercado
Atacadista aos principais polos
industriais de Feira de Santana

Urbanístico

Desafogamento do tráfego de veículos
médios do Centro de Feira de Santana

Liberação de área nobre para o
desenvolvimento de funções turísticas
e sociais na região central do
Município (Mercadão e Puerto Madero)

NOVA CENTRAL DE ABASTECIMENTO: ESTAGIAMENTO SEMELHANTE AO CLI



- **Modelo de PPP consolidado:** Nova Ceasa Piauí, Itabaiana (SE). Distrito Federal
- **Possibilidade de Conjugação:** Desenvolvimento da Nova Central associado à revitalização da Área Central de Feira de Santana
- **Fontes de Financiamento bem Definidas:** CAF, BNB, BNDES e outros atores apoiam o processo de desenvolvimento de novos ceasas
- **Pontos de Atenção:** preservação de patrimônio histórico e definição de padrões de revitalização do Centro

PANORAMA DOS 5 PROJETOS: AEROPORTO DE FEIRA DE SANTANA

AEROPORTO: ESTRUTURA FÍSICA



Fonte: Estudo de Viabilidade Técnica do Aeroporto de Feira de Santana (SAC/PR, 2014).

AEROPORTO DE FEIRA: TEMAS CENTRAIS

Momento Chave

Ignição: Voos comerciais
Recife e Salvador

Integração de Projetos:
Centro Logístico Integrado,
Ecossistemas de Inovação

**Integração com Cadeias
Produtivas Locais:**
Serviços (turismo, saúde) e
Indústria (Logística)

Experiências

Participação Privada:

59 Aeroportos gerenciados
por meio de concessão

90,5% da demanda
nacional atendida pela
iniciativa privada

Aeroportos Hub:

Viracopos, Campina
Grande

Negócios Associados

Financiabilidade

BNDES: Operações de
Crédito “no recourse”:

Emissão de Dívida no
Mercado de Capitais



AEROPORTO: ATUAÇÃO DE NATUREZA INSTITUCIONAL

- **Acelerar** processos institucionais de implantação do Projeto;
- **Garantir** a implantação de infraestrutura que reflita a necessidade do Município;
- **Apoiar** a obtenção de financiamento por meio da articulação com financiadores dedicados;
- **Implantar** infraestrutura de acesso viário, conexões com principais eixos logísticos;



QUADRO 10: SLIDES APRESENTADOS PELA SUDENE NO EVENTO REALIZADO EM 23 DE NOVEMBRO DE 2023.

Sudene: nossa missão é o desenvolvimento.
Nosso foco é o **Nordeste**.

Fortaleza, 21/09/2023



MINISTÉRIO DA
INTEGRAÇÃO E DO
DESENVOLVIMENTO
REGIONAL



INTRODUÇÃO

Sudene

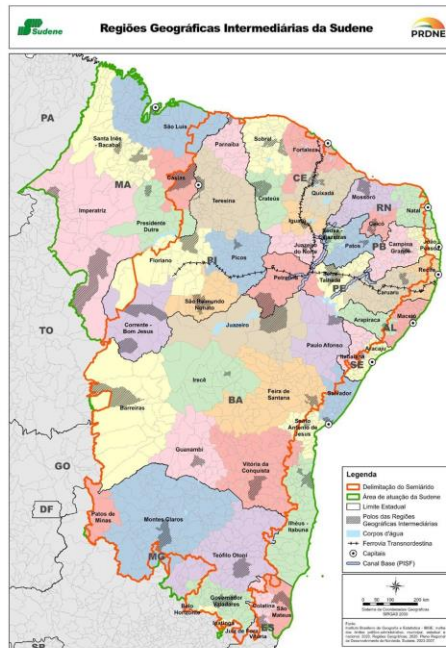
- ✓ A Sudene é uma autarquia federal do Brasil criada em 1959 e uma resposta às desigualdades regionais existentes no país.
- ✓ Fundamentada em uma política econômica desenvolvimentista referenciada pelo Economista e primeiro Superintendente da Autarquia Celso Furtado, a Sudene tem como objetivo fundamental impulsionar o crescimento e desenvolvimento econômico da sua área de atuação.

TERRITÓRIO

Área de Atuação

Área de Atuação da Sudene compreende os Estados da Região Nordeste além de 249 municípios de Minas Gerais e 31 municípios do Espírito Santo, totalizando 2.074 municípios. A visão federativa desdobra-se em:

- ✓ 21,4% do território nacional
- ✓ 52 Regiões Geográficas Intermediárias
- ✓ Mais de 60 milhões de brasileiros que compartilham características geográficas, sociais e econômicas com alto grau de correlação.



INSTITUCIONAL

Como atua a Sudene?

- ✓ Planejamento e diretrizes voltadas ao desenvolvimento territorial;
- ✓ Fomento ao setor produtivo através da concessão de crédito pelo FDNE e FNE e Incentivos Fiscais;
- ✓ Articulação com os entes nacionais e subnacionais;
- ✓ Estudos e pesquisas regionais Região.





MINISTÉRIO DA
INTEGRAÇÃO E DO
DESENVOLVIMENTO
REGIONAL



Apresentação ao MIDR e instituições vinculadas:
01/08/2023



N O R D E S T E

Principais desafios da Região

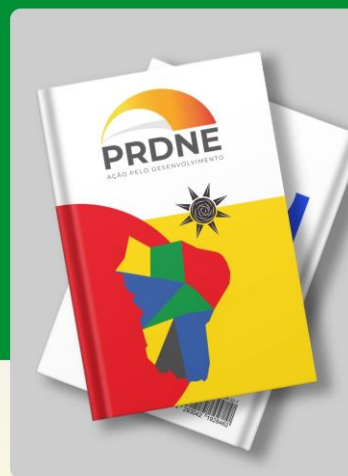
- ✓ **Aumento da participação do NE no Produto Interno Bruto (PIB):** atualmente de 13,6%, participação baixa quando comparada com sua densidade populacional e potencialidade territorial.
- ✓ **Aumento das capacidades governativas dos Estados:** atuação de forma eficiente e eficaz das lideranças políticas para alocação de recursos públicos.
- ✓ **Elevação da Renda domiciliar média:** Nordeste teve rendimento médio por cidadão de R\$ 1.023, bem inferior ao valor Nacional de R\$ 1.625.
- ✓ **Desenvolvimento Econômico Sustentável:** investimentos em energia renovável, diminuição da emissão de carbono, meios de transportes mais e eficientes, etc.
- ✓ **Ampliação da Infraestrutura regional:** voltada para diminuição dos custos para cidadãos e empresas.

Plano Regional de Desenvolvimento do Nordeste (PRDNE)

PRDNE apresenta estratégias, programas e projetos para alavancar o desenvolvimento econômico, social e sustentável da região. Divide-se em 7 eixos temáticos e engloba, até então, 112 projetos estruturantes, indicados pelos governos estaduais da área da Sudene.



Aponte o leitor de QR code do seu celular e acesse o documento de referência do PRDNE





INSTRUMENTOS DE AÇÃO

Incentivos Fiscais

Estratégia: estímulo ao desenvolvimento do setor produtivo regional

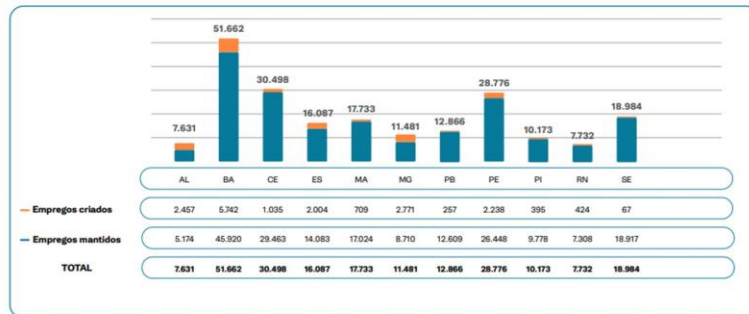
- ✓ Redução de até 82,5% do Imposto de Renda a Recolher sobre o lucro operacional da atividade incentivada.
- ✓ Estímulo ao reinvestimento.



ENTREGAS À SOCIEDADE

Incentivos Fiscais

Empregos criados e mantidos pelas empresas incentivadas por Unidade da Federação



Fonte dos dados: SUDENE/DFIN/CGIF/CIE

2023: 43 pleitos
Investimentos: R\$ 577,5 milhões
Emprego: 32.335, dos quais 26.563 diretos.
Principais setores: infraestrutura e siderurgia

Série histórica 2013 a 2022:

Mais de 3500 pleitos de incentivos fiscais aprovados;

Empresas beneficiadas investiram R\$ 294,8 bilhões na área de atuação da Sudene.

INSTRUMENTOS DE AÇÃO

Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE)

Estratégia: ampliação da Infraestrutura e aumento do valor agregado das cadeias produtivas regionais

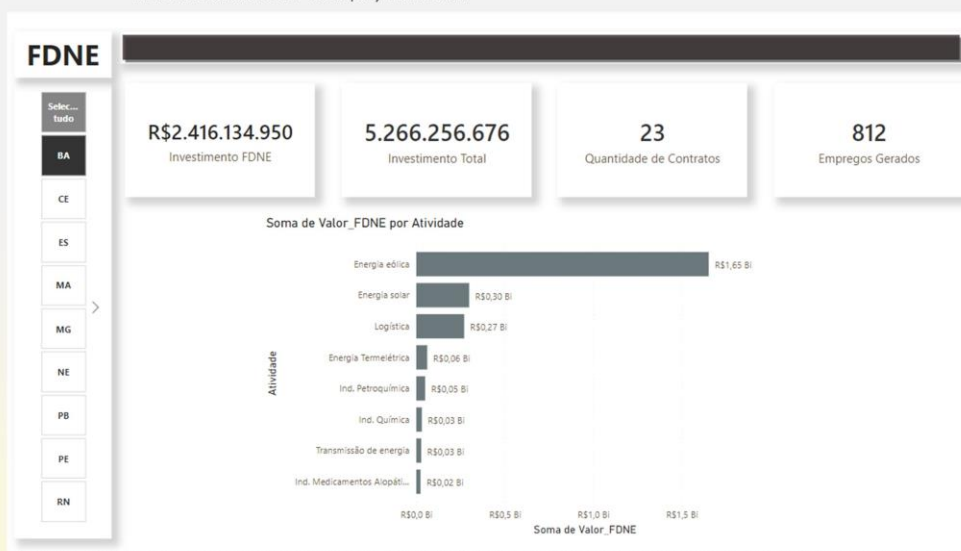
- ✓ Mais de R\$13,2 bilhões investidos em projetos de geração de energia renovável, indústria, logística e saneamento;
- ✓ Orçamento 2023 FDNE de R\$ 1,2 bilhão



ENTREGAS À SOCIEDADE - FDNE

FDNE

FDNE financiou R\$ 2,4 bilhões no estado da **Bahia** para projetos de energia renovável, atraindo investimento total de R\$ 5,2 bilhões.



ENTREGAS À SOCIEDADE - FDNE

Fábrica da Fiat



✓ Investimento do FDNE de R\$ 1,9 bilhões.

Criação de Empregos: A fábrica da Fiat em Pernambuco gerou um grande número de empregos diretos e indiretos na região. Isso inclui empregos na própria fábrica, bem como em empresas fornecedoras e prestadoras de serviços relacionados à indústria automobilística.

Tecnologia e Inovação: transferência de tecnologia de ponta e inovação para a região, promovendo o desenvolvimento de competências tecnológicas e habilidades avançadas de produção.

Efeito multiplicador: estímulo ao crescimento de uma cadeia de suprimentos local, envolvendo fornecedores de peças e componentes automotivos.

Desenvolvimento de Infraestrutura: Para atender às necessidades da fábrica, houve investimentos em infraestrutura, como estradas e transporte público, que beneficiaram a comunidade local.

ENTREGAS À SOCIEDADE - FDNE

Ferrovias Transnordestina



Redução de Custos de Transporte: A ferrovia proporciona um meio de transporte mais econômico para a movimentação de cargas em comparação com o transporte rodoviário. Isso pode resultar em redução de custos para empresas e produtores da região, tornando seus produtos mais competitivos.

Redução das Emissões de CO2: O transporte ferroviário é mais eficiente em termos de emissões de carbono do que o transporte rodoviário, o que pode contribuir para a redução da pegada de carbono da região e ajudar a combater as mudanças climáticas.

Atratividade para Investimentos: A presença de uma infraestrutura de transporte eficiente, como uma ferrovia, pode tornar a região mais atraente para investidores e empresas que buscam instalar suas operações na região Nordeste.

Exportações e Importações: A ferrovia facilita o transporte de cargas para os portos, o que é crucial para as exportações e importações da região e do país como um todo.



✓ Investimento do FDNE de R\$ 3,9 bilhões.



INSTRUMENTOS DE AÇÃO

Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE)

- ✓ Orçamento 2023: R\$ 38 bilhões;
- ✓ Objetivo: Contribuir para o Desenvolvimento econômico e social da Região Nordeste através de programas de financiamento ao setor produtivo.
- ✓ Beneficiários: Produtores, empresas e cooperativas;



ENTREGAS À SOCIEDADE - FNE

FNE

Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) em 2023



Janeiro a maio de 2023:

- R\$ 14,72 bilhões em crédito contratado;
- 240.114 em contratos firmados;
- TOP 3 setores que mais contrataram: infraestrutura (R\$ 3,23 bilhões); Agricultura (R\$ 3,23 bilhões); Comércio e serviços (R\$ 3,03 bilhões);
- TOP 3 porte dos beneficiários: grande (R\$ 4,18 bilhões); pequeno (R\$ 3,01 bilhões); mini (R\$ 2,36 bilhões)

LEVE A SUDENE COM VOCÊ!

Conte com a praticidade de ter todos os produtos e serviços da Sudene em um só lugar. Escaneie o QR code e fique por dentro da instituição que mais fortalece o Nordeste!

TUDO SOBRE

- ✓ Linhas de crédito
- ✓ Incentivos fiscais
- ✓ Projetos em andamento
- ✓ Notícias
- ✓ Ouvidoria


e muito mais!



ACESSE AGORA



A NORDESTINIDADE
É PARA TODOS



Faça parte de nossa rede!

Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

(81) 2102 2001
gabinete@sudene.gov.br

Nossas redes sociais

Twitter Facebook Instagram YouTube

Nosso site

www.gov.br/sudene

Sudene

MINISTÉRIO DA
INTEGRAÇÃO E DO
DESENVOLVIMENTO
REGIONAL

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

17

QUADRO 11: SLIDES APRESENTADOS PELO BNDES NO EVENTO REALIZADO EM 23 DE NOVEMBRO DE 2023.



BNDES

Departamento de Estratégia Social e Territorial do BNDES

Apoio aos Municípios

Rodrigo Aguiar
Abelardo Neves
Gerência Norte Nordeste de Estratégia Social e Territorial

Novembro 2023

BNDES // Diversas Formas de Apoio



BNDES // Formas de apoio

Operações Diretas

Realizadas diretamente com o BNDES

Financiamento > R\$ 20 milhões



Operações Indiretas

Realizadas por meio de Agente Financeiro Credenciado



Crédito BNDES // Linhas de financiamento aos Municípios

Segurança pública

Expansão ou modernização dos serviços de segurança pública.

- monitoramento e inteligência - IoT e ferramentas para gestão integrada;
- equipamentos e sistemas;
- unidades laboratoriais e operacionais de suporte às ações de segurança;



Gestão pública

Investimentos na modernização da administração municipal:

- obras civis (centros controle / atendimento);
- infra de TIC (PCs, datacenter, sensores IoT);
- sistemas - desenvolvimento, integração;
- apps, portais - governo aberto e digital;
- serviços especializados (planos setoriais, SIG, cadastro multifinalitário, GED, etc).



Meio Ambiente/Fundo Clima

Projetos com objetivo de mitigar mudanças climáticas:

- cidades sustentáveis;
- resíduos sólidos (ex: coleta seletiva);
- infraestrutura eficiente (iluminação pública LED, ônibus elétricos, etc);
- recuperação de passivos ambientais.



Des. urbano integrado

Apoio a projetos multissetoriais, que envolvam investimentos em:

- urbanização e infraestrutura;
- saneamento;
- equipamentos públicos;
- revitalização de áreas degradadas;
- habitações de interesse social.



Educação, saúde e assistência social

Melhoria e expansão de serviços de educação, saúde e assistência social.

- obras civis (implantação ou reforma);
- infra de TIC (PCs, datacenter, equipamentos);
- sistemas, apps, portais (prontuário digital, matrícula e presença online, etc).



Mobilidade

Investimentos na racionalização dos sistemas de transporte urbano:

- implantação de terminais e vias;
- veículos BRT/ BRS;
- integração (tarifária e física);
- tecnologia - sensoriamento, sistemas de gestão e fiscalização.



Adaptação Climática - Eixo central da Linha de Desenvolvimento Urbano

Instrumento Principal de Atuação: Linha FINEM - Desenvolvimento Integrado dos Municípios
Objetivo: Reduzir a desigualdade e melhorar a qualidade de vida nas cidades

Três Eixos Centrais de Atuação para a Intervenção no Espaço Urbano

Transformação Urbano-social



Adaptação Climática



Vocações Econômicas



Inclusão no Fundo Clima – Contribuir para a melhorar condições financeiras de apoio aos Municípios e para reduzir o GAP entre Mitigação e Adaptação

OBJETIVOS

Apoiar Investimentos relacionados à redução de emissões de gases do efeito estufa e à **adaptação às mudanças climáticas**

9 MODALIDADES

1. Mobilidade Urbana
2. **Cidades Sustentáveis e Mudança do Clima**
3. Resíduos Sólidos
4. Máquinas e Equipamentos Eficientes
5. Energias Renováveis
6. Carvão Vegetal
7. Florestas Nativas
8. Gestão e Serviços de Carbono
9. Projetos Inovadores

CIDADES SUSTENTÁVEIS E MUDANÇAS DO CLIMA

Reforçar a resiliência e a capacidade de adaptação dos Estados e Municípios a riscos relacionados ao clima e às catástrofes naturais
Eficiência energética em prédios públicos ou em iluminação pública e implantação da cadeia de lâmpadas LED/OLE

CONDIÇÕES DE FINANCIAMENTO

- Custo financeiro – 1% aa em substituição à TLP
- Remuneração Básica e rating igual FINEM
- Participação máxima: 50% dos itens apoiáveis – Limitado à R\$ 80 mi
- Pz Total: 12^a



Fluxo do apoio no BNDES



Fundo Clima: Subprograma Cidades Sustentáveis e Mudança do Clima



Temas	Custo Financeiro	Spread Básico	Spread de Risco	Prazos
Cidades Sustentáveis e Mudança do Clima	1% a.a	A partir de 0,9% a.a	Variável conforme risco do cliente e prazos do financiamento	<ul style="list-style-type: none"> Rodovias, ferrovias e hidrovias: 34 anos Demais empreendimentos: 24 anos Carência: até 06 meses após o início da operação comercial do projeto

Linha FINEM: Infraestrutura Logística



Temas	Custo Financeiro	Spread Básico	Spread de Risco	Prazos
BNDES FINEM Infraestrutura Logística	TLP (IPCA + 5,33% NOV/23)	1,5%	Variável conforme risco do cliente e prazos do financiamento	<ul style="list-style-type: none"> Rodovias, ferrovias e hidrovias: 34 anos Demais empreendimentos: 24 anos Carência: até 06 meses após o início da operação comercial do projeto

Obrigado.

Rodrigo Aguiar
rodrigoaguiar@bndes.gov.br
(81) 2127-5800

Abelardo Neves
Abelardo.neves@bndes.gov.br
(81) 2127-5841



MINISTÉRIO DO
DESENVOLVIMENTO,
INDÚSTRIA, COMÉRCIO
E SERVIÇOS



Portal BNDES
www.bndes.gov.br



Atendimento Empresarial
0800 702 6337
Chamadas internacionais
+55 21 2172 6337



Ouvidoria
0800 702 6307
www.bndes.gov.br/ouvidoria



Fale Conosco
www.bndes.gov.br/faleconosco



facebook.com/bndes.imprensa



twitter.com/bndes



youtube.com/bndesgovbr



linkedin.com/company/bndes



Instagram.com/bndesgovbr

IMPACTO



11.1 - Até 2030, **garantir o acesso** de todos à **habitação segura**, adequada e a preço acessível, e **aos serviços básicos e urbanizar as favelas**

11.5 - Até 2030, **reduzir** significativamente **o número de mortes e o número de pessoas afetadas por catástrofes** e substancialmente diminuir as perdas econômicas diretas causadas por elas ... com o **foco em proteger os pobres e as pessoas em situação de vulnerabilidade**



13.1 - **Reforçar a resiliência e a capacidade de adaptação a riscos relacionados ao clima e às catástrofes naturais** em todos os países



8.9 - Até 2030, **elaborar e implementar políticas para promover o turismo sustentável**, que gera empregos e promove a cultura e os produtos locais



1.4 - Até 2030, **garantir que todos os homens e mulheres, particularmente os pobres e vulneráveis, tenham direitos iguais aos ... serviços básicos...**

11.7 - Até 2030, **proporcionar o acesso universal a espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis e verdes**, particularmente para as mulheres e crianças, pessoas idosas e pessoas com deficiência



QUADRO 12: *SLIDES* APRESENTADOS PELA POSITIVO TECNOLOGIA NO EVENTO REALIZADO EM 23 DE NOVEMBRO DE 2023.



Nossa história

Começamos com a fabricação de 50 computadores para escolas. Hoje, nos posicionamos como uma **grande empresa brasileira de tecnologia hardware e serviços do Brasil.**

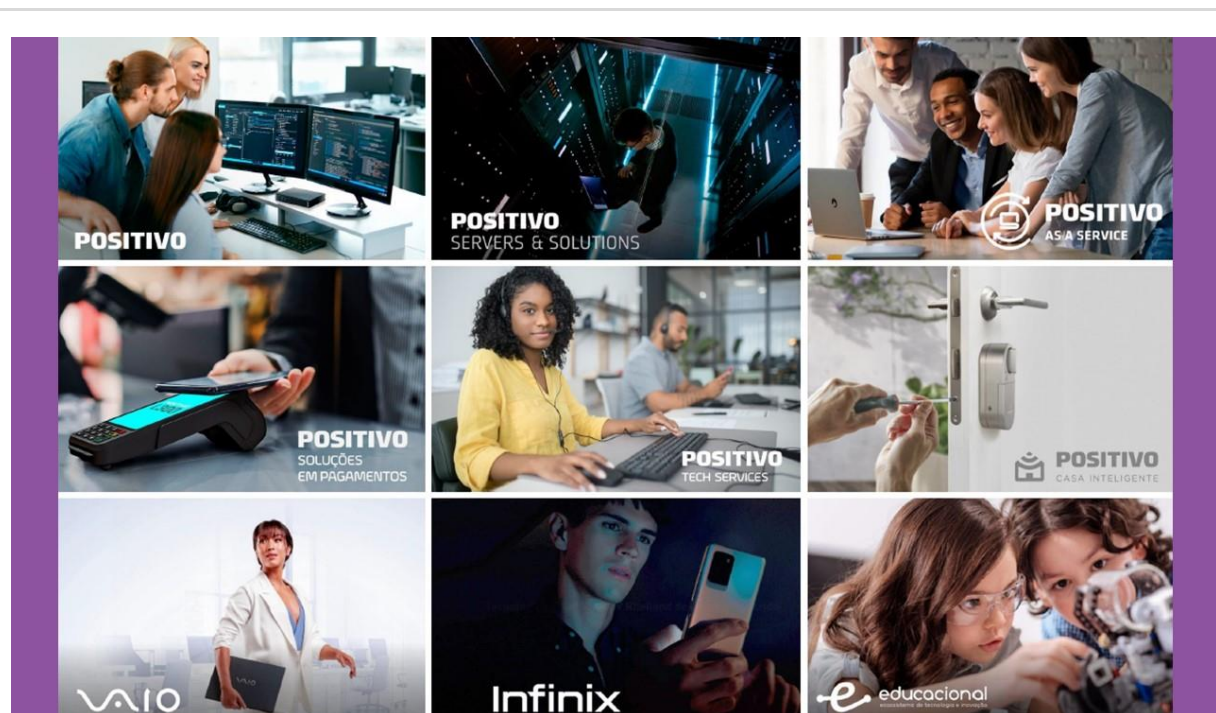


POSITIVO
TECNOLOGIA



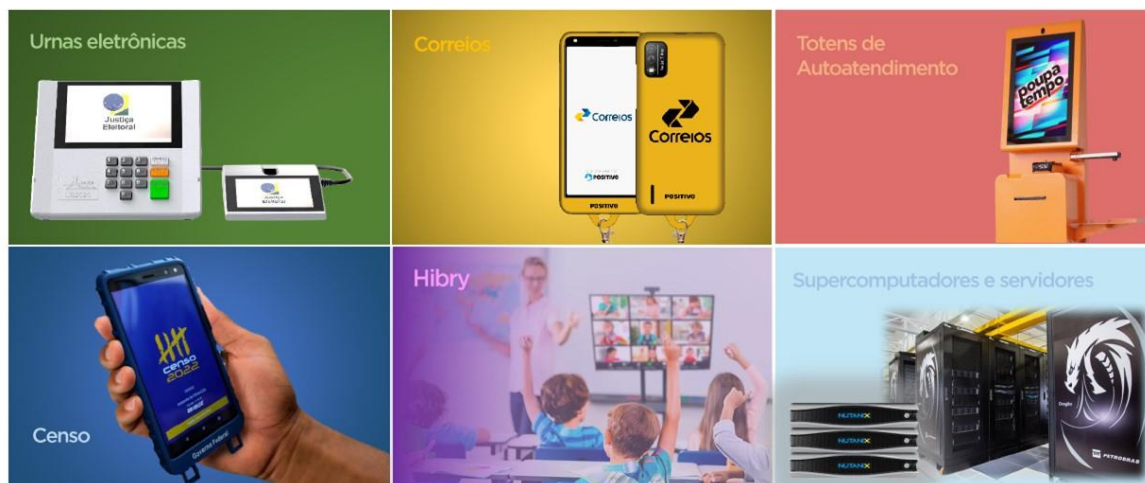
Fundação
1989





Nossos principais projetos com Instituições Públicas

POSITIVO
TECNOLOGIA



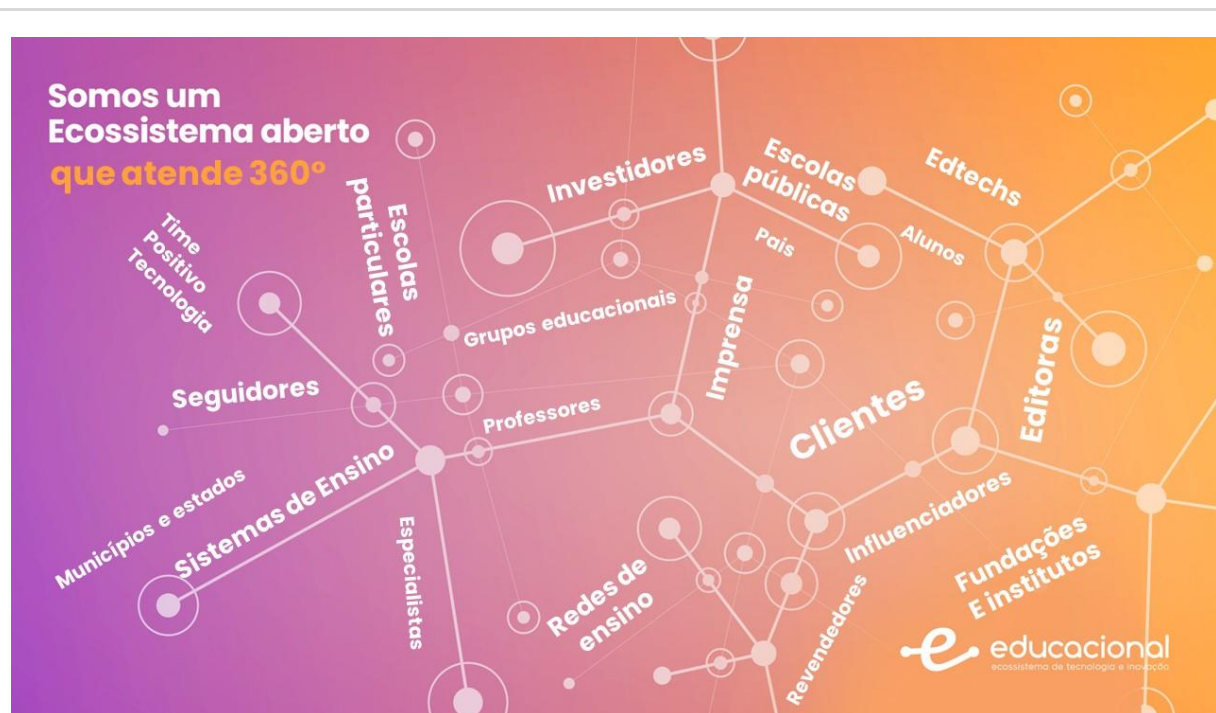


O **Educacional** é a área de negócios da Positivo Tecnologia dedicada à **tecnologia para educação**.

Desde 1994, desenvolvemos e distribuímos soluções educacionais que tornam a jornada de ensino e aprendizagem **surpreendente e engajadora**.

POSITIVO
TECNOLOGIA





e educacional
ecossistema de tecnologia e inovação

Apoiamos escolas, redes, municípios e estados em **projetos de inovação para educação.**

Nosso propósito

Proporcionar aos alunos **experiências significativas de aprendizagem** e prepará-los para os desafios de hoje e do amanhã.



O nosso portfólio é formado por soluções
que atendem verdadeiramente as necessidades das escolas.

 **educacional**
ecossistema de tecnologia e inovação

Língua Portuguesa
Gestão
STEAM
Matemática
Robótica
Inovação no ambiente escolar
Programação
Habilidades socioemocionais
Infraestrutura
Avaliação

Nosso Portfólio

Nossas soluções combinam tecnologia, conteúdo de qualidade e metodologias atualizadas para promover uma aprendizagem significativa e transformadora.

educacional
ecossistema de tecnologia e inovação

LEGO education

tivy

inventura

Mesa Educacional

GONAKER

micro:bit

PENSE

aprimora

suite educacional

innerview

pi(cola)

maxia

Parthora

D2L

TaxiGame

KIDUCA

Argumento

BOBO MIND

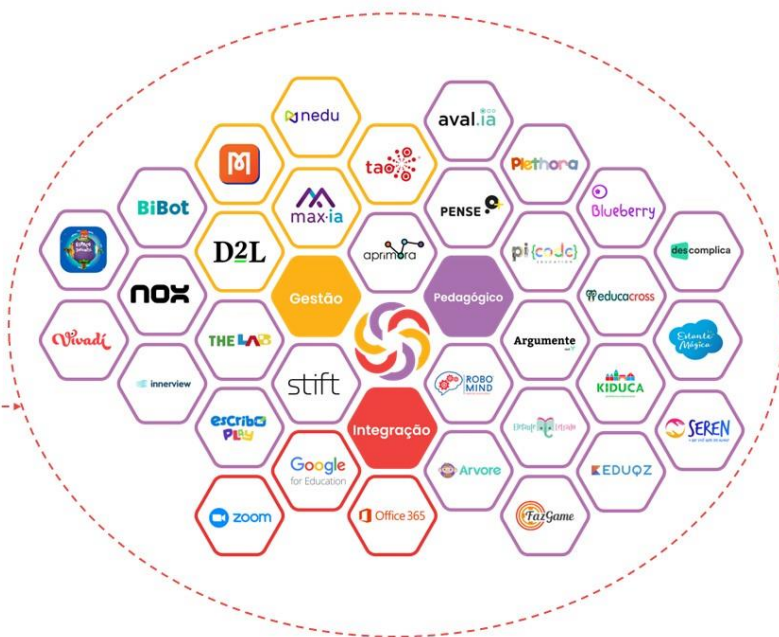
suite educacional

A plataforma desenvolvida para **impulsionar a transformação digital** das escolas, ao facilitar a gestão e engajar professores e alunos para que possam extrair o máximo da tecnologia em prol da aprendizagem.

Gestão integrada
com aplicações para apoio ao processo de aprendizagem e administração pedagógica, que aumentam a produtividade e a tomada de decisão.

Integração técnica e pedagógica para acesso a todas as aplicações selecionadas, inclusive àquelas que a rede de ensino já possui.

Potencialização das práticas pedagógicas com aplicações integradas e flexibilidade, para atender às necessidades da rede de ensino de forma eficiente.



Com o objetivo de inovar a educação e tornar os estudantes protagonistas na jornada de aprendizagem, a Secretaria Municipal de Educação de Resende implantou a Suíte Educacional para estudantes e educadores do Ensino Fundamental.

30
escolas

**+ de 12.000
estudiantes**



“A Suíte possibilitou diversas formas de aplicar os conteúdos, auxiliou o professor a tornar as aulas mais atraentes e facilitou a aprendizagem através da interação. Na aprendizagem dos alunos, despertou a curiosidade, facilitando uma nova forma de pensar e resolver os problemas apresentados.”

Joana – professora da Escola Municipal Rio Preto





1 Planos de aula abrangentes, alinhados à BNCC e embasados em metodologias inovadoras.

2 Apoio aos educadores para envolverem os alunos em atividades STEAM que favorecem o desenvolvimento de habilidades e competências essenciais.

3 Ideal para todos os níveis: da Educação Infantil ao Ensino Médio.

Os conjuntos LEGO® Education tornam a aprendizagem ativa, colaborativa e duradoura, permitindo que todos os alunos estejam preparados para os desafios ao longo da vida.



João Pessoa - PB

Disponibilização de **8.816 kits** LEGO® Education

+ de 650 horas de formação de educadores

612 professores certificados em LEGO® Education Academy (LEA)

+ de 2.500 professores qualificados para o uso dos kits de robótica

Equipes de robótica da rede municipal participaram da Olimpíada Brasileira de Robótica e três escolas do município conquistaram os três primeiros lugares no 'Nível 1' da competição regional.





inventura

Solução completa para implantar um projeto de Educação 4.0 que incentiva os alunos a aprenderem fazendo. Com conteúdos que vão desde os conceitos básicos da programação até construções mais complexas, estimula a capacidade inventiva e a aprendizagem colaborativa.

- 1** **Auxilia no desenvolvimento de soft skills**, como criatividade, trabalho em equipe, raciocínio lógico e comunicação.
- 2** **Por meio de desafios**, os alunos aprendem programação e aprimoram suas habilidades.
- 3** **Atividades alinhadas à BNCC**, que despertam o interesse dos alunos por tecnologias, inovação e empreendedorismo.





Projeto Letramento Digital

As ações visam fomentar o interesse pelas carreiras de TIC e tornar os estudantes aptos ao domínio e desenvolvimento de tecnologias.

Londrina e Pato Branco
ambas no PR

Até 2024

+ de 240
agentes multiplicadores de conhecimento

+ de 4.000
estudantes do Ensino Fundamental

"É uma iniciativa de inclusão magnífica no sentido de ajudar as nossas crianças a compreender a era digital"

Luciana Santos
Ministra da Ciência, Tecnologia e Inovação





Letramento Digital
Trilha para o Futuro

EREGIAO 

APOIO INSTITUCIONAL  

COORDENADORA 

INDICATRIA  



Solução tecnológica que integra hardware, software, material concreto e realidade aumentada, torna a aprendizagem mais divertida e proporciona resultados surpreendentes na alfabetização de todas as crianças.



1

Com atividades em grupos, favorece a colaboração entre os alunos, que compartilham descobertas e aprendizados por meio da recursos de realidade aumentada e atividades em formato de jogos.

2

Desenvolvimento eficaz de competências e habilidades, em consonância à Base Nacional Comum Curricular e ao Compromisso Nacional Criança Alfabetizada.

3

Garantia de Acessibilidade. Contempla recursos que apoiam o Atendimento Educacional Especializado (AEE) e dão maior autonomia aos estudantes com deficiência motora, visual, auditiva, neurodivergentes e com diversas dificuldades de aprendizagem.



Governador Valadares – MG

“Quando ela me perguntou qual trabalho havia sido feito com os estudantes para que chegassem ao Ensino Fundamental com tantas competências e habilidades, respondi que desde o ano passado temos usado a Mesa Educacional e isso trouxe um avanço significativo para o desenvolvimento e aprendizagem das crianças do nosso município.”

Julianna Silva Glória, coordenadora de projetos

Estudantes do Centro Municipal de Referência e Apoio à Educação Inclusiva (CRAEDI) contam com **solução totalmente adaptada** para a educação inclusiva.

+ de 250
Mesas
Educacionais

56 escolas
atendidas



Tecnologia educacional para
garantir a equidade e os direitos
de aprendizagem de todos e de
cada um.

POSITIVO
TECNOLOGIA



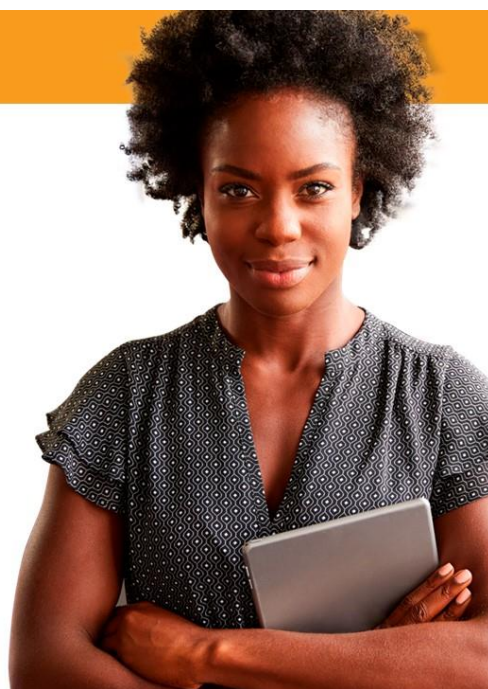
Formação e acompanhamento pedagógico



Os educadores recebem **formação inicial** e continuada para garantir **ótimos resultados** no aprendizado dos estudantes.



A rede de ensino e as escolas contam com **acompanhamento constante** para fortalecer a implementação do projeto, bem como dispõe de suporte teórico e prático.



QUADRO 13: SLIDES APRESENTADOS PELO BNB NO EVENTO REALIZADO EM 23 DE NOVEMBRO DE 2023.



Banco do Nordeste: Estratégia de Financiamento para os Projetos Estruturadores de Feira de Santana

 **GOVERNO FEDERAL**

UNIÃO E RECONSTRUÇÃO



BNB 71 anos



-  **Instituição financeira múltipla**, sociedade de economia mista de capital aberto, criada em 19/07/1952
-  **Maior banco de desenvolvimento regional da América Latina**
-  **Crediamigo** - Maior programa de microcrédito produtivo orientado do Brasil
-  Administra o **Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE)**
-  Administra o **Fundo de Desenvolvimento Econômico, Científico, Tecnológico e de Inovação (Fundeci)**
-  Primeiro banco público a criar um **Hub de Inovação**
-  **Prodeter** – Programa de Desenvolvimento Territorial
-  **Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste (ETENE)**

Sobre o Banco do Nordeste



Clientes Ativos

5,7
milhões



Rede Bancária

9,0%



Área de Atuação

2.074
municípios



Agências

292



55,6%

Crédito de Longo Prazo



62,8%

Longo Prazo Industrial e Comercial



48,4%

Longo Prazo Rural e Agroindustrial

Fontes: BNB/Clientes Ativos (junho/2023); Longo Prazo - SISBACEN/BCB e BNB/5440 (Abril/2023). Observações sobre os dados: Abrange a área de atuação do Banco do Nordeste, contemplando a Região Nordeste e norte dos Estados de MG e ES; Os dados do SISBACEN contemplam bancos comerciais e bancos múltiplos com carteira comercial; Os financiamentos do FNE (exceto infraestrutura) foram acrescidos aos dados do BNB e do BCB; Não inclui financiamentos para habitação e infraestrutura.

Atuação



Empresas

- Financiamento para implantação, expansão e modernização de empreendimentos industriais comerciais ou de serviços
- Financiamento para aquisição de máquinas e equipamentos
- Empréstimos para capital de giro
- Câmbio



Rural e Agronegócios

- Financiamento para implantação, expansão, diversificação e modernização de empreendimentos rurais
- Financiamento para aquisição de máquinas e equipamentos
- Crédito para custeio e comercialização



Infraestrutura e Governo

- Financiamento para projetos de infraestrutura
- Financiamento e suporte a PPPs
- Administração, operacionalização e repasse de fundos e programas
- Arrecadação de tributos, folha de pagamento e outros serviços especializados



Pessoas Físicas

- Crédito Direto ao Consumidor
- Fundos de Investimento
- Seguros
- Conta-Corrente e Poupança
- Financiamento Estudantil



FNE

O **Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE)**, atende a mais de 2 mil municípios, é o principal instrumento financeiro da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) para a Região e um dos pilares do Plano Regional de Desenvolvimento do Nordeste (PRDNE).

Criado pela Constituição Federal/1988 e regulamentado pela Lei nº 7.827, de 27/09/1989, para ser uma fonte estável de recursos para o financiamento das atividades produtivas da região Nordeste e do Norte dos estados de Minas Gerais e Espírito Santo, para estudantes abrangidos pelo Programa de Financiamento Estudantil (P-FIES) e para pessoas físicas, mini e microgeradoras de energia fotovoltaica, em condições apropriadas para a promoção do desenvolvimento econômico e social.



Desde a sua criação o FNE aplicou na região: **R\$ 321 bilhões**



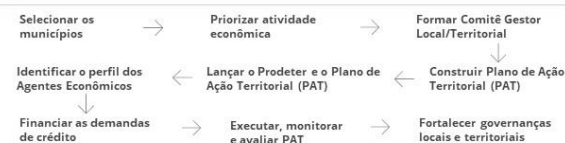
Prodeter

Programa de Desenvolvimento Territorial

O que é?

É uma estratégia do Banco do Nordeste para contribuir com o desenvolvimento local e territorial por meio da **organização, fortalecimento e elevação da competitividade** das atividades econômicas da Região.

Como funciona?



Papel do Agente de Desenvolvimento

- Conhecer a realidade territorial
- Articular os atores locais e facilitar o processo de construção, implementação e avaliação dos planos de ação territorial

O **Prodeter** conta com os **Agentes de Desenvolvimento**, que fazem a ligação entre o Banco e os agentes econômicos e institucionais, para estabelecer e fortalecer a governança local e territorial voltada para elaboração, implementação e avaliação de planos de ação territorial.

Responsabilidade Socioambiental

O Banco do Nordeste é aderente ao Pacto Global da Organização das Nações Unidas (ONU) e adota também as diretrizes da organização não governamental internacional *Global Report Initiative (GRI)*, para a apresentação do Relatório Anual de Sustentabilidade.

O Banco busca construir um relacionamento transparente e sustentável com seus grupos de interesses, oferecendo aos investidores, analistas de mercado e sociedade civil organizada, mais informações sobre as ações sociais e ambientais inseridas nas estratégias de negócios do BNB, em seus processos de decisão e no cotidiano de suas operações.



Programas de Financiamento



PROJETOS ESTRUTURADORES DE FEIRA DE SANTANA X APOIO BNB

Projetos Prioritários (*)

Ampliação do Aeroporto de Feira de Santana para o transporte de Passageiros e Cargas

Consolidação do Ecossistema Municipal de Inovação de Feira de Santana;

Estruturação do Centro Logístico Integrado (ou Intermodal)

Construção da Nova Central de Abastecimento;

Gestão e Inovação do Sistema Educacional (Acesso à tecnologia, infraestrutura);

Projetos Não Prioritários (*)

Projeto de promoção da agroindustrialização e parceria entre agricultura familiar e comércio;

Exploração do potencial turístico (ecoturístico) do Morro de São José e do lago Pedra do Cavalo;

Programa de Habitação de Interesse Social ou de Aluguel Social, no contexto da integração e requalificação do atual Anel Viário à malha urbana de Feira de Santana

Construção do Segundo Rodoanel de Feira de Santana;

Projeto Desenvolvimento Orientado ao Transporte Sustentável (DOTS)

(*) Participação do BNB através de proponente privado/PPP

Setor Público



FÁBRICA DE PROJETOS

- Nova unidade do BNB para elaboração de grandes projetos de PPPs, para atender Estados e Municípios.



FINANCIAMENTOS

- Parceria com outras Instituições Financeiras e Órgão Multilaterais para financiamento ao **SETOR PÚBLICO** (BNDES ; BID ; BM ; BRICs ; etc)

Infraestrutura

FNE VERDE / PROINFRA

Público Alvo:

Empresas Privadas, Consórcios de Empresas, Empresas Públicas.

O que financia:

- Geração, transmissão e distribuição de energia oriunda de fontes convencionais;
- Infraestrutura logística, ou seja, a construção e manutenção de ruas, avenidas, viadutos, rodovias, metrô, ferrovias, portos e aeroportos, visando ao escoamento da produção e/ou ao transporte de passageiros;
- Sistemas telefônicos fixos ou móveis em comunidades;
- Exploração do gás natural;



Infraestrutura

FNE VERDE / PROINFRA

Público Alvo:

Empresas Privadas, Consórcios de Empresas, Empresas Públicas.

O que financia:

- Iluminação Pública (implantação, modernização, ampliação, manutenção e otimização da rede);
- Investimentos em conectividade, por meio da expansão da infraestrutura de fibra óptica, rede de banda larga e telefonia móvel (sistemas de internet para coberturas de banda larga fixa por meio de rede de fibra ótica, rede de *backbone* e similares), inclusive serviços de telecomunicações com tecnologia 4G ou superior.



Canais de Atendimento

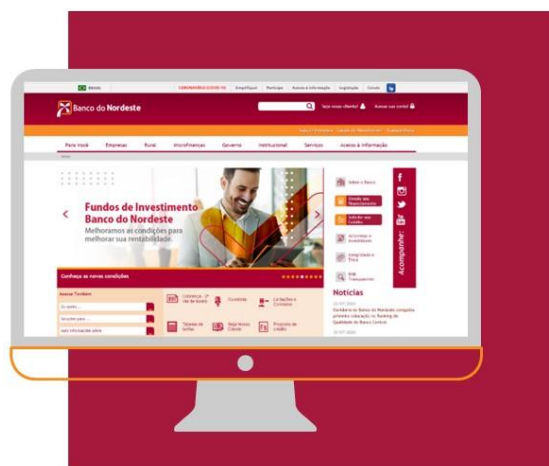
Consultas, Informações, Serviços e Transações:
4020 0004 (Capitais e regiões Metropolitanas),
0800 033 0004 (Demais localidades)

SAC Banco do Nordeste: **0800 728 3030**

Atendimento para pessoas com deficiência
auditiva ou de fala: **0800 033 3031**

Ouvidoria: **0800 033 3033**

Site: **bnb.gov.br**



Obrigado!



3.3 LISTA DE PRESENÇA

No quadro a seguir consta a lista de presença do evento realizado em 23 de novembro de 2023, que contou com a participação (presencial) de 55 pessoas. A lista de presença digitalizada pode ser vista no APÊNDICE 1 (APÊNDICE 1 - LISTA DE PRESENÇA DO EVENTO DO DIA 23/11/2023), ao final deste relatório.

QUADRO 14: LISTA DE PRESENÇA DO EVENTO REALIZADO EM 23 DE NOVEMBRO DE 2023.

	Nome Completo	Secretaria/ Instituição	Endereço de e-mail
1	Moema Pinto Franco	SETTDEC/PMFS	moemapfranco.settdec@pmfs.ba.gov.br
2	Carlos Henrique Pires Leandro	Concremat-Tese	carlos.leandro.1003883@concremat.com.br
3	Fernando Fleury	Concremat-Tese	fernando.fleury@almeidaefleury.com.br
4	Márcia Ferreira	SETTDEC/PMFS	marciacristina@pmfs.ba.gov.br
5	Daniela Duarte Cedraz Aquino	SEGOV/PMFS	daniela.segov@pmfs.ba.gov.br
6	Lucas Henrique Reis Figueiredo	BNB	lucashrf@bnb.gov.br
7	Sérgio Barretto Rocha	Concremat-Tese	sergio.rocha@concremat.com.br
8	José Renato Sena Oliveira	Concremat-Tese	teiacontabil@gmail.com
9	*	PMFS	*
10	Tiago Geraldini Scalco	Positivo Tecnologia	tiago_scalco@hotmail.com
11	Janir Martins	Positivo Tecnologia	*
12	Wilson Falcão	SETTDEC/PMFS	wilsonfalcao@pmfs.ba.gov.br
13	Geraldo Pires	CIFS	cifspresidencia@
14	Colbert Martins	PMFS	-
15	Luiz. Ivan dos Santos Silva	SEPLAN/PMFS	luizivanss@hotmail.com
16	Francisco	SEPLAN/PMFS	*
17	Eneida Soanne M. Campos	AERI/UEFS	soanne@uefs.br
18	Caroline Rios Almeida	SEHAB	carolinerios.sehab@pmfs.ba.gov.br
19	Luiz Leal Jr.	GridFSA	negocios@gridfsa.com.br
20	Roberto A. Aquino	-	robertoaquino2609@gmail.com
21	Nilton S. de Araujo	Única	*
22	Evandro do Nascimento Silva	UEFS	evandro@uefs.br
23	*	CDL	*
24	Luciana M. P. Lopes	BNB	*
25	Matheus	BNB	*
26	*	GridFSA	*
27	Patricia Nascimento	ABA	*
28	Polyana Lasualles Pereira	SMPM/PMFS	polyanacarvalho2011@hotmail.com
29	Douglas Guedes Souza Sousa	SMPM/PMFS	*
30	*	Casa do Trabalhador	*
31	Agostinho Froes da Motta	SMTI	agostinhofroesdamotta.smti@pmfs.ba.gov.br
32	João Vianey Marval Silva	SOMA/PMFS	joao.vianey@pmfs.ba.gov.br
33	Rolemberg Ribeiro Guimarães	CIFS	rolemberg.guimaraes@gmail.com
34	Leonir Barros Souza Cerqueira	SEDUR	leonircerqueira@pmfs.ba.gov.br
35	Isabela Pimenta Lima	FUNTITEC	isabelalima@pmfs.ba.gov.br

	Nome Completo	Secretaria/ Instituição	Endereço de e-mail
36	*	Câmara	*
37	*	SMPM	*
38	Tarcísio Magalhães Cerqueira	UEFS	tarcisio.nit@gmail.com
39	*	Gabinete/PMFS	*
40	Carlos Moreira	SEAGRI/PMFS	*
41	Vagner Soares Souza	PMFS	eng.vagner@hotmail.com
42	Marcos Antonio Lima	FUNTITEC	-
43	Rosa B.	SEMMAN/PMFS	-
44	*	SEMMAN/PMFS	-
45	*	IPFS	-
46	Danilo Campelo	SUDENE	-
47	José Lindoso	SUDENE	jose.lindoso@sudene.gov.br
48	*	SESP	-
49	*	-	-
50	*	-	-
51	Rosato Moraes	BNB	-
52	Isailton Reis	SEBRAE	isailton.reis@ba.sebrae.com.br
53	João Batista Ferreira	CIFS	-
54	Angelo	UEFS	*
55	Sandra Mayumi Nakamura	Concremat-Tese	etc@ecotecnica.com.br

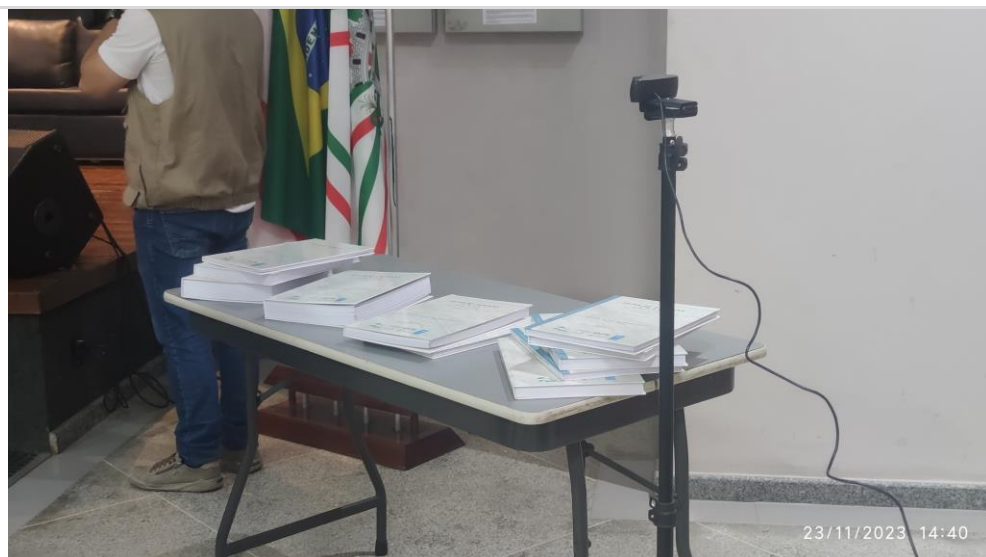
* Não foi possível interpretar a escrita.

3.4 REGISTRO FOTOGRÁFICO

FIGURA 19: FOTOS DO EVENTO REALIZADO EM 23 DE NOVEMBRO DE 2023.









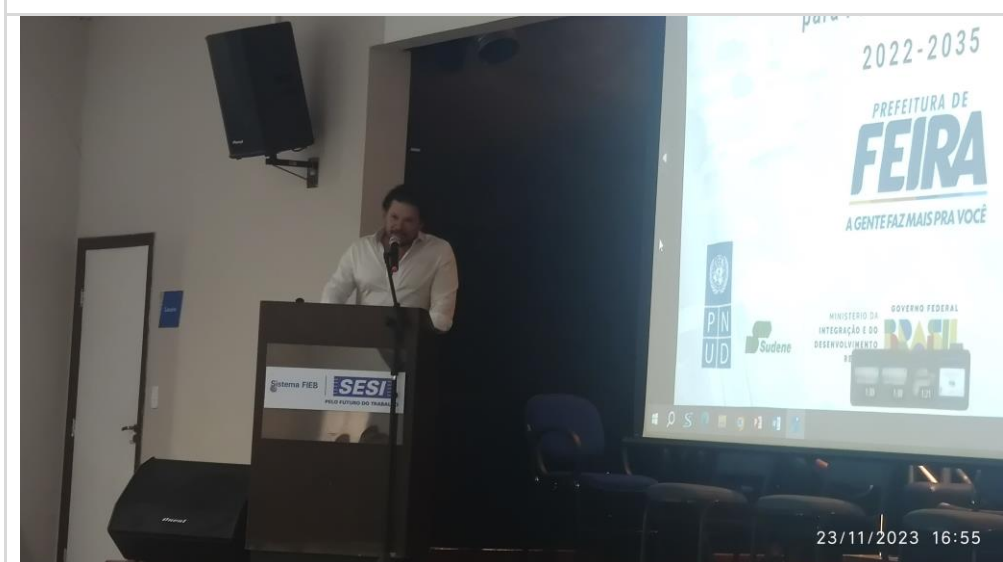
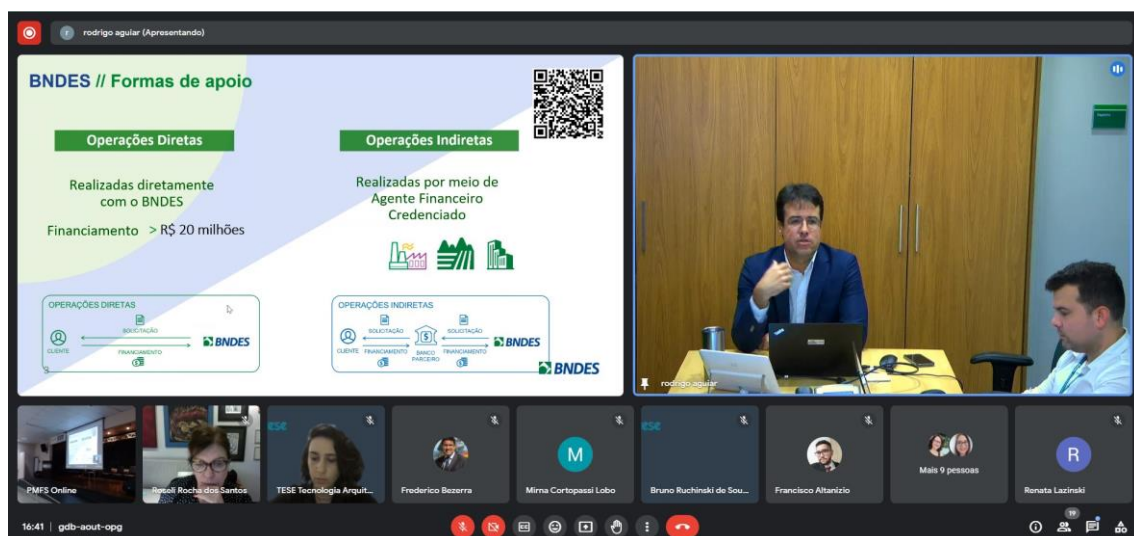
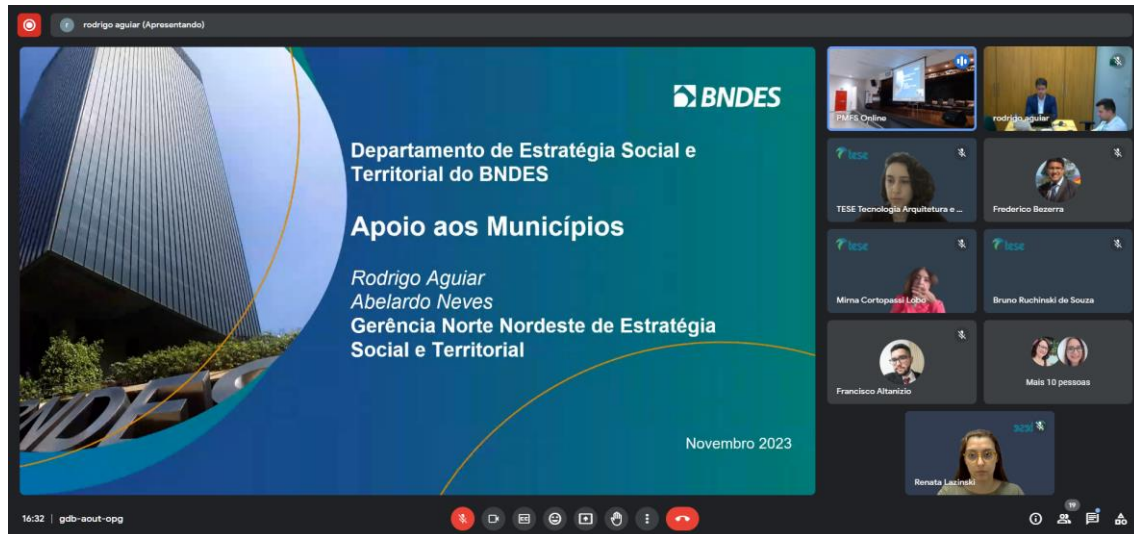
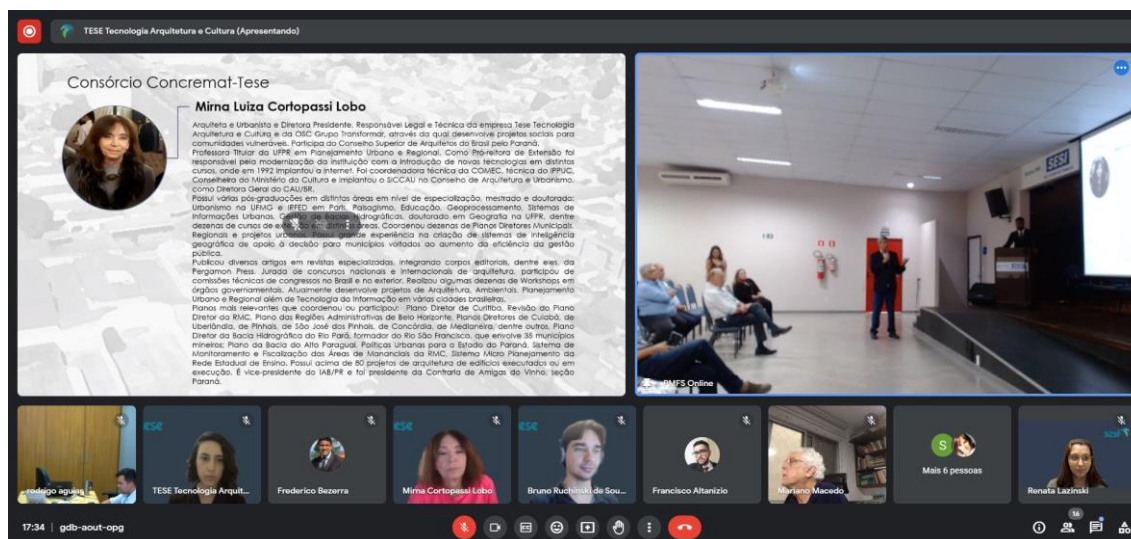
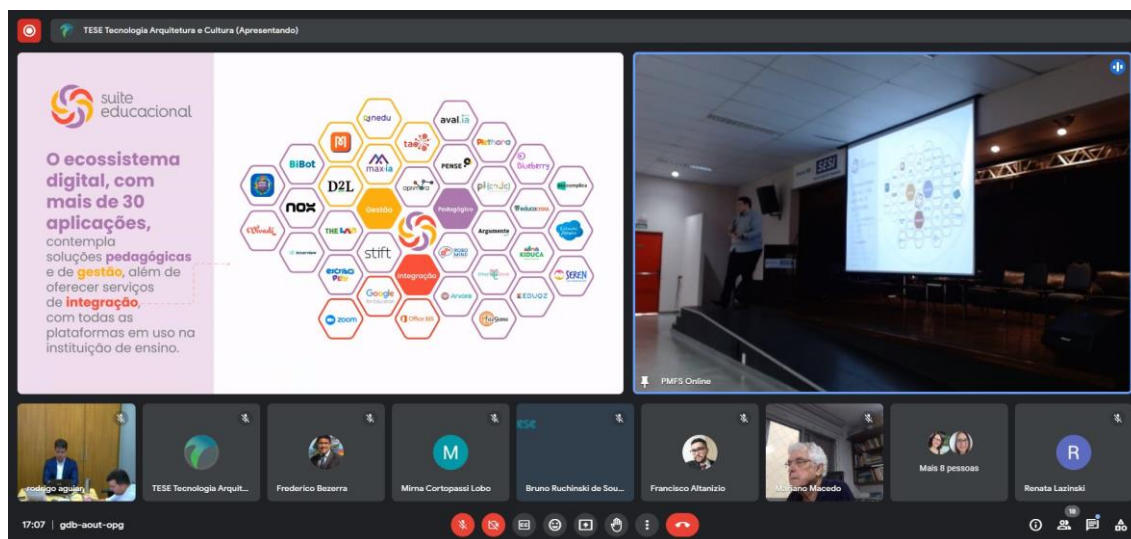






FIGURA 20: CAPTURAS DE TELA DO EVENTO REALIZADO EM 23 DE NOVEMBRO DE 2023.





4 RECOMENDAÇÕES PARA A IMPLEMENTAÇÃO DOS PROJETOS ESTRUTURADORES PRIORITÁRIOS

Os eventos de capacitação e avaliação do potencial de financiamento dos cinco Projetos Estruturadores Prioritários para o desenvolvimento econômico de Feira de Santana, que foram selecionados nas etapas precedentes da presente prestação de serviços, resultaram em um conjunto de importantes recomendações sobre a organização das ações a serem conduzidas pelo município em suas diferentes etapas, após a finalização dos trabalhos em pauta. Essas recomendações são apresentadas a seguir, e consolidadas a partir das devidas abordagens sobre reflexões sobre os temas que envolvem os cinco Projetos Estruturadores selecionados.

Para a consolidação e detalhamento do planejamento da implementação de cada um dos Projetos Estruturadores Prioritários, cujas etapas se iniciam a partir da conclusão da presente prestação de serviços, são recomendações chave:

Destaque de uma equipe da municipalidade dedicada à implementação dos projetos

As atividades de detalhamento e início da execução dos projetos demandará esforços relevantes da Municipalidade para sua implementação. Estes esforços se materializam na necessidade de recursos humanos, recursos físicos e recursos financeiros, que são, geralmente, escassos na administração pública. Por tal razão, existe a tendência a se aproveitar recursos que já estão empregados nas atividades cotidianas da gestão pública acrescentando o planejamento dos Projetos Prioritários ao rol de suas atribuições. Nestes casos, a sobrecarga de atribuições acaba impedindo o avanço tempestivo das etapas de planejamento necessárias, uma vez que as atividades cotidianas sempre terão precedência sobre as atividades de planejamento de longo prazo. Sem o avanço tempestivo das atividades de planejamento, os cinco Projetos permanecerão em ritmo lento de avanço, o que poderá resultar, a médio prazo, em seu abandono.

Para que se evite o risco de abandono, é relevante que se destaque uma pequena equipe da Municipalidade dedicada à efetivação da implantação destes empreendimentos, sendo as atribuições desta equipe claramente definidas em termos de “elementos entregáveis” e prazos. Evita-se, desta forma, a sobreposição entre atividades cotidianas e atividades de planejamento, gerando a otimização das chances de sucesso dos empreendimentos em tela.

Escolha de um líder por projeto

À Equipe Dedicada, destacada pela Municipalidade, para a implantação dos Projetos deverá ser composta por uma coordenação geral, responsável por avaliar o avanço de cada uma das frentes de trabalho, negociar recursos físicos e humanos com gestores da administração pública, reportar os avanços dos trabalhos ao Prefeito de Feira de Santana e demais atores relevantes, tal como a Câmara de Vereadores do Município, além de articular esforços com outras instâncias governamentais.

Abaixo do coordenador geral, recomenda-se o destaque de um profissional para cada um dos cinco Projetos Estruturadores Prioritários, na figura de um líder. O líder será o responsável pela operacionalização de todas as ações necessárias ao avanço do empreendimento, estando diretamente envolvido na produção de estudos, projetos, obtenção de licenças, obtenção de financiamento, contratação de agentes privados, eventual contratação de agentes públicos e atividades correlatas.

Recomenda-se que a equipe destacada pelo Município possua estrutura física própria, destacada da estrutura física da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, de forma a dar maior liberdade de trabalho aos seus profissionais.

Elaboração do Plano de Reestruturação Urbana para receber os Projetos Prioritários

A materialização dos projetos estruturadores impactará a estrutura urbana como um todo, principalmente aqueles que demandam uma reorganização quanto a infraestrutura e mobilidade. Assim deverá integrar a etapa de planejamento uma abordagem urbana que articule os projetos entre si e com a cidade, através de medidas periféricas que assegurem sua inserção na estrutura urbana com harmonia e em compatibilidade com a estrutura existente, moldando-a em conjugação com a estrutura urbana existente.

Captação de recursos

Conforme amplamente debatido ao longo dos Seminários de Capacitação, existe um amplo espectro de atores, públicos e privados, disponíveis para apoiar o Município no desenvolvimento de cada um dos empreendimentos, muitos deles sem custo imediato para os cofres públicos. Ao longo deste debate foram identificados, dentre outros:

- **Participação de agentes privados** por meio do procedimento de Manifestação de Interesse Privado, MIP, no qual um ou mais agentes desenvolvem um determinado Projeto Estruturador Prioritário em favor da Municipalidade, sendo ressarcidos pela empresa vencedora do certame licitatório que resulte dos estudos apresentados.
- **Participação de financiadores públicos** ao longo do Seminário sobre o Potencial de Financiamento da Carteira de Projetos Estruturadores Prioritários de Feira de Santana, instituições como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social e o Banco do Nordeste do Brasil manifestaram seu interesse em apoiar o Município por meio de seus departamentos dedicados à estruturação de empreendimentos. Ambas as instituições possuem ampla expertise em matérias tratadas nos cinco Projetos e modelos de remuneração análogos ao modelo de MIP, isto é, sendo ressarcidas pelo vencedor de eventual licitação que venha a ocorrer no futuro.
- **Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD**, que financiou a atual etapa dos trabalhos.
- **Agentes privados congregados em instituições do terceiro setor**, tais como o Instituto Pensar Feira, o SENAI e outros agentes de grande importância, notável conhecimento técnico e acadêmico e atividade intensa em Feira de Santana. Tais instituições poderão tomar parte no desenvolvimento de estudos específicos por meio de convênios e acordos de cooperação, disponibilizando assim recursos físicos e humanos para que a equipe dedicada do Município possa avançar na implementação destes projetos.
- **Empresas privadas** contratadas diretamente pela Municipalidade com o objetivo de desenvolver atividades específicas de cada um dos empreendimentos, tais como elaboração de projetos de engenharia em nível de projeto básico, obtenção de licenças, constituição de fundos garantidores, entre outros.
- **Órgãos da administração pública direta e indireta** que poderão apoiar processos por meio de convênios ou simples acordos de cooperação.

Uma vez concluída a fase de planejamento dos empreendimentos, será iniciada a captação de recursos na forma de financiamento. Conforme os debates havidos, o financiamento de cada um dos empreendimentos que compõem a carteira de Projetos Estruturadores Prioritários contará com uma parcela de financiamento dedicada aos investimentos públicos e uma parcela dedicada ao financiamento das atividades dos agentes contratados para tanto.

Na vertente de **financiamento público**, recomenda-se:

Elaborar um Programa Estruturado de Financiamento

Diversos empreendimentos que integram a carteira de Projetos Estruturadores Prioritários possuem elementos comuns, precipuamente aqueles voltados ao desenvolvimento da infraestrutura do Município, tais como o acesso ao Aeroporto, o Centro Logístico Integrado, a Nova Central de Abastecimento e a parcela física do Ecossistema de Inovação, a ser implementado no Centro Industrial Norte. É certo que o esforço necessário à obtenção de um financiamento de R\$ 20 milhões é virtualmente idêntico ao esforço necessário à obtenção de um financiamento de R\$ 2 bilhões. Desta forma, a otimização de recursos públicos indica ser muito mais simples a elaboração de um programa único de financiamento, subdividido em seus vários componentes por meio das denominadas “tranches de financiamento”, do que a busca por um contrato de financiamento independente, dedicado a cada um dos empreendimentos. A concentração de financiamentos em um único contrato se viabiliza, inclusive, pela existência de ampla margem para ampliação do endividamento do Município, que poderá contratar entre R\$ 400 e R\$ 500 milhões em dívida sem que exista qualquer impacto sobre sua Nota no sistema CAPAG.

Este programa único de financiamento de Projetos Estruturadores Prioritários poderá ser desenvolvido em parceria com o mesmo agente financiador que eventualmente apoie o Município na elaboração de estudos e projetos visando uma futura delegação de serviços à iniciativa privada.

Uma vez desenvolvido e contratado o Programa de Financiamento, seja este financiamento firmado em contrato único ou fracionado para cada um dos componentes da carteira de Projetos Estruturadores Prioritários, será dado início à **implantação dos empreendimentos**. São recomendações sobre esta etapa:

Articular de forma institucional o diálogo com a iniciativa privada

Em processos recentes de concessão de infraestrutura à iniciativa privada o Poder Público realizou o denominado “market sound”, isto é, diálogos fechados com agentes privados interessados na implementação ou operação dos empreendimentos em tela para que estes pudessem se manifestar a respeito do projeto de forma ampla ou de elementos pontuais específicos. Tal foi o caso da concessão das Linhas 8 e 9 da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos, CPTM, ou da privatização das ações da Companhia Brasileira de Trens Urbanos de Minas Gerais, CBTU – MG. O processo de market sound não apenas traz ao Poder Público importantes informações a respeito do processo em si, como permite que os gestores possuam um “termômetro” sobre o interesse da iniciativa privada em cada uma das vertentes da carteira de Projetos Estruturadores Prioritários.

Cumprimento prévio das obrigações do Município

Em diversos projetos de infraestrutura foram observados contratos complexos nos quais as partes se comprometiam com a execução de atividades concomitantes. O exemplo mais comum refere-se ao processo de desapropriação e licenciamento de áreas, elemento chave em projetos de tratamento e disposição de resíduos sólidos, rodovias, mobilidade urbana e muitos outros setores. Em diversos casos, certamente a maioria destes, o

cumprimento das obrigações do Município deu-se de forma extemporânea ou parcial, criando um grande passivo contratual a ser solucionado. Ilustram-se essas situações por meio da Parceria Público Privada da Linha 6 do Metrô de São Paulo, no qual o Governo do Estado deveria desapropriar as áreas necessárias à implantação das frentes de obras dos túneis e das estações. Com dificuldades pontuais, o Governo do Estado conseguiu atingir cerca de 70% das desapropriações nos prazos previstos. Porém, os 30% restantes, devido à judicialização desse processo, alongaram-se por um período relevante. Sem a conclusão integral das desapropriações, a iniciativa privada alegou impossibilidade de avançar em suas atribuições, resultando em significativo atraso das obras. Como resultado, protocolou pedido de recomposição de equilíbrio econômico-financeiro contratual face ao Governo do Estado com valor superior a R\$ 1,0 bilhão.

Para que se evite este risco de descumprimento contratual, e suas consequências financeiras, recomenda-se que o Município procure cumprir na íntegra suas obrigações de forma prévia à contratação da iniciativa privada. Isto significa realizar desapropriações, licenciamento, estudos específicos e outras atividades antes do lançamento de procedimentos licitatórios.

Criar de um ambiente pró negócios

Diversos projetos de infraestrutura passam, ou passaram, por grandes dificuldades devido à assimetria nas relações de forças entre o Poder Público e a iniciativa privada. Uma vez que o direito residual de todos os contratos de concessão é detido pelo Poder Público, em muitos casos eventuais lacunas observadas nos contratos ou situações em que haveria margem para interpretação, foram utilizadas por agentes públicos para a imposição de pesados fardos sobre a iniciativa privada, situações estas que culminaram com a inviabilização da prestação dos serviços por meio de contratos de concessão.

Tais situações, percebidas pela iniciativa privada como um elevado risco institucional, têm afastado importantes atores da concessão de serviços, resultando em baixa concorrência por projetos ou mesmo em licitações vazias, como casos recentes observados na União. Para que tais situações não ocorram na implementação da carteira de Projetos Estruturadores Prioritários, recomenda-se que o Município crie e consolide um ambiente pró negócios, tornando a carteira um verdadeiro Programa do Município, não o programa de um determinado Governo. Ações no sentido proposto são:

- **Constituição de uma Comissão de Resolução de Divergências** contratuais composta por cinco membros, sendo três membros independentes, um membro do Poder Público e um membro representante da empresa Concessionária. Os três membros independentes poderão ser indicados pela Academia, por instituições independentes, como o Instituto Pensar Feira e representantes dos financiadores. A Comissão de Resolução de Divergências deve possuir poder deliberativo sobre as ações das partes, Poder Concedente e iniciativa privada para a resolução de disputa.
- **Constituição de mecanismos de garantias** sólidos e independentes de decisões discricionárias do Poder Público.
- **Desenvolvimento dos Projetos Estruturados Prioritários** em um formato que gere elevada percepção de benefícios à sociedade de forma ampla, não a um determinado segmento específico da sociedade. Projetos como o Aeroporto de

Feira de Santana ou o Centro Logístico Integrado devem ser compreendidos como “ativos da sociedade” e não ativos de uso restrito a um determinado segmento.

Gestão dos empreendimentos por metas claras e factíveis

Projetos de alto impacto econômico e social devem ser bonificados pecuniariamente pelo atingimento das metas propostas. Em outros termos, a restrição da remuneração do ente contratado, seja ele privado, público ou vinculado a organizações do terceiro setor, com base na oferta ou disponibilização do serviço à sociedade tendem a gerar incentivos incompletos ao que pretende o Município. A remuneração base deve, corretamente, cobrir os custos de prestação dos serviços de forma a garantir sua viabilidade. Contudo, os resultados financeiros superiores devem estar estritamente vinculados ao atingimento de determinadas metas pretendidas. São exemplos importantes:

- A Concessão Patrocinada da Rodovia MG-050, que estabelecia bonificações de remuneração de acordo com a redução dos percentuais de acidentes e acidentes com vítimas.
- A Concessão Administrativa do Complexo Penitenciário de Ribeirão das Neves, cuja remuneração vincula-se a indicadores de ressocialização dos detentos, participação em programas educacionais e outros.

Nos casos dos Projetos Estruturadores Prioritários, exemplos de bonificação são:


- Remuneração do parceiro dedicado ao Projeto de Inovação e Gestão Educacional com base na melhoria dos indicadores das escolas públicas de Feira de Santana.
- Remuneração do parceiro dedicado ao Desenvolvimento do Ecossistema de Inovação de Feira de Santana com base no percentual de recursos obtidos junto a terceiros para o financiamento das empresas “start up” apoiadas pelo Município.
- Remuneração do parceiro privado com base na movimentação de carga do Centro Logístico Integrado.

Tais variáveis deverão ser detalhadas e aprofundadas quanto a metas, que deverão ser realistas, quanto à sua metodologia de cálculo, que deverá ser transparente e factível, e quanto à proporcionalidade entre os indicadores e o acréscimo de remuneração.


An aerial photograph of a suburban neighborhood. The houses are arranged in a grid-like pattern, with streets and green spaces separating them. The trees are mostly green, suggesting a summer or spring season. The overall tone of the image is light and airy.

Apêndices

APÊNDICE 1 - LISTA DE PRESENÇA DO EVENTO DO DIA 23/11/2023

<div>  </div>			<div> <p>Lista de Presença - Estratégia de Financiamento para os Projetos Estruturadores de Feira de Santana</p> <p>Realizada em 23 de novembro, das 14:00 às 17:00 horas Local: SESI Saúde - R. Gonçalves Alves, s/n - Alto do Cruzeiro, Feira de Santana</p> </div>	
Nome	Secretaria/Instituição	E-mail		
01 Moema Fátima Fraga	PMFS/SETDEC	moemafraga@hotmail.com		
02 Carlos Henrique A. Mendes	CONSÓRCIO	carlos.mendes@consorcio.com		
03 Renata de Fátima	COBISA/CIO	renata.fatima@cobisa.com		
04 Renata dos Passos	PMFS/SETDEC	renata.dospassos@pmfs.com		
05 Denivaldo Diniz Rodrigues	PMFS/REGOV	denivaldo.diniz@pmfs.com		
06 Lucas Henrique Reis Figueiredo	BANCO DO NORDESTE	lucas.henrique@banco-nordeste.com		
07 Sérgio Baldetti Klein	CONCREMAT/CEC	sergio.baldetti@concremat.com		
08 José Renato Silva Oliveira	CONCREMAT/REGOV	jose.renato@concremat.com		
09 Talya Alencar	PMFS	talya.alencar@pmfs.com		
10 Tiago G. Sotelo	Positivo Tecnologia	tiago.g.sotelo@positivo.com		
11 André Moreira	Positivo Tecnologia	andre.moreira@positivo.com		
12 NILSON FALCÃO	SETDEC	nilson.falcao@setdec.com		
13 GERALDO PIRES	CIFS	geraldo.pires@cifs.com		
14 Célia Regina	PMFS	celia.regina@pmfs.com		
15 Luiz Carlos da S. Silva	SERAN/PMFS	luizcarlosda@seran.com		
16 Fátima de Fátima	SEPLAN/PMFS	fatima.fatima@seplan.com		
17 Fátima de Fátima	ACRIFUEFS	fatima.fatima@acrifuefs.com		
18 Fátima de Fátima	SEHAB	fatima.fatima@sehab.com		
19 Célia Regina	GRUPO FIA	celia.regina@grupo-fia.com		
20 Fátima de Fátima	União	fatima.fatima@uniao.com		
21 Fátima de Fátima	UEFS	fatima.fatima@uefs.com		
22 Fátima de Fátima	EDC	fatima.fatima@edc.com		
23 Fátima de Fátima		fatima.fatima@edc.com		

NOME	INSTITUIÇÃO	TELEFONE	E-MAIL
João H. P. Lopes	Banco do Nordeste		João.henrique@bndb.gov.br
MAURO S. L. FONSECA	Banco do Nordeste		MAURO@BNDB.GOV.BR
Leandro Lima	BRIPESA		VINICOLA@LATAINTELL.COM
Antônio Vasconcelos	ABA		contato@conceitualizacao.com.br
Heltona Lammelas Freire	SMP/PMFS		sp@conceitualizacao.com.br
Orlando Soares Souza	SMP		Orlando@conceitualizacao.com.br
Roberto Soares da Silva	ORSEDO VAPOR		Roberto@conceitualizacao.com.br
Augustino Freire da Costa	SMT-S&P, MUN. DE EIM		Augustino@conceitualizacao.com.br
João Vitor Menezes Silva	SOMA		JOAO.VITOR@PREFEIRA.SMTI@PMS
ROSEMBERG RIBEIRO GUIMARÃES	CLFS		ROSEMBERG@PREFEIRA.SMTI@PMS
LEONIA CAPRARI SOUZA CERQUEIRA	SEOUR		LEONIA@PREFEIRA.SMTI@PMS
Roberto Soares da Silva	FUTITEC		Roberto@conceitualizacao.com.br
Roberto Soares da Silva	Campana		Roberto@conceitualizacao.com.br
Roberto Soares da Silva	SUM		Roberto@conceitualizacao.com.br
Roberto Soares da Silva	UEFS		Roberto@conceitualizacao.com.br
Roberto Soares da Silva	GEOMETRIA		Roberto@conceitualizacao.com.br
Roberto Soares da Silva	GEOMETRIA		Roberto@conceitualizacao.com.br
Roberto Soares da Silva	PMFS		Roberto@conceitualizacao.com.br
Roberto Soares da Silva	FUTITEC		Roberto@conceitualizacao.com.br
Roberto Soares da Silva	SEMANA		Roberto@conceitualizacao.com.br
Roberto Soares da Silva	IPFS		Roberto@conceitualizacao.com.br
Roberto Soares da Silva	SUBRE		Roberto@conceitualizacao.com.br
Roberto Soares da Silva	SEST		Roberto@conceitualizacao.com.br
Roberto Soares da Silva	RMB		Roberto@conceitualizacao.com.br

							
	Ligação de	SABAR	E-1 F5	CONSORCIO TELEFONIA			
	SABAR	E-1 F5	CONSORCIO TELEFONIA				
	SABAR	E-1 F5	CONSORCIO TELEFONIA				
	SABAR	E-1 F5	CONSORCIO TELEFONIA				
	SABAR	E-1 F5	CONSORCIO TELEFONIA				
	SABAR	E-1 F5	CONSORCIO TELEFONIA				
	SABAR	E-1 F5	CONSORCIO TELEFONIA				
	SABAR	E-1 F5	CONSORCIO TELEFONIA				
	SABAR	E-1 F5	CONSORCIO TELEFONIA				
	SABAR	E-1 F5	CONSORCIO TELEFONIA				

APÊNDICE 2 – MENSAGEM DEIXADA PELA COORDENADORA MIRNA CORTOPASSI LOBO DURANTE O EVENTO DO DIA 23/11/2023

“Boa tarde a todos e todas

Na impossibilidade de estar presente no epílogo dos trabalhos de seleção dos 5 projetos Estruturadores do desenvolvimento econômico de Feira de Santana devido à COVID 19, encaminho essas palavras sobre nossa visão quanto ao dia depois dos trabalhos entregues nesta data.

Da mesma forma em que há um espectro não visível da luz, fundamental para a detecção de facetas do mapeamento do nosso planeta, nossos projetos se alicerçam em dois aspectos igualmente importantes e invisíveis: a governança e a gestão.

A governança que, ditando as regras do jogo, deve dirigi-las às populações mais vulneráveis, que têm uma situação de vida tremendamente impactada pelas desigualdades da realidade do nosso país e devem ser urgentemente priorizadas. A gestão com o foco nas interrelações dos projetos e seu rebatimento territorial articulando este impacto, já que é sobre o território que suas materialidades acontecem, tendo em vista a melhoria da qualidade de vida de população e o alcance dos objetivos de desenvolvimento sustentável preconizados pela ONU.

Para tanto, o desafio da gestão do governo municipal o viés estratégico de execução, que garantirá a implementação dos projetos e deve estar baseada em diretrizes de um plano diretor e em um excelente sistema de apoio à decisão, facilitando os procedimentos e otimizando os processos de forma ética e consequente.

Assim, desejamos à Prefeitura Municipal de Feira de Santana sucesso ímpar nesta empreitada oportunizada pela Sudene e pela ONU, através do PNUD, à qual tivemos o privilégio de poder participar e trazer nossa colaboração. /

Esperamos que, em breve, tenhamos a oportunidade de novamente colaborar com a Prefeitura em outros projetos de desenvolvimento para sua população e seu território.

Obrigada.”